

MARCUS PIERRE DE CARVALHO BAPTISTA

Uma Província Enferma

medo e cólera no Piauí
na segunda metade
do século XIX

cancioneiro



UMA PROVÍNCIA ENFERMA

MARCUS PIERRE DE CARVALHO BAPTISTA

**Uma província enferma: medo e cólera no
Piauí na segunda metade do século XIX**

cancioneiro

Copyright © 2022 by Marcus Pierre de Carvalho Baptista

Projeto gráfico e diagramação

Ronyere Ferreira

Capa

Beatriz Montalvan Barreto / Iris Victoria Montalvan Shica

CANCIONEIRO

Editora

Eva P. Bueno (St. Mary's University, Texas - EUA)

Conselho editorial

Antonio Ozaí da Silva (Universidade Estadual de Maringá, Brasil)

Diego Buffa (Universidad Nacional de La Plata, Argentina)

Giselle Menezes Mendes Cintado (Université Paris-Est Créteil, França)

Henrique Buarque de Gusmão (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Johny Santana de Araújo (Universidade Federal do Piauí, Brasil)

Josenildo de Jesus Pereira (Universidade Federal do Maranhão, Brasil)

Kátia Rodrigues Paranhos (Universidade Federal de Uberlândia, Brasil)

Marta Gouveia de Oliveira Rovai (Universidade Federal de Alfenas, Brasil)

Nancy Yohana Correa Serna (Universidad Nacional de Colombia, Colômbia)

Sandra Melo (Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil)

Silvia Glocer (Universidade de Buenos Aires, Argentina)

Marcus Pierre de Carvalho Baptista.

Uma província enferma: medo e cólera no Piauí na segunda
metade do século XIX. Teresina: Cancioneiro, 2022.

156 p.

ISBN: 978-65-5380-066-3 (físico) / 978-65-5380-067-0 (digital)

CDD 900

EDITORA CANCIONEIRO

CNPJ 38.275.847/0001-51

TERESINA - PIAUÍ

www.editoracancioneiro.com.br

contato@editoracancioneiro.com.br

Sumário

Agradecimentos.....	7
Prefácio.....	11
<i>Ana Karoline de Freitas Nery</i>	
Considerações iniciais.....	15
“De todos os pontos partirão reclamações”: cólera e medo no Piauí (1862-1866).....	23
O itinerário do medo: o cólera no Piauí em 1862 por meio de “O Expectador”.....	51
“Conselhos para o tratamento da epidemia do cholera morbus”: terapêuticas e medicamentos para o cólera na província piauiense.....	79
Uma nova onda da doença? O medo do cólera no Piauí no final do século XIX.....	111
Considerações finais.....	129
Referências.....	137

Prefácio

Fazer o prefácio de um livro denota para mim um exercício de responsabilidade com o autor, com o leitor e para com a obra. Tratando-se do autor Marcus Pierre de Carvalho Baptista, comprometo-me em fazer a afirmativa que não só este belo livro, como a trajetória acadêmica do mesmo, parte de empenho, dedicação e comprometimento. Como também, a sua busca inquietante pelo novo, de leituras e saberes diversos, especialmente no que concerne à pesquisa histórica, é admirável! Traços estes que são apresentados e desenvolvidos nesta obra, a partir de uma escrita singular e promissora sobre um cenário enfermo do Piauí província.

Para o leitor, ousou mencionar diante dessas páginas iniciais e das impressões próprias desta que vos escreve, que ao longo dos quatro capítulos apresentados na obra, encontrarão o resultado de uma pesquisa baseada em fontes hemerográficas tais como os jornais “O Expectador”, “A Imprensa” e “A Época”, além de Documentos do poder executivo, como os Relatórios dos presidentes da província, bem como textos literários, todos analisados com cuidado e rigor, juntamente a incorporação de bibliografias selecionadas, lidas e aplicadas, ocasionando em um livro destacado na Historiografia da Saúde e das Doenças no Piauí, pela narrativa dos efeitos causados pelo cólera, ações dos presidentes da província, medidas curativas, imaginários em torno do medo da morte e o consequente itinerário da doença, marcando o cotidiano da província piauiense na segunda metade do século XIX.

Portanto, a obra *Uma província enferma: medo e cólera no Piauí na segunda metade do século XIX*, aborda relatos de um contexto piauiense que até então, manifestado por enfermidades das mais diversas, vê-se diante da chegada de uma doença desconhecida, ou pelo menos inoperante diante dos saberes públicos e dos praticantes de cura da província.

O autor inicia a narrativa traçando os reflexos que a presença do cólera teve no imaginário social da época, onde “Mal, Pânico, Terror e Abandono de lugares”, eram expressões mencionadas no dia a dia pelas pessoas, acompanhadas da modificação de hábitos e paisagens quando da chegada da doença, no ano de 1862. Desta forma, é traçado como a sociedade se organiza e reorganiza¹, especialmente nos caminhos limítrofes com a vizinha província do Ceará, também alastrada pelo cólera e da sua possível presença no litoral do Piauí.

É seguida a rota pela província enferma já marcada pelo “hóspede indesejado”, apontando as estimativas de pessoas acometidas e mortas, as medidas energéticas tomadas pelo governo provincial, como a nomeação de comissões sanitárias, a realização de quarentenas, a construção de lazaretos e de cemitérios provisórios, a distribuição de medicamentos e de profissionais para atuarem no tratamento dos doentes.

Os transtornos ocasionados por uma doença de sintomatologia desconhecida e a incapacidade da saúde pública das localidades afetadas de enfrentar momentos de surtos epidêmicos, resultava na consequente busca pelo tratamento que fosse mais eficaz. É o que o autor nos aponta ao seguir o percurso da doença na província, evidenciando a circulação de conselhos para o tratamento, a atuação de conhecimentos variados e a aplicação de medicamentos diversos no tratamento que, ora auxiliavam,

1. REVEL. Jacques Revel; PETER, Jean-Pierre. **O corpo:** o homem doente e sua história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (org.). História: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

ora prejudicavam o reestabelecimento dos acometidos pela doença, bem como aqueles conselhos e terapêuticas que acabavam por atingir apenas uma parcela da sociedade.

Como se vê, a rota traçada pela doença marcou localidades, imaginários, desorganização social, o uso de tratamentos diversos e mais que isso: a busca da consequente cura. O medo, esse permaneceu! É o que nos apresenta o autor ao se debruçar sob as fontes e percorrer o caminho da doença, analisando mais adiante e projetando o olhar para a década de 1880. As notícias circulantes, não passavam de preocupações do regresso ou da possível chegada da doença por meio do litoral. O autor segue então analisando os embates políticos em torno da região e como afetavam nas notícias desencadeadas sobre a doença, e mais que isso, aponta um cenário marcado de permanências, pautadas no medo do retorno da enfermidade e da consequente morte.

Ainda seguindo o caminho da narrativa projetada por Marcus Pierre Baptista na obra, cabe um último destaque. Por meio da análise tão promissora que o autor fez das bibliografias referentes a outras localidades, norteado pelas fontes consultadas e recorrendo a produção e uso de mapas como ferramenta de análise, enfatiza uma particularidade própria da presença da doença no Piauí: a afirmativa de seu ingresso por vias terrestres. Desta forma, a análise feita na obra nos aponta que a doença teria ingressado ao território piauiense pelos limites com o Ceará e não pelo litoral do Piauí, como o ocorrido em outras províncias, invadidas pela doença por meio do Oceano Atlântico.

Já findando a minha prazerosa, alegre e honrosa passagem enquanto leitora/prefaciadora desta obra, já que é a primeira vez que me é dada tal responsabilidade. Convido o leitor para a apreciação deste competente livro, no qual o autor ao traçar uma análise singular da presença do cólera em um período distinto e pouco analisado da província do Piauí, estabelece um

olhar múltiplo à doença², apontando com grande acuidade a sua relação com a morte, com o medo, com ações por meio do governo provincial referentes a saúde, com os variados saberes terapêuticos, com as disputas políticas e mais ainda, com a proposição de uma narrativa inspiradora e de referência para aqueles que buscam percorrer os trajetos das doenças, epidemias e as suas consequências no Piauí dos oitocentos.

Abril de 2022.

Ana Karoline Nery

2. LE GOFF, Jacques. Introdução. In: LEGOFF, Jacques (org.). **As doenças têm história**. Tradução Laurinda Bom. Lisboa: Terramar, 1991.

Agradecimentos

Há um tempo estive comentando com minha noiva sobre o sonho que vim cultivando desde que entrei na graduação de me tornar um escritor e publicar pelo menos um livro. Na época, em minha ingenuidade, acreditei que era algo simples, talvez até mesmo fácil de se realizar.

Aquele jovem de 19 anos, recém-ingresso no seu primeiro curso de graduação em 2010, não fazia ideia do trabalho que era pesquisar no campo acadêmico de história, muito menos o quão trabalhoso é o processo de escrita de um texto, quiçá de um livro. Os anos passaram e o sonho permaneceu, ora percebido como algo distante, talvez impossível (especialmente nos momentos que desisti das minhas primeiras graduações), ora como um lembrete de algo a ser feito (ao retomar o curso de História em 2012).

Quando ingressei no mestrado em 2017 a centelha tornava a se tornar uma brasa ardente e com a aprovação novamente o desejo de publicar um livro voltava a permear a minha imaginação. Nos dois anos que se seguiram até a defesa tornei a desistir. Os momentos de dificuldade e frustrações à medida que os meses corriam e o papel permanecia em branco me fizeram, por várias vezes, me questionar se de fato ali era o meu lugar.

Mesmo tendo defendido a dissertação em 2019 a insegurança permanecia e até aquele momento não sentia e nem mesmo acreditava que havia escrito um bom trabalho de História, portanto, permanecia a certeza de impossibilidade de escrever ou produzir um livro.

O tempo passou, vivenciei novas experiências e o professor que reside em mim continuou sonhando, escrevendo e, quando era possível, publicando em revistas. Em 2021, dois anos depois da conclusão do mestrado e agora já no primeiro ano de doutorado, retomei o meu olhar para o cólera, questão que havia trabalhado brevemente ainda durante a escrita da dissertação, mas que não havia aprofundado.

No decorrer do ano passado, tive a oportunidade de acessar novas fontes e produzir outros textos sobre essa doença e sua presença no Piauí na segunda metade do século XIX e, a partir disso, reuni essas produções neste livro que ora vos apresento nestes breves agradecimentos.

Assim, ao mesmo tempo que esta obra é a realização de um sonho que teve início há 12 anos ela também não teria se tornado possível sem a participação de diversas pessoas que de uma forma ou de outra contribuíram de algum modo para a elaboração deste livro.

Deste modo, dedico esta obra primeiramente à minha mãe, Elisabeth Mary de Carvalho Baptista. Minha primeira leitora, revisora, crítica e que me apoia e incentiva em todas as decisões que tomei ao longo de minha vida. Sem ela jamais teria concluído a graduação, o mestrado e muito menos ingressado no doutorado. Sem ela este livro também não estaria vendo a luz do dia. Muito obrigado, mãe. Amo você.

À minha companheira, Iris Victoria Montalvan Shica, pelo incentivo e apoio destes quase 10 anos que estamos juntos. Agradeço pelas alegrias e tristezas compartilhadas, pelas lágrimas de felicidade quando de minha aprovação no doutorado, por comemorar cada vitória que conquistei nestes últimos anos em minha trajetória universitária e por sempre estar disposta a me ajudar no que for preciso. Te amo demais.

Ao meu professor, orientador e amigo, Francisco de Assis de Sousa Nascimento. Obrigado por ter me acolhido na pós-

-graduação, pela paciência nas infinitas correções e revisões dos textos que produzi durante o mestrado e agora também para o doutorado. Sem o senhor nada do que fiz nos últimos 5 anos teria sido possível. Muito obrigado.

À minha amiga Ana Karoline de Freitas Nery. Obrigado pela amizade dos últimos 8 anos, pelas discussões e incentivos. Agradeço particularmente pelo apoio para continuar esta pesquisa sobre o cólera, sem a qual, talvez, este livro não teria sido finalizado e por ter aceitado o convite para produzir o prefácio belíssimo que abre esta obra. Muito obrigado.

À minha família, especialmente ao meu avô, João Gabriel Baptista, e avó, Maria Jesus de Carvalho Baptista. Sei que onde quer que estejam continuam acompanhando e torcendo por mim. Obrigado pelos quase 20 anos que passamos juntos. Jamais os esquecerei. Também à minha tia, Maria do Socorro Baptista Barbosa pelos inúmeros incentivos, elogios e, especialmente, pela realização da revisão desta obra.

Aos meus primos Elton Lee Lebre Baptista, Arielly Julianne Lebre Baptista, José Francisco Barbosa de Sousa Júnior e Mário Benjamin de Carvalho Baptista Filho pelas alegrias, risadas, conversas e tempo compartilhado ao longo das últimas três décadas.

Às minhas amigas, Amanda Gomes Lages, Daianny Karoline Ribeiro Moura, Camila de Macêdo Nogueira e Martins Oliveira, Stéphanie Fabiane Borges de Oliveira, Alessandra Lima dos Santos e Jéssika Maria Lima pelo apoio e pelas inúmeras palavras de incentivo. Obrigado pelas risadas, discussões e pela amizade construída ao longo destes anos.

Aos meus amigos Ricardo Nogueira Albino Neto, Pedro Wenderson, Fábio Leonardo Castelo Branco Brito e Cássio de Sousa Borges. Obrigado pela amizade e apoio no decorrer destes últimos anos na vida e, principalmente, na pós-graduação.

Aos meus amigos Rafael Cinquini, Rafael Romão Pinto,

Karina Soares dos Santos, Djacir da Silva Cordeiro Júnior, Ândria Carollyne da Silva Oliveira, Cícero da Silva Jorge, Júlio César Gomes Mendonça, Isabela Braga de Lima, que mesmo distantes e espalhados pelo Brasil sempre torcem e comemoram cada vitória minha.

Também aos meus amigos Victor Santos Neres, Sérgio Augusto de Carvalho Gonçalves Nunes Reis, Victor Campos Rodrigues Pinheiro, Gustavo Araújo, Eduardo Cordeiro, Odilo Matheus, Pedro Belo Neto, André Lauzer Borges Barreto, Anderson Soares e Gustavo Machado Arcoverde pelo apoio e inúmeras noites de risadas e jogatinas de dota.

A todos os professores da Universidade Estadual do Piauí, Universidade Federal do Piauí e Universidade Estadual do Maranhão que fizeram parte de minha trajetória e que de algum modo contribuíram para a produção deste livro, em especial ao Professor Alcebíades Costa Filho.

À Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional pela disponibilização dos jornais analisados nesta obra, tendo sido essenciais para a realização desta pesquisa.

À Beatriz Montalvan Barreto pela produção da belíssima capa que apresenta esta obra e pela sensibilidade presente em uma arte que trata de um tema tão delicado como o discutido neste livro.

À Núbia Araújo Sena pela organização e geoprocessamento dos mapas presentes neste livro.

A todos e todas que contribuíram de alguma forma, seja direta ou indiretamente, para a realização deste sonho. Este livro é uma homenagem a todos vocês. Muito obrigado!

Considerações iniciais

O flagello da epidemia, que ha reinado na mor parte do Imperio, que ha feito tantas victimas, e causado tão graves males, até o presente ainda não invadira esta Provincia, graças á Divina rovidencia.

(PIAUHY, 1856, p. 17)

É assim que em 1856 o, então, presidente da província do Piauí, Frederico D’Almeida e Albuquerque, em relatório apresentado à Assembleia Legislativa produz um dos primeiros registros que temos conhecimento sobre o cólera¹ em ter-

1. A bactéria que provoca cólera foi descoberta em 1884 pelo bacteriologista alemão Robert Koch. Através do melhoramento de técnicas para colorir seres de caráter microscópico o cientista conseguiu identificar estes micro-organismos e diferenciá-los dependendo do tipo de corante absorvido por estes (UJVARI, 2012). O bacilo, por sua vez, nomeado de *Vibrio cholerae* é transmitido pelas fezes de pessoas infectadas e pode entrar no corpo das pessoas através da ingestão de alimentos contaminados, logo se multiplicando, e rapidamente desidratando suas vítimas (DAVID, 1993). Os principais sintomas da enfermidade são diarreia, vômitos e câimbras, podendo levar o enfermo à morte em poucas horas dependendo da gravidade da desidratação. O tratamento consiste, basicamente, na ingestão de líquidos para reposição dos fluídos perdidos e antibióticos. Além disso, ambientes insalubres, ausência de hábitos higiênicos, bem como a não fervura da água ou cozimento devido dos alimentos contribui para a disseminação da doença. Cabe ressaltar ainda que, no contexto dos anos 1850 e 1860, desconhecia-se os meios de transmissão do flagelo e os métodos de profilaxia adequado para evitar a difusão da enfermidade ou mesmo para tratar aqueles que fossem acometidos pela doença (DAVID, 1993; LEMOS, 2019; CARDOSO, 2019). Importante indicar ainda que, por diversas vezes, a doença era comumente identificada enquanto cholera-morbus, em função da quantidade elevada de óbitos provocada por esta nos espaços em que grassava, bem como um simbolismo criado em torno desta enfermidade de se tratar de um artifício utilizado por Deus para que pudesse punir os seres humanos. Deste modo, assim como Lemos (2016, 2019) e David (1993), optamos por

ras piauienses.

Mesmo que a doença não tivesse ainda chegado ao Piauí ou pelo menos não houvesse até então suspeitas ou casos registrados da enfermidade, a sua presença já era frequente em outras províncias brasileiras, especialmente as costeiras que tinham uma presença mais constante de embarcações de outros países.

Em um momento que “[...] estar perto de um porto era estar perto do mundo” (HOBSBAWM, 1977, p. 26)” as populações que viviam nestes locais, principalmente no Ocidente, passaram a experienciar modificações ou repercussões produzidas pela “Dupla Revolução” (HOBSBAWM, 1977), isto é, a Revolução Francesa e a Industrial inglesa.

Assim, em uma conjuntura que o cotidiano social cada vez mais é marcado pela modernidade², que os sujeitos se encontram lado a lado às transformações conduzidas pela modernização dos espaços nos quais encontram-se, ao mesmo tempo podendo estar fascinados por este processo, torna-se mais constante a possibilidade de viver cercado por perigos, representados pelas contradições e celeumas ocasionadas

tratar o cólera no masculino, considerando também que os documentos que utilizamos, isto é, os relatórios de presidentes da província do Piauí e os jornais piauienses de fins de século XIX empregam o mesmo termo.

2. A partir de Berman (1986) compreendemos a modernidade enquanto uma experiência compartilhada pelos sujeitos em diferentes tempos e espaços à medida que as suas vidas passam a ser marcadas por diferentes processos de modernização, modificando sensivelmente seu cotidiano, fomentando em alguns casos o fascínio pela inserção deste “novo”, mas ao mesmo tempo provocando o medo pela possibilidade de se perder ou destruir tudo aquilo que o indivíduo tem ou acredita ser naquele momento. No caso em questão, a transformação dos transportes e o surgimento da máquina a vapor torna-se um dos grandes responsáveis pela disseminação de enfermidades como o cólera para diferentes localidades, principalmente nas cidades costeiras com portos e um movimento marítimo significativo. Do mesmo modo na contemporaneidade foram os aeroportos e aviões, possivelmente, os principais aparatos de dispersão do SARS-CoV-2 e, portanto, um dos responsáveis pelo surgimento da pandemia que afetou o mundo a partir de 2020.

por estas alterações, dentre estas: a chegada de enfermidades oriundas de outras localidades.

O século XIX, então, marca na história o momento em que o cólera se alastra por diversos espaços do mundo³ assumindo um caráter epidêmico nas regiões em que passava. Até as primeiras décadas do período oitocentista esteve limitado a regiões da Índia, China e Japão, atingindo posteriormente a África na mesma época (DAVID, 1993).

A partir dos anos 1830 a epidemia se fez presente também na Europa e na América do Norte, além de alguns países da América Central e do Sul, podendo ser considerada a primeira pandemia de cólera da história, tendo sido disseminada graças a movimentação de tropas e ao comércio internacional que se configurava naquele momento através dos portos espalhados nas diversas localidades do mundo (DAVID, 1993).

E, em meados dos oitocentos, especificamente entre os anos 1840 até os anos 1860 um novo surto de cólera afetou diversos países, dentre estes o Brasil. No caso brasileiro a doença chegou inicialmente através da província do Pará em 1855, tendo sido trazida possivelmente de Portugal, se alastrando por boa parte do país nos anos que seguem até a década de 1860 (DAVID, 1993).

No entanto, embora o “flagelo” já estivesse em solo brasileiro desde 1855, em certas localidades, a exemplo do Ceará

3. É interessante destacar que, de acordo com Santos (1994), ao pensar sobre o cólera e o seu efeito sobre a humanidade a historiografia só passa a dar mais ênfase a doença quando esta inflige diretamente a Europa. Para o autor isto se deve pelo caráter epidêmico assumido pela doença ao atingir o continente europeu através das rotas de caravanas existentes que vinham da Ásia já desde o século XIII em detrimento ao caráter endêmico desta na Ásia, ou seja, consistia em uma doença que produzia certo número de vítimas, principalmente na Índia, mas por se tratar de um número estável em um período abrangente de tempo não se configurava em uma epidemia. Ainda em sua perspectiva o interesse gerado pela doença se deve também as medidas sanitárias, na maioria dos casos, impopulares e geradoras de revoltas sociais, tomadas pela Europa e pela América para tentar controlar e reduzir o impacto da doença na sociedade.

(LE MOS, 2016, 2019) e Piauí, os registros da doença aparecem apenas na década seguinte, ou seja, nos anos 1860, indicando que, provavelmente, nestas províncias, ainda que o poder público estivesse ciente da nova epidemia, esta não havia adentrado ainda seus territórios.

É em 1862, então, que temos os primeiros registros do “mal” no Piauí, provocando reações diversas nos habitantes da província e no poder público, a exemplo da fuga de locais afetados, o medo provocado pela doença, difusão dos modos de tratar e da sintomatologia da enfermidade, ações tomadas⁴

4. No que se refere as providências tomadas pelas autoridades públicas para lidar com as epidemias, bem como as novas formas de organização do espaço, estas foram largamente influenciadas neste momento histórico e até o início do século XX pelo movimento higienista e pelo discurso médico (COSTA, 2013). Este movimento preconizava que a modernização dos espaços só seria possível a partir do cuidado com a educação e com a saúde da população, através de um esforço conjunto com o Estado. Na medida que o povo se tornasse mais saudável, mais educado, mais preocupado com o cuidado de si, o desenvolvimento da nação seria uma consequência direta desta nova cultura, visto que a pobreza, as doenças, a sujeira de uma forma geral no final do século XIX estavam associadas com a degeneração física, política e moral, bem como o atraso do referido povo ou nação (GÓIS JUNIOR, 2002; OLIVEIRA *et al.*, 2012; SILVA, 2014). Em algumas vilas, como Amarração no litoral do Piauí no final do período oitocentista, esse discurso se fez presente a partir de alguns fatores, dentre eles a construção do lazareto para o caso de enfermos do Cólera que chegassem naquele espaço através do oceano, a campanha de vacinação de pessoas da vila, principalmente as crianças, para prevenção da varíola que, ocasionalmente, se manifestava neste espaço, mas também a nomeação de médicos para formar comissões sanitaristas de fiscalização e acompanhamento da edificação de casa para recebimento de pessoas contaminadas com doenças consideradas infectocontagiosas e das condições de higiene dos vapores que chegavam na referida vila. As edições de 09 de dezembro de 1882 e de 27 de janeiro de 1883 do periódico “A Imprensa” trazem algumas notas referindo-se à aplicação de vacinas aos estudantes da escola primária de Amarração, informando que estes deveriam se deslocar para Parnaíba a fim de receber o imunizante contra a varíola. Não seria fortuito dizer que o discurso médico em fins do século XIX passou a exercer direta influência sobre a vida da vila de Amarração, seja através da construção de espaços específicos para prevenção do cólera, como uma casa de palha para servir de lazareto, ou em função da vacinação realizada com algumas crianças desta vila. Trataremos, especificamente, sobre o caso de Amarração no quarto capítulo.

visando combater e evitar a disseminação do flagelo e, principalmente, a morte.

Aqui, talvez, podemos nos questionar: qual o sentido de discutir sobre o cólera nos oitocentos? As doenças teriam uma historicidade? A quem serviria esta História, especificamente uma História das Doenças? Para construir uma memória sobre o passado, evitando que certos acontecimentos caíam no esquecimento, como nos lembra Gagnebin (1998) ao comentar sobre a narrativa de Heródoto? Serviria, no entanto, segundo a perspectiva de Tucídides apresentada por Gagnebin (1998), para a produção de uma escrita que não busque reproduzir o passado tal como ele foi, mas sim a elaboração de uma narrativa útil para o presente, uma História *Magistra Vitae*, que deveria orientar o futuro?

Sobre isso, certo historiador, nos diria que o sentido da História permanece existindo enquanto a humanidade precisar de seu passado para situar-se em seu presente, isto é, o ofício do historiador permanece sendo relevante enquanto for útil às sociedades humanas (ALBUQUERQUE JR., 2017).

Concordemos, ademais, com Certeau (1982) ao inferir que toda e qualquer narrativa historiográfica relaciona-se com o lugar social ao qual o pesquisador em questão encontra-se inserido. São estas condições históricas particulares que moldarão e influenciarão os questionamentos a serem feitos, os sentidos a serem buscados e os modos de trabalhar com as fontes durante a produção de sua narrativa.

A História, neste sentido, não está num determinado objeto ou vestígio produzido pelo ser humano, mas sim na historicização destes documentos, não sendo diferente ao tratarmos dos registros sobre enfermidades. Entendemos, então, que as fontes não trazem por si só a História ou mesmo o sentido desta e que é preciso a criação de uma narrativa a partir de um conhecimento histórico previamente conhecido para

que seja possível historicizar o documento. Só então este passa a ter um sentido e um significado histórico (ALBUQUERQUE JR., 2017).

Em outras palavras e como nos lembra Benjamin (1987), trata-se da compreensão que discutir o passado de forma histórica não implica em conhecê-lo da forma como ocorreu, mas sim apropriar-se de uma reminiscência que se altera à medida que novas interpretações podem ser realizadas no tempo presente sobre este passado.

Assim, refletir sobre os efeitos que o cólera teve na província do Piauí entre as décadas de 1850 e 1880, em um contexto que a doença assumia um caráter pandêmico no restante do mundo, de certo modo dialoga muito com a experiência que vivenciamos nos últimos anos com a pandemia do SARS-CoV-2.

Se na contemporaneidade vivenciamos, especialmente nos meses iniciais da conjuntura pandêmica, sentimentos de impotência, de medo, de desconhecimento dos modos de transmissão, dos sintomas, dos horrores que a enfermidade podia ou já estava provocando ou mesmo do negacionismo a esta ou preconceito com os sujeitos que estivessem supostamente contaminados, é curioso perceber como algumas destas sensibilidades, deste imaginário do medo, bem como de práticas diante destes contextos epidêmicos são marcados por continuidades.

Este livro, então, trata-se de um estudo iniciado ainda em 2018 durante o mestrado em História do Brasil na Universidade Federal do Piauí, quando tive os primeiros contatos com fontes⁵ que indicavam a presença ou possibilidade do cólera no final do século XIX no Piauí, e que, com a pandemia do SARS-CoV-2 a partir de 2020, evidenciou-se ainda mais as necessidades de estudos sobre as doenças e sua historicidade,

5. O acesso aos jornais utilizados como fontes neste livro foram possíveis graças a Biblioteca Nacional através da Hemeroteca Digital disponível na Internet.

portanto, o estudo sobre os efeitos da pandemia do cólera do período oitocentista no território piauiense.

Deste modo, a narrativa aqui produzida reúne os artigos que publiquei no decorrer dos últimos anos sobre o cólera no Piauí traduzindo-se em um esforço de pesquisa sobre uma enfermidade que até então não aparecia de forma sistemática na historiografia da saúde e das doenças piauiense, recebendo apenas breves menções, mas que, conforme veremos a seguir, marcou sensivelmente o cotidiano desta província na segunda metade do século XIX.

“De todos os pontos partirão reclamações”: cólera e medo no Piauí (1862 – 1866)¹

Na segunda metade do século XIX, segundo Del Priore (2016), especialmente as primeiras décadas, marcam no contexto do Brasil oitocentista um período de discussão profícua entre a legitimação do saber médico científico em detrimento de outras práticas de cura que existiam no momento. Tratou-se de um período que o poder público buscou relacionar uma ideia do ser “moderno” com questões voltadas ao progresso, modernização dos espaços, bem como a necessidade de higienização destes últimos.

No entanto, ainda que estas discussões tenham estado presentes nas províncias brasileiras, o Piauí não esteve ausente desta, pois conforme perceberemos na discussão deste livro, dentre as muitas enfermidades que se instalaram de norte a sul do Brasil provocando não apenas milhares de vítimas, mas modificando significativamente o cotidiano, bem como o imaginário social das pessoas destaca-se a epidemia² do cólera.

1. Texto publicado originalmente em 2021 enquanto artigo de título “De todos os pontos partirão reclamações’: cólera e medo no Piauí (1862-1866)” na revista *NUPEM* e atualizado para esta obra.

2. Para que a leitura desta narrativa se torne mais fluída e elucidativa faz-se necessário a compreensão do que é epidemia e como a humanidade enfrentou diversos casos ao longo do tempo e do espaço. Deste modo, compreendemos epidemia enquanto a irrupção de uma doença que se alastra rapidamente em determinada área geográfica em um curto período de tempo acometendo um número significativo de indivíduos, tornando-se uma pandemia quando afeta diferentes continentes (MOURA; ROCHA, 2012). Deve-se indicar ainda que

Entre 1854 e 1855, o cólera afetou as províncias do Pará, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Alguns anos depois, em 1867, a doença reaparece no Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ressurgindo em 1894 na cidade de São Paulo (DEL PRIORE, 2016), tratando-se, então, de um contexto de um Império enfermo³.

No Piauí, por sua vez, o cólera se fez presente entre os anos de 1862 e 1866, conforme Nunes (2007), vitimando dezenas de pessoas nos termos e vilas atingidos, especialmente naqueles em situação limítrofe⁴ com o Ceará, a exemplo de Independência e Príncipe Imperial.

Assim, nos anos 1860 os piauienses enfrentaram diversas doenças que marcaram o seu imaginário, a exemplo do cólera

a existência de epidemias se trata de uma constante na história da humanidade, sendo possível elencar diversos registros de doenças distintas ocorridos ao longo do tempo, bem como os efeitos que estas tiveram nas populações atingidas. Pode-se citar, por exemplo, as várias epidemias de varíola que acometeram as populações mesoamericanas no século XVI e o declínio populacional significativo decorrido disto (MIRANDA, 2017), bem como o caso da pandemia da Gripe Espanhola de 1918 que afetou diversas partes do mundo com estimativas de mortos na casa das dezenas de milhões (GOULART, 2003) ou mais recentemente o Covid-19 declarada enquanto pandemia em março de 2020 e que até o momento de escrita deste texto, isto é, janeiro de 2022, continua modificando o cotidiano de milhões de pessoas em diversas partes do mundo, além de já ter provocado milhões de mortes. No caso do cólera, nosso interesse nesta narrativa, foi identificado por alguns autores, a exemplo de Fonseca e Silveira (2019), enquanto uma enfermidade que assumiu um caráter pandêmico diversas vezes entre o início do século XIX até o começo do século XX afetando primeiramente a Ásia e África e, posteriormente, Europa e América. Acerca dos seus efeitos neste último continente trataremos sobre o momento em que atinge o Brasil, especificamente a província do Piauí na década de 1860.

3. Além do Cólera, de acordo com Del Priore (2016), outras doenças de caráter epidêmico também afetaram o império neste período, como a febre amarela, varíola, dentre outras. Estas últimas, por sua vez, segundo Nunes (2007), também grassaram no Piauí entre os anos de 1861 e 1866 levando a óbito centenas de pessoas em diversas localidades da província.

4. Para mais informações sobre os limites entre a província do Piauí e Ceará, bem como a disputa litigiosa na segunda metade do século XIX ver Baptista, Nascimento e Baptista (2021).

e da varíola, podendo encontrar registros acerca destas e seus efeitos nos documentos produzidos pelo poder executivo, bem como na imprensa piauiense da época.

A varíola, por exemplo, tratava-se de uma enfermidade comum no dia a dia da população assumindo caráter epidêmico em diversos momentos. Nos relatórios dos presidentes da província de 1863⁵, 1865⁶, 1866⁷, 1867⁸, 1876⁹, 1877¹⁰, 1878¹¹, 1879¹² foi possível encontrar registros da doença na província, às vezes tratando-se de surtos epidêmicos e outras vezes casos isolados.

A relevância da narrativa aqui construída se traduz na necessidade de se ampliar as discussões sobre a história da saúde e

5. Epidemia de varíola em Pedro II. A doença também apareceu em Marvão e Campo Maior, mas não atingiu níveis epidêmicos (PIAUHY, 1863b).

6. Apenas indica que a varíola assumia um caráter benigno na província, isto é, não provocara naquele ano surtos epidêmicos (PIAUHY, 1865).

7. Neste ano a varíola atingiu diversas localidades da província, estando presente em Teresina, Parnaíba, Oeiras, São Gonçalo (atual São Gonçalo do Piauí) e Barras, vitimando na capital 118 pessoas (PIAUHY, 1866a; PIAUHY, 1866b). Ao término do ano registra-se o fim da epidemia (PIAUHY, 1866c).

8. Registra apenas que em 1867 a varíola estava controlada na província tendo um número reduzido de vítimas se comparado ao ano anterior (PIAUHY, 1867).

9. Novo surto epidêmico de varíola entre 1875 e 1876 tendo afetado São João do Piauí, Pedro II, Amarante, Campo Maior e Teresina e feito mais de 800 vítimas nesta última. Em 1876 apenas em Amarante o surto continuava a produzir óbitos (PIAUHY, 1876).

10. Registra que o surto epidêmico em Amarante e Jerumenha havia terminado. Destaca ainda a importância das vacinas e da atuação dos médicos no combate à epidemia (PIAUHY, 1877).

11. Aponta apenas dois casos de varíola em Independência em decorrência dos migrantes cearenses. Destaca a necessidade de vacinação na capital em função do Ceará e Maranhão vivenciarem no contexto surtos epidêmicos, tendo indicado a importância de que os migrantes cearenses da seca de 1877-79 também fossem vacinados (PIAUHY, 1879b).

12. Novamente a varíola assume caráter epidêmico afetando Parnaíba, Oeiras, Picos e Jaicós. Foram ainda tomadas medidas profiláticas como o envio de vacinas para os espaços afetados e a construção de um lazareto em Teresina para acolhimento dos enfermos (PIAUHY, 1879a).

das doenças no contexto piauiense, especialmente sobre o cólera na década de 1860, o qual é possível encontrar apenas breves menções no caso do Piauí, a exemplo de Nunes (2007). Neste sentido, este capítulo teve por objetivo discutir sobre os reflexos que a presença do cólera teve no imaginário dos piauienses na segunda metade do século XIX enfatizando questões referentes ao medo que este provocou no território provincial.

Para tanto utilizamos de pesquisa bibliográfica para compreensão do contexto histórico brasileiro e piauiense no tocante a presença e os efeitos do cólera, além de outras enfermidades, na segunda metade do século XIX, com destaque para autores como David (1993), Nunes (2007) e Del Priore (2016), bem como obras que ajudassem a dialogar com o conceito de medo que foi trabalhado na narrativa construída, utilizando-se Tuan (2005) e Ariès (2012), os quais permitem-nos historicizar a relação estabelecida entre a humanidade e o medo, isto é, a compreensão de que este liame modifica-se de acordo com as diferentes temporalidades e espacialidades. Com relação a fontes, a partir de pesquisa documental, utilizamos para este capítulo os relatórios dos presidentes da província do Piauí de 1855, 1856, 1862, 1863, 1865 e 1866.

Portanto, a partir do acervo documental trabalhado o fio condutor da construção desta narrativa sustentou-se nas possibilidades de reflexão acerca de como o cólera transformou não apenas o cotidiano das pessoas nos espaços nos quais se inseriu, seja modificando hábitos ou paisagens, mas também de que maneira marcou o imaginário social da época.

Assim, no ano de 1862 o cólera figura pela primeira vez no relatório do presidente da província Dr. Antonio de Britto Souza Gayozo¹³ ao novo presidente Dr. José Fernandes Morei-

13. De acordo com Gonçalves (1997) foi bacharel em Direito e político tendo nascido no Maranhão e presidido a província do Piauí entre 13 de maio de 1861 a 13 de junho de 1862.

ra¹⁴. No então documento que trazia os principais dados, eventos e ações tomadas pela administração que se encerrava para conhecimento da nova que assumiria a gestão há um destaque feito acerca da situação de saúde pública da província piauiense.

Segundo o documento, a partir de 1862, o cólera passou a integrar o cotidiano da população de boa parte das vilas e cidades da província piauiense, notadamente naquelas limítrofes com a província vizinha do Ceará e que terminam por acumular a maior quantidade de vítimas, bem como o maior número de ações profiláticas para evitar a disseminação da enfermidade. Deste modo, o seguinte consta no relatório de 13 de junho de 1862:

Saude publica.

[...]

Finalmente o cholera-morbus, tendo ceifado a larga tantas vidas no Tauá e Icó da Provincia do Ceará, atacou o termo da Independencia, e veio aterrar, de uma maneira assombrosa, toda a Provincia. De todos os pontos partirão reclamações, e exigencias extraordinarias. O mal se achava a mais de 40 leguas de distancia, e já precipitadamente abandonarão esses lugares mais ameaçados e as autoridades se julgavão authorisadas a collocar presídios e a cortar todas as communicações, confiando assim nessas medidas improficuas, inexquiveis, e que a sciencia reprova, sobe tudo contra esse terrivel flagello, que nada respeita na sua marcha caprichosa e incomprehensive. Tive de reproval-as todas, e apenas ordenei que se estabelecesse lasareto na Parnahiba, visto ser a unica linha de communicação, logo que fosse affectado d'essa epidemia qualquer dos pontos em que tocasse o vapor costeiro do Maranhão, que mensalmente vizita aquella Cidade.

Mandei ambulancias de medicamentos para a Cidade de Oeiras, e Villas dos Picos, Jaicós, Principe Imperial e Independencia, que erão mais immediatamente ameaçadas.

14. Segundo Bastos (1994) governou a província do Piauí de 13 de junho de 1862 a 30 de junho de 1863. Os dicionários biográficos consultados não dispõem de mais informações acerca deste presidente.

Nomeei para essas localidades commissões sanitarias, bem como para Marvão e Parnahiba, autorizando-as, de conformidade com as instrucções, que então dei a despende, logo que o mal se declarasse, limitadas quantias com o pessoal, medicamentos e dietas aos pobres. Como já se achava esgotada a verba de = Socorros publicos, = determinei essas despesas sob minha responsabilidade. [...].

Felismente, dias antes da chegada de V. Exc., recebi de todos os pontos, favoraveis noticias.

O terror panico já ia desaparecendo por toda a parte e mesmo na Independencia, unico termo da Provincia, onde o cholera se manifestou e brundamente, roubando apenas algumas existencias, se considerava o mal como extincto (PIAUHY, 1862a, p. 6-7).

No momento de produção deste documento, isto é, em 1862 já se tinha pleno conhecimento na província piauiense acerca dos efeitos provocados pela enfermidade nas demais províncias do Império, assim como na vizinha província do Ceará. Dito isto, alguns elementos presentes no relatório supracitado nos chamam a atenção e ajudam-nos a refletir sobre os efeitos que a doença teve no imaginário social da época.

Observemos inicialmente a forma como é descrito a reação das pessoas perante a enfermidade. Terror! Pânico! Abandono de locais! Assombroso! Mal! Ao longo do documento estes termos aparecem e reaparecem no intuito de tentar descrever a situação em que as diferentes localidades acometidas diretamente ou indiretamente pela doença encontravam-se nesta época.

A partir destes elementos podemos inferir que o medo¹⁵

15. É importante destacar que compreendemos o medo enquanto um produto histórico, isto é, este modifica-se de acordo com as sociedades ao longo do tempo e do espaço, podendo inúmeros elementos serem fontes de medo para os seres humanos, como a natureza, a fome, calamidades naturais, bruxas, fantasmas, cidades, humilhação pública, penas de morte, exílio, prisão e as doenças (TUAN, 2005). A partir de Tuan (2005), compreendemos ainda a possibilidade do surgimento de paisagens do medo no interior de diferentes corpos sociais, isto é, locais que, supostamente, promoveriam o medo para sujeitos inseridos em determinados contextos. No caso da conjuntura do có-

da doença fazia-se presente, modificando significativamente o cotidiano das populações, ainda que a enfermidade não tivesse grassado em certas localidades. A fuga das cidades, por exemplo, de acordo com Tuan (2005), tratava-se de ação comum tomada pelas pessoas em momentos de irrupção de epidemias consideradas mortais, podendo-se encontrar casos similares em contextos históricos-geográficos e epidêmicos distintos.

Deste modo, essa situação não foi algo exclusivo do Piauí no contexto de 1862, em que pese, conforme Franco, Lopes e Franco (2019), desde os momentos da colônia é possível encontrar referências a surtos epidêmicos que provocaram pânico, medo e mortes na América Portuguesa.

A doença, deste modo, e, especialmente a doença de caráter epidêmico podia provocar o medo nas populações. No entanto, o principal fator de medo não era a doença em si, mas sim as próprias pessoas. Estas “[...] temiam o doente tanto quanto os suspeitos de estar doentes. E estes temiam os poderes extraordinários das autoridades, que podiam encerrá-los em hospitais imundos que na verdade eram armadilhas mortais” (TUAN, 2005, p. 166).

lera poderíamos elencar estas paisagens como as cidades contaminadas ou os espaços mais prováveis em que a epidemia poderia grassar, como o porto. Cabe ainda evocar o cuidado necessário ao se refletir sobre o medo individual e coletivo e que aqui o “[...] termo medo ganha então um significado menos rigoroso e mais amplo do que nas experiências individuais, e esse singular coletivo recobre uma gama de emoções que vai do temor e da apreensão aos mais vivos terrores. O medo é aqui o hábito que se tem, em um grupo humano, de temer tal ou tal ameaça (real ou imaginária) [...]” (DELUMEAU, 2009, p. 32). Além disso, no caso do século XIX, temporalidade discutida neste livro, é o contexto que, segundo Ariès (2012), a morte assume um novo caráter na sociedade ocidental, passando a ser representada de outras formas e se contrapor a percepção de uma morte romântica. A morte passa a ser negada, perdendo o fascínio que anteriormente exercia sob as artes e a literatura, tornando-se motivo de medo. Deste modo, a possibilidade de epidemias de doenças desconhecidas e na qual não se conheciam tratamentos efetivos, a exemplo do cólera, modificou o cotidiano das pessoas, provocando o terror e criando paisagens do medo nos espaços que eram afetados por estas enfermidades.

Este imaginário influenciava as medidas efetuadas pelo poder público e, isto posto, ao considerarmos a atuação das autoridades é interessante ainda apontar similaridades das ações tomadas pelos poderes públicos locais no Piauí com ações realizadas em outras localidades, a exemplo da ação reprovada pelo presidente da província, ou seja, o encarceramento dos cidadãos, bem como o corte das comunicações e, provavelmente, o contato com outras vilas e cidades¹⁶.

Não obstante isto, a administração provincial se preocupou em construir um espaço destinado para quarentena na localidade considerada mais provável de grassar surto epidêmico, isto é, a cidade de Parnaíba, possivelmente por estabelecer contato através do oceano Atlântico com embarcações provenientes de outras províncias e, por vezes, de outros países.

Observa-se também uma preocupação com o envio de medicamentos para as vilas e cidades limítrofes ou mais próximas da província vizinha do Ceará que se encontravam em situação maior de risco em função da epidemia que já afetava a população cearense neste momento. E, além disso, a nomeação de comissões sanitárias nestas localidades provavelmente tratou-se de outra tentativa de conter o avanço da epidemia. Estas comissões, por sua vez, possivelmente atuavam de maneira similar àquelas criadas em outras províncias¹⁷.

Deste modo,

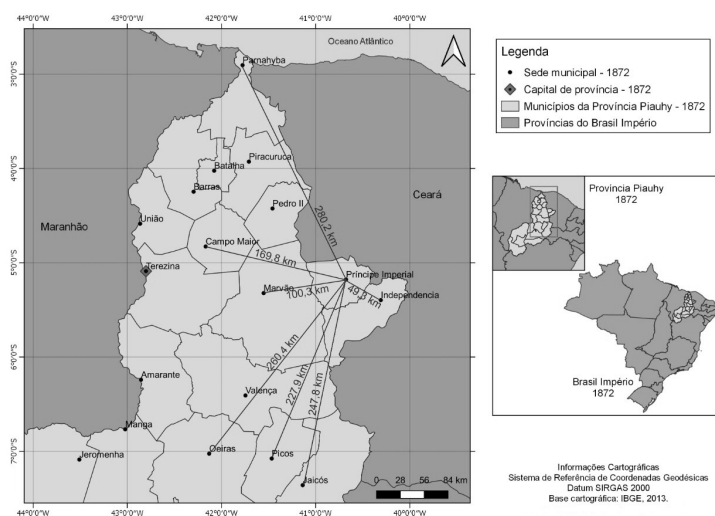
16. Ação semelhante foi tomada 30 anos antes na Rússia quando este país também enfrentava um surto de cólera em 1830 e para lidar com o surto foram feitas barreiras sanitárias para evitar a migração de pessoas das áreas contaminadas (TUAN, 2005).

17. Podemos citar o caso de Minas Gerais no qual as comissões sanitárias, organizadas pela própria população sob solicitação do poder público, que foram criadas tinham por objetivo fiscalizar, auxiliar os enfermos, e financiar estas ações quando fosse necessário. No caso do Piauí, aparentemente, os gastos que estas comissões tiveram foram financiados pela administração pública tendo sido focados em pagamentos com pessoal, medicamentos e alimentos, especialmente aos mais pobres (FONSECA; SILVEIRA, 2019).

[...] um surto de cólera [...] ameaçava toda uma população. O terror ao contágio podia perturbar tanto a razão que, para os que estavam bem de saúde, os doentes pareciam não somente as vítimas do mal, mas os causadores (TUAN, 2005, p. 166).

E, no caso do Piauí, isso não foi diferente, levando a tomada de medidas difusas por parte de autoridades locais, bem como fuga dos moradores dos espaços afetados com o intuito de escapar da enfermidade. Ainda em relação ao relatório de 13 de junho de 1862 do Dr. Antonio de Britto Souza Gayozo (PIAUHY, 1862a) o mapa 1 permite visualizar o itinerário do cólera no Piauí, evidenciando a possibilidade do medo provocado nas vilas e cidades, bem como àquelas que receberam medidas profiláticas por parte da administração provincial e as vilas que foram mais afetadas pela epidemia mais próximas do Ceará.

Mapa 1¹⁸ – Distância entre as localidades piauienses afetadas pelo cólera na década de 1860



Fonte: Do autor (2022)¹⁹.

A partir do mapa 1 é possível perceber, então, o alcance que a doença teve no momento que grassou na província piauiense, bem como dois pontos de entrada da enfermidade a serem tratados no decorrer desta narrativa: as vilas limítrofes com o Ceará que terminaram sendo o principal ponto de entrada pelas vias terrestres e o receio da doença chegar pelo oceano Atlântico com o contato estabelecido no Norte por Parnaíba.

18. Necessário esclarecer que o mapa foi elaborado a partir da base cartográfica de 1872 georreferenciada e disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apesar da data do mapa em questão ser 10 anos após os eventos tratados na narrativa deste capítulo os limites entre Piauí e Ceará na segunda metade do século XIX só se alteram significativamente no ano de 1880 com a permuta realizada entre as duas províncias entre os territórios de Príncipe Imperial e Independência para o Ceará e Amarração para o Piauí (BAPTISTA; NASCIMENTO; BAPTISTA, 2021).

19. O geoprocessamento dos mapas deste livro foi realizado por Núbia Araújo Sena, tecnóloga em Geoprocessamento e licenciada em Geografia, utilizando a base cartográfica do IBGE de 2013.

Alguns meses depois, já na administração do Dr. José Fernandes Moreira, outro relatório acerca da província foi produzido e apresentado à Assembleia Legislativa. Neste constam novas informações sobre o estado da província no tocante a saúde pública e, especialmente, como se encontrava a situação da epidemia de cólera no final do ano de 1862. No documento tem-se o seguinte:

Saude Publica

Do relatorio de meu antecessor vereis as medidas tomadas por occasião de ameaçar-nos o cholera-morbus, que tantas victimas ceifou na Provincia do Ceará. A epidemia, que desenvolveo-se em Maio na Independencia, extinguiu-se no mez seguinte, tendo matado 47 pessoas, das quaes 25 na Villa, e 22 no termo. A Commissão sanitária prestou bons serviços auxiliada pelo Commandante do destacamento, Alferes Clemente José Ferreira, e pela do Principe Imperial, que contractou, e para ali remetteo o cirurgião Antonio Mavignier Lopes Gama.

No Principe Imperial apenas se derão cazos de cholerina de character tão benigno, que não houve uma só victima. Cumprirão seos deveres com zelo a Commissão sanitária, o Commandante do destacamento, e delegado Alferes Segisnando Cicero d'Alencar Araripe, e Francisco Antonio de Souza Azevedo, que prestou-se a tratar gratuitamente os atacados de cholerias pelo systema homeopathico.

A Commissão da Parnahiba, mais de perto ameaçada pelas continuas relações com o Ceará, tomou as precisas providencias, mandando construir um lazareto na ilha Grande em frente da Amarração, um cemiterio provisório, camas, e mais pertences do hospital, e procurando melhorar as condições hygienicas do lugar pela limpeza das ruas, e praças, abertura de vallas para escoamento das agoas estagnadas. Felizmente até esta data nenhum outro termo da Provincia, além do da Independencia, tem sido acommettido pelo mal; e como o mal tem declinado consideravelmente na Provincia vizinha, devemos esperar que ainda esta vez a Providencia Divina nos poupará. Entretanto tenho reco-

mendado a todas as Comissões, que se conservem vigilantes, em quanto se não desvanecerem completamente todos os receios (PIAUHY, 1862b, p. 6-7).

Se anteriormente apresentava-se um imaginário social de medo e pânico em diversos espaços da província em função da presença ou provável chegada da enfermidade agora este quadro se alterou e, aparentemente, com relação ao número de infectados e óbitos provocados a doença teve um efeito limitado.

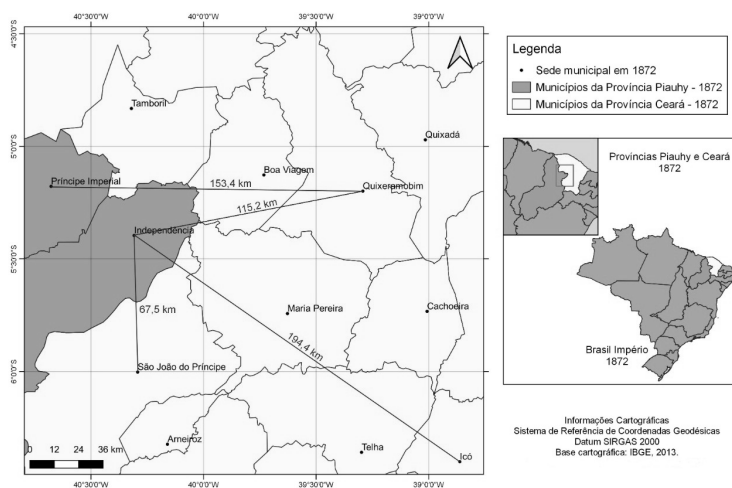
Através do documento é perceptível a presença do Cólera nesta época em três localidades específicas: Independência, Príncipe Imperial (atualmente Crateús) e Parnaíba. Destas, por sua vez, é em Independência, localidade mais próxima da província vizinha, que a enfermidade grassa com mais impacto levando a óbito dezenas de pessoas e forçando o poder público a instalar uma Comissão Sanitária para lidar com a epidemia.

O aparecimento da doença em espaços limítrofes com o Ceará, como o exemplo dos três locais citados, bem como com o oceano, caso de Parnaíba, não é à toa e trata-se de um aspecto a ser considerado para análise. Assim como no Piauí, de acordo com Lemos (2016), o cólera chega ao Ceará em 1862, tendo se espalhado por diversos espaços da província cearense, com destaque feito pela autora para Quixeramobim e suas circunvizinhanças.

Nesta localidade, ainda segundo Lemos (2016), em 1855 a Câmara Municipal informa à Presidência da Província que existiam sete estradas de caráter público e que permitiam acesso aos espaços adjacentes. Dentre estes, uma das estradas seguiam de Quixeramobim e permitiam acesso até a vila de Príncipe Imperial na província do Piauí. Considerando que Independência, outra vila piauiense no período, localizava-se ainda mais próxima à divisa com o Ceará, possivelmente a citada estrada também permitia acesso a esta última vila na região denominada vale do Crateús.

O mapa 2 permite visualizar as distâncias com a província vizinha e entre espaços afetados nesta última pelo cólera, como Quixeramobim, segundo Lemos (2016), bem como Tauá²⁰ e Icó, outras localidades existentes na província do Ceará e que segundo o relatório de 13 de junho de 1862 do Dr. Antonio de Britto Souza Gayozo (PIAUHY, 1862a) também foram afetadas pela epidemia do cólera naquele ano.

Mapa 2 – Distância entre os principais espaços afetados no Piauí a regiões próximas na província do Ceará também acometidas pelo cólera



Fonte: Do autor (2022).

Considerando o mapa 2 é possível, então, perceber a proximidade existente entre as vilas que, segundo os documentos consultados, foram as mais afetadas pelo cólera no Piauí, e algumas das localidades cearenses citadas pelo relatório de 13 de junho de 1862 do Dr. Antonio de Britto Souza Gayozo (PIAUHY, 1862a), como Tauá e Icó. Considerando ainda as

20. Tauá é a designação atual de São João do Príncipe como aparece na base cartográfica de 1872 utilizada para elaboração do mapa 2.

relações existentes entre Príncipe Imperial e Independência por vias terrestres com a província vizinha, conforme ressaltado por Baptista, Nascimento e Baptista (2021) enquanto um dos argumentos para legitimar a permuta realizada em 1880 entre Piauí e Ceará não é surpresa que sejam as vilas mais afetadas pelo cólera e que a doença tenha chegado na região por meio da província cearense.

No que diz respeito a Parnaíba, localizava-se no litoral do Piauí, na divisa com o Ceará através do povoado de Amarração, naquele contexto ainda pertencente a província cearense. A proximidade não apenas com o Ceará através do povoado vizinho, mas com o seu porto e, conseqüentemente, com o oceano Atlântico ajuda-nos a refletir o porquê de Parnaíba ter sido também, possivelmente, um dos espaços mais afetados na província piauiense pelo cólera.

Embora o documento não afirme se Parnaíba nesta época foi de fato afetada pela enfermidade, limitando-se a inferir sobre as ações profiláticas tomadas no litoral piauiense, como a construção de um lazareto, espaço criado neste contexto para a quarentena de acometidos por doenças consideradas infecto-contagiosas, construção de um novo cemitério provisório, ampliação de camas disponíveis para os acometidos, bem como higienização dos logradouros públicos da cidade, é interessante perceber como o medo da chegada da doença provoca reações e permeia o imaginário dos sujeitos.

Do mesmo modo que em províncias vizinhas a possibilidade da doença se fazer presente provocava receios e levava a cobrança de ações de profilaxia²¹ por parte dos governos provinciais²², especialmente no caso de províncias que mantivessem

21. Trataremos de modo mais específico sobre essas ações no próximo capítulo.

22. No caso da Bahia, David (1993) indica que logo que a epidemia se instala no Pará, o presidente desta província é cobrado pela Comissão de Higiene local por medidas de profilaxia visando evitar que a doença se alastrasse pelo território baiano. Algumas das ações sugeridas eram: quarentena de embar-

contato com àquelas afetadas por vias marítimas ou fluviais, um dos principais meios de transporte na segunda metade do século XIX, no Piauí não foi diferente.

No caso do Ceará, ausente do surto de 1855 e 1856, foi registrado nos documentos da época, tanto do poder público, como da imprensa cearense o temor que as autoridades públicas e, possivelmente, a população tinham acerca da possibilidade de a enfermidade chegar no território da província. Esse receio

[...] que o Ceará passasse pelas mesmas cenas lastimáveis que se repetiam por várias províncias do império acabou levando a ações que auxiliaram no processo de construção de equipamentos públicos de saúde, que, se a um primeiro olhar, baseado em preceitos contemporâneos, podem parecer incipientes e não tão funcionais, naquele momento podem ser vistos como uma experiência de cuidados públicos que destoava de uma política apenas combativa (onde o poder público apenas se manifesta sobre doenças quando estas já eram realidades impostas) e apontaria para uma experiência preventiva, na qual cuidados são expedidos antes mesmo que a doença tomasse de assalto os cidadãos cearenses (MACIEL, 2017 p. 16).

Já neste contexto, então, a província do Ceará buscou no-

ações vindas de cidades afetadas pela epidemia ou mesmo caso houvesse a suspeita de alguém a bordo acometido pela enfermidade; ação conjunta das autoridades públicas para redução da insalubridade de Salvador e higienização da cidade. No que diz respeito ao Ceará, de acordo com Lemos (2016), do mesmo modo que na Bahia, as informações a respeito do Cólera passam a compor as páginas do periódico “O Cearense” ainda em 1855, gerando um imaginário do medo em torno da doença e os efeitos que esta poderia ter ao grassar o território cearense. A possibilidade de sua chegada já em 1855 levou a autoridades públicas cearenses a tomada de algumas medidas, a exemplo do poder público de Quixeramobim, que solicitou do governo provincial o envio de medicamentos, além da nomeação de um cirurgião que habitava o município para cuidar daqueles que fossem acometidos pela enfermidade. O medo da doença permaneceu nos anos seguintes até que em 1862 esta adentra o Ceará se espalhando pela província.

mear comissões sanitárias nos diferentes termos que a doença poderia atingir, construir lazaretos para recebimento e tratamento de prováveis enfermos, quarentena de embarcações que adentrassem o porto de Fortaleza e que houvesse suspeitas de contaminados a bordo, envio de ambulâncias e medicamentos para localidades que, supostamente, estariam ameaçadas, além da solicitação de facultativos (sujeitos que exerciam a medicina de maneira legal, conforme OLIVEIRA (2018)) de outras províncias, considerando o quadro reduzido de médicos que atuava no Ceará, bem como a construção de enfermarias e ampliação de cemitérios (ALEXANDRE, 2010).

No entanto, “[...] a doença não veio” (MACIEL, 2017, p. 16) e apenas em 1862 a doença volta a ameaçar chegar à província do Ceará tornando-se epidêmica no mesmo ano e, deste modo, diversos registros da enfermidade na província cearense passam a figurar nos documentos do poder executivo e na imprensa cearense. Assim, a modificação do cotidiano das populações cearenses foi significativa, haja visto o número expressivo de enfermos e de mortos provocados à medida que a enfermidade afetava as freguesias da província. Esta conjuntura fez com que o cólera se tornasse um dos temas mais debatidos pelos jornais cearenses naquele momento (ALEXANDRE, 2020).

No Piauí, por sua vez, encontramos a partir do final de 1855 e meses iniciais de 1856, menções a enfermidade, notadamente ao receio desta chegar à província piauiense e, supostamente, a tomada de medidas profiláticas no caso de a doença grassar em território piauiense. Em documento da delegacia de Parnaíba, datado de fevereiro deste último ano, há a indicação de recebimento de ofício da presidência da província de janeiro de 1856.

Neste documento o delegado afirma que serão tomadas medidas para evitar a chegada da “epidemia que infelizmente fazia estragos em diversos portos do Império” (PIAUHY,

1856), citando dentre essas medidas o aluguel de uma casa por seis meses para criação de uma enfermaria e abertura de leitos visando atendimento de possíveis enfermos. Do mesmo modo o documento cita a criação de uma enfermaria no Porto da Barra das Canárias caso também chegasse na localidade alguma pessoa acometida pela doença. Além disso, no relatório de presidência da província de 1855 de Balduino José Coelho datado de novembro daquele ano é informado que o governo da província teria encaminhado soldados para Oeiras com objetivo de realização de quarentena de indivíduos que estivessem vindo da província baiana para o Piauí, haja visto as relações existentes naquele contexto entre ambas as províncias (PIAUHY, 1855). No que se refere a salubridade pública o relatório encerra negando o registro de algum acometido pela enfermidade na província do Piauí²³.

No ano seguinte, no relatório do presidente da província do Piauí de Frederico D'Almeida e Albuquerque²⁴ apresentado à Assembleia Legislativa da província em 1856 há uma breve nota sobre as condições da saúde pública piauiense, conforme observado a seguir:

Saúde Publica.

O flagello da epidemia, que ha reinado na mor parte do Imperio, que ha feito tantas victimas, e causado tão graves males, até o

23. O relatório reporta ainda uma morte suspeita ocorrida em Oeiras e logo se põe a negar que se tratasse de um caso de cólera. Contudo, nos faltam outros documentos para inferir sobre o caso em questão e, considerando que o relatório seguinte que tivemos acesso, isto é, o do ano de 1856, é fruto do mesmo partido político, o partido conservador, não seria impossível a omissão de casos da doença já em solo piauiense neste momento visando preservar a imagem política dos conservadores na província e as ações profiláticas que haviam tomado no ano anterior.

24. De acordo com Gonçalves (1997) foi um político, administrador e bacharel em Direito nascido na Paraíba. Assumiu o cargo de presidente da província do Piauí de dezembro de 1855 até março de 1857, tendo sido ainda presidente das províncias da Paraíba, Pernambuco e Maranhão.

presente ainda não invadira esta Província, graças á Divina Providencia.

Cumprindo as ordens do Governo de S. M. o Imperador, que – dominado pelos sentimentos humanitarios – ha dado aos seus Delegados nas Provincias todos os meios de que é possível dispor, para socorrer a população accommettida pela epidemia, eu tenho tomado todas as medidas preventivas necessarias, para cumprir os meus deveres, no caso de ser a Província invadida por esse horrivel flagello! (PIAUHY, 1856, p. 17).

Neste registro o governo provincial atesta ciência sobre certa epidemia que naquele momento grassava em boa parte do império brasileiro sem, contudo, indicar qual seria esta enfermidade que “flagelava” o Brasil. Considerando o contexto, no entanto, certamente tratava-se da epidemia do cólera que desde o ano anterior, isto é, 1855, provocava inúmeras vítimas nos espaços em que adentrava. A nota indica ainda que até o ano de 1856 a enfermidade ainda não havia chegado ao Piauí, mas que o governo da província já estava tomando medidas profiláticas para evitar que isto ocorresse ou para socorrer a população caso necessário, mantendo o discurso do ano anterior, ainda que não discriminem quais seriam estas medidas (PIAUHY, 1856).

Observamos, então, que em ambas as províncias, isto é, Piauí e Ceará (ALEXANDRE, 2010; MACIEL, 2017) há registros do medo em torno da chegada da doença, ações de prevenção, supostamente, sendo tomadas pelo poder público, bem como casos suspeitos da enfermidade, embora o surto epidêmico grasse efetivamente apenas a partir de 1862.

Não obstante isto, ainda ao considerarmos o relatório do presidente da província Frederico D’Almeida e Albuquerque de 1856 apresentado à Assembleia Legislativa, além de ser possível perceber uma preocupação por parte do presidente acerca do caráter epidêmico que o cólera havia adquirido no restante

do país há uma outra perspectiva sobre a enfermidade ao se considerar o Piauí.

Excetuando-se o destaque aos problemas que o cólera vinha causando em outras províncias brasileiras, naquele momento já presente e tendo vitimado milhares de vítimas no Pará, Bahia e Pernambuco, por exemplo, é interessante o adjetivo utilizado no documento para identificar a enfermidade.

Tratava-se de um flagelo. Mais do que isso. Um horrível flagelo! Ou seja, corroborando com Lemos (2019), a doença também na documentação piauiense consultada assume um caráter simbólico religioso ao se associar o cólera a uma punição. Ainda que não seja dito é perceptível a dicotomia presente no documento, isto é, se até aquele momento a doença ainda não se fazia presente em solo piauiense isto só era possível graças à intervenção da Divina Providência, de Deus, que teria “protegido” o Piauí até então.

No entanto, à medida que a doença se torna presente no território piauiense a Divina Providência se ausenta da documentação e em seu lugar assume o “flagelo” ou “mal” que se alastrou por boa parte da província, ceifando inúmeras vidas e marcando o imaginário do medo entre a população e o poder público.

Neste contexto de cólera no Piauí da segunda metade do século XIX, assim como em outras temporalidades e localidades, a partir do momento que, segundo Tuan (2005, p. 149)

[...] uma doença ataca repentinamente, como em uma epidemia, é como se os deuses ou um deus justo estivesse zangado e as pessoas sendo castigadas pelas suas transgressões. Unir doença com pecado e castigo é, de fato, um traço importante da fé judaico-cristã.

Voltando aos anos 1860, por sua vez, em 1863 o cólera segue fazendo vítimas e provocando medo na administração pública da província do Piauí, bem como nos espaços diretamente

afetados. No relatório do presidente da província Dr. José Fernandes Moreira de 1 de julho de 1863 tem-se o seguinte:

Saude publica.

De 14 para 15 de Abril manifestou-se na Villa, e Termo do Principe Imperial o cholera-morbus, que foi considerado extinto á 31 de Maio; neste intervallo forão accommettidas 313 pessoas, das quaes 52 fallecerão.

Nomeei uma commissão sanitaria, á quem forão entregues 400\$ reis para dietas, e tratamento dos pobres: remetti por duas vezes remedios appropriados, e uma porção da baeta, autorisei o engajamento do Pharmaceutico Antonio Mavignier Lopes Gama por 10\$ reis diarios para pensar os pobres, de 2, ou mais enfermeiros, e dos coveiros precisos para o prompto enterramento dos mortos. Os habitantes receberão o mal com coragem, e fizerão entre si uma pequena subscrição [...]

Por cautella mandei uma pequena ambulancia para a proxima Villa de Marvão, nomeei commissão para esta, e para as Villas de Independencia, e Campo-maior á tomarem medidas preventivas, e autorisei as collectorias de Marvão, e Independencia a fornecerem ás ditas commissões o dinheiro preciso até a quantia de 200\$ reis. Finalmente hoje cessarão os receios, e com quanto não esteja liquidada toda a despesa, calculo que não será maior de 2 contos de reis (PIAUHY, 1863a, p. 10).

Se no relatório anterior de 1862 a vila de Príncipe Imperial (Crateús) tinha sido pouco afetada no tocante a infectados e, consequentemente, mortos pelo cólera, esse número se modifica significativamente no relatório de 1863. Se em documento prévio indicava-se a inexistência de vítimas, em novo surto de cólera na vila o número de acometidos aumenta substancialmente para 313 e dentre esta cifra 52 pessoas vindo a óbito.

O documento em si não traz muitas novidades. Limita-se, mais uma vez, a informar as medidas tomadas pela administração provincial para enfrentar a enfermidade, como a nomeação

de uma Comissão Sanitária, distribuição de alimentos e remédios, contratação de funcionários específicos para lidar com a conjuntura, como o farmacêutico Antonio Mavignier Lopes Gama, além de enfermeiros para auxiliar com os doentes e co-veiro para ajudar no enterro dos mortos.

Além disso, toma também medidas profiláticas com relação a outras vilas da província, algumas mais próximas de Príncipe Imperial, como Marvão (Castelo do Piauí) e Independência, outras mais distantes como Campo Maior. Apesar de se tratar de ações preventivas podem também simbolizar o medo pelas autoridades públicas da epidemia tornar a grassar em outros espaços da província.

Interessante ainda o destaque feito pelo documento acerca do enfrentamento do “mal” com “coragem” por parte dos habitantes de Príncipe Imperial. Em um contexto de desconhecimento acerca de como se efetuava a transmissão da doença parece-nos pouco provável que a população de fato tenha enfrentado a enfermidade com coragem, ainda que segundo o documento, ajudaram uns aos outros no combate a esta.

A mudança no discurso sobre a doença de seu antecessor aproxima-se mais de um enaltecimento da própria gestão²⁵, ao inferir que se a população recebeu o “mal” com coragem isto relacionou-se com as medidas tomadas pela província consideradas enquanto eficazes e suficientes para combater o cólera neste momento.

Findado o ano de 1863 o cólera só voltou a ser mencionado no relatório do presidente da província do Dr. Franklin

25. Considerando o exposto por Fonseca e Silveira (2019) a partir das fontes que utilizaram analisa-se que a mesma estratégia possa ter sido utilizada pelo presidente da província de Minas Gerais, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, no surto de cólera de 1855 nesta província. Ao enviar ofício nomeando três médicos residentes em Ouro Preto para formarem comissão sanitária e atuarem contra o cólera há um destaque que a atuação destes sujeitos permitiria aos indivíduos acometidos que tivessem mais coragem para enfrentar o flagelo.

Americo de Menezes Doria de 1866²⁶. Em um momento em que a província enfrentava nova epidemia de varíola²⁷ desde setembro de 1865 até o primeiro semestre de 1866, tendo afetado Teresina, Parnaíba, Oeiras, São Gonçalo, Barras, dentre outras localidades não mencionadas. No final da nota relacionada a saúde pública, no entanto, tem-se uma nova menção ao cólera na província do Piauí, conforme pode-se observar no trecho a seguir:

O estado sanitario da provincia pareceu a pouco ameaçado da cholera-morbus, enquanto se aceitou a noticia do reaparecimento de tal flagello na provincia do Ceará, visinha d'esta. Simi-

26. No relatório de 1865 também do Dr. Franklin Americo de Menezes Doria com a ausência de novos surtos epidêmicos, citando apenas alguns poucos casos de varíola, sífilis e outras doenças, torna a aparecer o discurso da Divina Providência, vinculando a inexistência de novas epidemias a um simbolismo religioso (PIAUHY, 1865). Interessante destacar ainda que Bastos (1994) ao tratar sobre o cólera em seu Dicionário Histórico-Geográfico do Piauí registra novo surto de cólera em Oeiras em 1865, entretanto, não encontramos menção a este surto nos relatórios de presidentes da província e não tivemos acesso aos documentos consultados pelo autor.

27. A varíola tornou-se doença comum no cotidiano americano a partir do contexto de conquista das populações nativas que viviam no território que posteriormente denominou-se América. No momento anterior à conquista “[...] a população indígena – numericamente fraca, dispersa geograficamente e sem manter convívio com animais domésticos, tais como bovinos, equinos, ovinos, cães e galináceos, todos esses responsáveis pela transmissão de inúmeras doenças, – estava mais resguardada da invasão dos micróbios. De uma forma geral, antes da chegada dos europeus, os índios apresentavam poucos problemas de saúde, os quais geralmente eram decorrentes de picadas de cobras e de outros animais peçonhentos, de ferimentos provocados pelas frequentes lutas intertribais, da presença de algumas verminoses ou de doenças de pele, como a sarna” (MIRANDA, 2017, p.160). A América Portuguesa neste contexto, isto é, séculos XVI, XVII e XVIII, passou a caracterizar-se pelo surgimento de surtos de doenças infectocontagiosas de caráter epidêmicos, como o sarampo, disenterias, **varíolas** e gripes, bem como endêmicos, a exemplo da lepra, sífilis e tuberculose, além de carencial, tais como o raquitismo, pelagra, anemia e escorbuto, existindo ainda a presença da malária e febre amarela. Além disso, através dos registros feitos pelos jesuítas é possível indicar o horror das populações nativas que vivenciavam essas epidemias, bem como a terapêutica empregada para a tentativa de curar (MIRANDA, 2017).

lhante noticia chegou a ser-me transmitida oficialmente pelas principaes auctoridades da Parnahyba, acompanhada da declaração de que um dos vapores costeiros, de volta da Fortaleza e surto no porto da Amarração, não tinha trazido limpa a carta de saude. Isto supposto, apressei-me em dar todas as providencias que reclamava tão grave communicação, mas felizmente foi em breve desvanecida a ideia da invazão da cholera-morbus no Ceará (PIAUHY, 1866a, p. 20).

Ainda que o Piauí não volte a vivenciar nova epidemia de cólera permanece na província um imaginário do medo acerca da doença e dos efeitos que esta poderia ter caso novo surto epidêmico voltasse a grassar nas vilas e cidades piauienses. Mesmo que a doença não tivesse de fato ressurgido a simples possibilidade de isso ocorrer já provoca o receio por parte da administração pública ao ponto de verem nisto uma ameaça ao estado sanitário do Piauí.

Interessante ainda que o medo em torno da doença neste momento relacionou-se com a existência de novo surto epidêmico do cólera na província vizinha do Ceará, especificamente no distrito vizinho de Amarração, e em função da passagem de embarcação que vindo da capital cearense havia feito escala nesta última que mantinha contato constante com Parnaíba.

A passagem desse vapor por espaços contaminados pela enfermidade e a apresentação de uma carta de saúde²⁸ que não se encontrava limpa²⁹ foi motivação suficiente para que a administração pública tomasse medidas profiláticas e, embora es-

28. As cartas de saúde eram documentos concedidos pelas autoridades sanitárias dos portos às embarcações que aportassem nestes espaços. Este documento servia para atestar como se encontrava a saúde da tripulação, bem como o porto de origem destas embarcações e deveria ser apresentado pelo capitão em cada porto que atracasse às autoridades sanitárias que ali se encontrassem. Além disso, não eram documentos exigidos entre portos situados no mesmo território provincial (REBELO, 2013).

29. A condição de “limpa” refere-se a não ter registros de enfermos com doenças de caráter infectocontagiosas na embarcação.

tas não tenham sido mencionadas, provavelmente tratou-se de destinar espaço para quarentena de infectados, atendendo ao Decreto nº 828 de 29 de setembro de 1851 (BRASIL, 1851) do governo imperial.

Imperioso indicar ainda a atribuição feita em 1867 pelo médico Simplicio de Souza Mendes à Divina Providência ou ao clima do Piauí o fato de o cólera asiático não ter assumido novo caráter epidêmico na província ou mesmo de não ter provocado tantas mortes como em outras localidades. No Relatório do Presidente da Província Dr. Adelino Antonio de Luna Freire há uma transcrição do relatório do citado médico para informar sobre o estado de saúde pública e a vacinação de varíola na província. Sobre o cólera tem-se o seguinte:

– Seja um favor providencial, seja o effeito necessario e immediato de causas naturaes e permanentes, o que é certo é que este nosso clima – apezor de secco e quente, mas ventilado e rarefeito – tem-nos posto até hoje ao abrigo d'essas grandes calamidades e pestes, que sôem invadir todo o litoral do Imperio de annos á esta parte, e que, mercê de Deus, ou não tem podido ainda vencer as barreiras supremas que se lhe oppoem, ou encontram logo tantas forças neutralisadoras e dissolventes, que nos é grato dizer; suas consequencias fataes são nenhuma e desconhecidas, attendendo-se ao character violento, pernicioso e geralmente mortifero, que a sciencia e um obituario espantoso lhes assigna-lão quasi sempre, n'aquelles logares por onde passam, se demoram ou reinão periodica ou constantemente sob a forma endemica, contagiosa, e *sui generis* epidemica. Assim é, que nem a febre amarela, o tiphos, e sobre tudo a cholera-morbus aziatica, ou esporadica, mesmo tão temivel e como que aclimatada nas outras provincias, nesta – em boa hora o dizemos – continua desconhecida e mui distante de todas as mais tristes previsões desta pacífica e bondosa população (PIAUHY, 1867, p. 56).

Por quais motivos, então, o cólera não teria tomado pro-

porções similares a outras províncias, a exemplo da Bahia onde as mortes chegaram a 36 mil pessoas ou à Paraíba com o número estimado de 30 mil (DAVID, 1993)? Para o médico Simplício de Souza Mendes naquele momento duas explicações tornavam-se possíveis: a religiosa/espiritual/divina e a científica.

Conforme já indicado sempre que a epidemia sai de cena a Divina Providência reaparece e, se o “mal” deixa de agir perante a província isso se deve pela ação divina que interveio e pôs fim ao flagelo que havia anteriormente sido imposto. Nesse caso, no entanto, além da Divina Providência o médico que atesta sobre a situação de salubridade pública da província busca outra explicação para o fato de a doença ter terminado e não ter ocorrido outro surto epidêmico: recorre-se a ciência, especificamente a teoria miasmática³⁰.

A partir desta o médico indica como o clima, especificamente a ventilação dos espaços, possivelmente evitou que as previsões trágicas dadas pela ciência em outras localidades não se concretizaram no Piauí livrando sua população, portanto, de conjunturas mais problemáticas com doenças como o cólera, a febre tifoide e a febre amarela, esta última também com surtos epidêmicos na década de 1860 conforme Nunes (2007).

30. A teoria miasmática partia do princípio da necessidade de se higienizar os espaços públicos. A partir disso seria possível tentar proteger o ar das emanações pútridas e fedores que poderiam contaminá-lo. Os miasmas poderiam ser facilmente encontrados nas multidões, nos excrementos, nos animais em habitações insalubres, solos umedecidos, cadáveres, hospitais, água suja etc., isto é, odores fétidos provenientes de excrementos, habitações insalubres, cadáveres, pântanos, cemitérios etc. Assim, “[...] a teoria miasmática [...] tinha basicamente a ideia de afastamento de tudo o que era considerado insalubre, nocivo e desconhecido do núcleo urbano como uma das profilaxias para evitar doenças” (MASTROMAURO, 2011, p. 5). A teoria indica que, caso um solo fosse tido como perigoso ou nocivo à saúde, este deveria ser drenado a fim de torná-lo inofensivo. No caso das ruas, estas deveriam ser pavimentadas com o intuito de facilitar a limpeza (MASTROMAURO, 2011). Esta teoria predominou durante o período oitocentista entre o discurso médico e o dos higienistas acerca de como as doenças surgiam e as medidas profiláticas que deveriam ser tomadas.

No entanto, se o cólera não teve o mesmo efeito no Piauí nesta época, tal qual outras províncias brasileiras ou países, talvez possamos sugerir que isto seja em decorrência da quantidade reduzida de pessoas que viviam no território piauiense e, especialmente, nos espaços urbanos, locais de maior contaminação da doença no período, segundo David (1993).

No quadro 1 podemos observar os números demográficos em 1865, a partir de dados presentes no relatório do 2º Vice-Presidente da Província José Manoel de Freitas apresentado à Assembleia Legislativa em 21 de julho de 1868 (PIAUHY, 1868), dos espaços atingidos pelo cólera nos anos anteriores. No quadro 2 o número de pessoas mortas pelo cólera nas localidades afetadas.

Quadro 1 – Contingente populacional em 1865 das cidades e vilas do Piauí que foram acometidas pelos surtos de cólera entre 1862 e 1863

Cidades e vilas	Habitantes livres e escravizados
Parnaíba	14.347
Oeiras	10.809
Jaicós	8.920
Príncipe Imperial	7.379
Independência	7.243
Marvão	7.122
Campo Maior	6.190
Picos	5.928

Fonte: Do autor (2022).

Quadro 2 – Número de óbitos em decorrência do Cólera entre 1862 e 1863 na província do Piauí

Cidades e vilas	Óbitos
Príncipe Imperial	52
Independência	47

Fonte: Do autor (2022).

É preciso ponderar, portanto, que a população piauiense, especificamente das cidades e vilas afetadas, tratava-se de um

número reduzido ao compararmos, por exemplo, com a Bahia e sua capital, Salvador, respectivamente em números aproximados de 1 milhão e 56 mil pessoas em 1855 (DAVID, 1993).

Há de se considerar ainda a insalubridade de espaços que foram mais afetados pela enfermidade, como é o caso de Salvador, na explicação acerca do porquê o número elevado de mortes, segundo David (1993). Deste modo, no caso do Piauí, talvez o número reduzido de pessoas que viviam nos espaços mais afetados pelo cólera tenha contribuído para reduzir o contágio na província. Certamente a salubridade destes espaços também teve influência nesse contágio, assim como na Bahia, contudo nos faltam documentos para uma análise mais aprofundada neste aspecto.

Duas décadas depois³¹, o cólera tornou a ameaçar a província do Piauí e provocar o medo no imaginário da população e, especialmente, na administração pública. Em dezembro de 1884 o periódico “A Época” lança uma nota em que comenta sobre o reaparecimento do cólera na Europa.

A preocupação do periódico resvala na existência de um porto marítimo na província do Piauí que estabelecia contato diretamente com a Europa, portanto, sujeito ao aporte de embarcações contaminadas com a enfermidade. A nota questiona ainda o que o governo provincial estaria fazendo para evitar que a doença voltasse a grassar no Piauí, sugerindo que o lazareto³² que já havia sido construído na administração anterior na

31. Não encontramos menções ao cólera entre os anos de 1868 e 1883 nos relatórios dos presidentes da província ou em outros periódicos ou mesmo outro tipo de documentação que trouxesse estes registros. Isso não significa dizer que não existam ou que a enfermidade não possa ter reaparecido dentro deste intervalo.

32. Nos documentos analisados é possível encontrar a construção de lazaretos em Teresina e Parnaíba para o recebimento de enfermos da varíola e cólera respectivamente. Em 1884 em momento que o cólera volta a ameaçar a província foi construído um novo lazareto em Amarração conforme veremos em capítulo posterior.

região de Amarração não seria o suficiente e apontando as medidas mais enérgicas tomadas pelo governo imperial, como o fechamento de portos, que poderiam ser tomadas como exemplos pela administração da província.

Ainda que o questionamento das medidas tomadas reflita diretamente em questões políticas, isto é, nas disputas entre o Partido Liberal e Conservador, é interessante destacar que apesar disso novamente o cólera reaparece³³ no discurso político enquanto um flagelo e este, por sua vez, responsável por trazer o medo às pessoas que viviam naquela época.

A remota possibilidade de a doença alcançar novamente o território piauiense, tornando-se novamente epidêmica é o bastante para assustar, bem como indagar as autoridades como evitar que este “flagelo”, que este “mal”, mais uma vez provoque vítimas, além de pânico e medo não apenas entre as cidades e vilas costeiras, mas também entre aquelas do interior da província do Piauí.

O cólera, no entanto, não foi a única enfermidade no contexto dos anos 1860 a atingir um caráter epidêmico, a modificar o cotidiano dos piauienses, ou mesmo a provocar medos e receios, além de medidas enérgicas por parte da administração pública e, talvez, atitudes desesperadas por parte de sujeitos acometidos por essas enfermidades, muitas vezes, mortais.

No capítulo seguinte continuaremos a discutir sobre os desdobramentos do cólera na província do Piauí nos anos 1860, mas utilizando para tanto algumas edições do jornal “O Expectador” publicadas no ano de 1862 e que traziam diversas alusões à enfermidade no Piauí.

33. Trataremos sobre esta conjuntura sanitária e política no Piauí e em Amarração de modo mais específico no quarto capítulo.

O itinerário do medo: o cólera no Piauí em 1862 por meio de “O Expectador”¹

Em 1884, duas décadas depois do contexto que trataremos neste capítulo, um jornal piauiense chamado “A Época” publicou, em uma de suas edições de dezembro daquele ano, uma nota que se intitulava “O cholera morbus”. Nesta breve publicação, o periódico questiona ao governo provincial do Piauí acerca das atitudes que estariam sendo tomadas para evitar que esta enfermidade, que já se fazia presente novamente em outros continentes, voltasse a grassar em território piauiense por meio do “porto” de Amarração².

1. Texto publicado originalmente em 2021 enquanto artigo de título “O cólera nas páginas do jornal ‘O Expectador’ (1862) no Piauí na segunda metade do século XIX” no periódico *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais* e atualizado para esta obra.

2. É necessário ressaltar que durante os anos 1860 o Piauí ainda não havia retomado a vila de Amarração, vizinha à cidade de Parnaíba no litoral piauiense, e, portanto, não havendo ainda um porto marítimo em território piauiense. Apenas em 1880, e justamente por isso o receio do periódico, por meio do Decreto 3.012 de 22 de outubro do mesmo ano, a província piauiense retoma Amarração, neste contexto pertencente ao Ceará, através de uma permuta territorial, na qual cede Príncipe Imperial e Independência à província cearense, recebendo em troca a vila de Amarração (BAPTISTA; NASCIMENTO; BAPTISTA, 2021). Em função da proximidade e relacionamento estabelecido entre a vila de Amarração e a cidade de Parnaíba no decorrer do século XIX (BAPTISTA, 2019), o atracadouro que servia como porto e que existia na primeira tornou-se um perigo constante em contextos de surtos epidêmicos e, no caso do cólera, o medo de a doença chegar por meio de Amarração se sucedeu não apenas em 1884, mas também em 1862, conforme perceberemos ao longo desta narrativa.

Ainda que a publicação não se tratasse apenas de um medo em decorrência da possibilidade de a doença voltar a se tornar epidêmica no Piauí e também existisse uma conotação política, considerando as querelas entre o Partido Conservador e Partido Liberal naquele contexto, conforme veremos em capítulo posterior, interessa-nos a preocupação demonstrada pelo jornal no sentido de “[...] frustrar a visita de semelhante hospede [...]” (A ÉPOCA, 1884, p. 1).

E por que isto nos interessa? Por que uma publicação ocorrida duas décadas depois do recorte temporal que iremos discorrer torna-se pertinente para as questões que discutiremos a seguir? O medo presente na redação do jornal “A Época” acerca do cólera 20 anos depois que a doença grassou na província aponta para as implicações que esta epidemia teve a nível de Brasil, mas também ao se tratar do Piauí no contexto da segunda metade do oitocentos.

Conforme dito no capítulo anterior, na década de 1860, mais especificamente no ano de 1862, um “hóspede” indesejado, vindo pela Serra da Ibiapaba e, posteriormente, através do litoral do Piauí, passa a fazer parte do cotidiano da província piauiense e torna-se motivo de preocupação por parte do governo provincial, bem como da população naquele contexto.

A cada novo espaço que este “hóspede” adentrava, ia deixando um rastro de efeitos indesejados perante as pessoas que tinham contato com ele, indo do medo de contrai-lo e dos sintomas provocados pela enfermidade, até mesmo a possibilidade do indivíduo vir a óbito, situação que se sucedeu em outras províncias brasileiras³ nos anos 1850 e também na década de 1860.

3. Conforme dito no capítulo anterior, a primeira província afetada pelo cólera foi o Pará no primeiro semestre de 1855. Ainda no mesmo ano, contudo, a doença chegou na Bahia transformando significativamente o cotidiano baiano e até o ano seguinte teria levado a morte mais de 30 mil pessoas. De acordo com David (1993), em torno de 200 mil pessoas foram a óbito entre os anos de 1855 e 1856. Não obstante isto, além das províncias já citadas, a epidemia do cólera ainda afetou outras localidades ao longo do território bra-

Este “hóspede” indesejado tratou-se do cólera, doença que, no decorrer do século XIX (FONSECA; SILVEIRA, 2019), se transformou em uma epidemia⁴ que rapidamente se alastrou pelo mundo e até o final do oitocentos já se encontrava presente em diversos países e em, basicamente, todos os continentes.

Considerando, então, o contexto do período oitocentista, particularmente as primeiras décadas da segunda metade do sé-

sileiro, como Pernambuco, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul. Do norte ao sul do Brasil, os cenários se repetiam e à medida que a enfermidade se instalava, o resultado permanecia o mesmo: a morte. No caso da Bahia, o flagelo modificou ainda a própria relação entre a vida e a morte, isto é, se antes os ritos fúnebres eram marcados pela presença de diversas pessoas e por festejos, a partir da epidemia do cólera o defunto passou a provocar o medo, considerado foco de contágio da enfermidade e, assim, “[...] a morte deixava de ser uma festa para se tornar tragédia [...]” (DAVID, 1993, p. 135).

4. Cabe compreender a diferença entre epidemia e endemia para uma melhor compreensão da narrativa que aqui tratará sobre o cólera. A epidemia, conforme indicado no capítulo anterior, refere-se ao aparecimento de uma doença de modo súbito que contamina um número significativo de pessoas estendendo-se por um determinado espaço e tempo específico, e quando afeta outros continentes pode configurar-se enquanto uma pandemia (MOURA; ROCHA, 2012). A endemia, por sua vez, trata-se de uma enfermidade que se encontra presente em determinada região de modo constante, podendo haver alterações nos números de pessoas acometidas, dependendo da época do ano. É necessário lembrar ainda que a humanidade enfrenta epidemias por boa parte de sua história, sendo possível encontrar registros em diversos períodos, como na Antiguidade Ocidental e no medievo europeu (BARATA, 1987). Na América, tem-se ocorrências de surtos epidêmicos provocando centenas de milhares de óbitos desde a época da Conquista, a exemplo das epidemias de varíola, sarampo e gripe que levaram a óbito diversos nativo-americanos no decorrer do século XVI, contribuindo para desestruturar as sociedades nativas e reduzir significativamente seu contingente populacional (WACHTEL, 1998; TODOROV, 2003). Ainda no que se refere ao continente americano, é possível encontrar, no decorrer da conquista, registros de uma guerra biológica consciente, com a criação de surtos epidêmicos da varíola de forma proposital para levar ao colapso ou redução significativa de grupos indígenas na América do Sul (MIRANDA, 2017). Deste modo, o enfrentamento de um surto epidêmico na segunda metade do século XIX não é nenhuma novidade para as populações que viviam nas províncias brasileiras. A surpresa, no entanto, surgia a partir do desconhecimento da enfermidade, das formas como combatê-la e de como se dava o seu contágio à medida que esta se transformava em uma epidemia nos diferentes locais em que grassava.

culo XIX, o objetivo deste capítulo foi compreender os efeitos que o cólera teve na província do Piauí, destacando algumas particularidades que diferenciam esta província das demais brasileiras nas quais a doença em questão grassou.

Com relação às fontes para esta narrativa utilizamos, especialmente, o periódico “O Expectador”⁵, com edições publicadas entre junho e setembro de 1862, que traziam informações sobre a epidemia do cólera no Piauí e as medidas tomadas pelas autoridades públicas no que concernia à enfermidade neste contexto.

No desenvolvimento da pesquisa foi possível observar, além das diversas localidades afetadas diretamente ou indiretamente pela doença ou mesmo as ações profiláticas tomadas pelo governo provincial, o caráter singular do itinerário do cólera no Piauí, haja visto que, segundo os registros aos quais tivemos acesso, é possível indicar que a enfermidade ingressou, inicialmente, na província piauiense por vias terrestres nas localidades que faziam limite com a província vizinha do Ceará, em detrimento a outras províncias brasileiras, nas quais a doença teve o seu ponto de entrada, principalmente, a partir do oceano Atlântico.

Deste modo, ao considerarmos os anos 1850 e 1860, conseguimos compreender melhor os motivos que levaram o jornal piauiense nos anos 1880, citado no início deste capítulo, a realizar a publicação referente este hóspede indesejado. Neste contexto, tem-se no império brasileiro uma conjuntura assinalada pela presença de diversas doenças, muitas de cunho epidêmico, como é o caso da febre amarela e do cólera.

5. De acordo com Pinheiro Filho (1997) “O Expectador” foi fundado em 1858, tendo a primeira edição sido publicada em 1 de setembro deste ano em Teresina. Era um jornal de cunho conservador, sendo pertencente ao Partido Conservador do Piauí e seu órgão oficial. Tinha tipografia própria e teve a última edição publicada em junho de 1863 quando fundiu-se com o jornal “Liga e Progresso” dando origem a um novo periódico.

Neste sentido, estas enfermidades fizeram-se presentes em diversas províncias brasileiras, transformando sensivelmente o cotidiano das populações a cada nova localidade que grassavam, tanto em função do medo provocado, especialmente pelo desconhecimento da transmissão destas enfermidades, como também em função da possibilidade de o indivíduo vir a óbito, o que foi o caso de milhares de pessoas.

Em Pernambuco, por exemplo, de acordo com Rezende (1997), a população recifense neste contexto conviveu com diversas epidemias e “[...] de 1852 a 1855, houvera no Recife 10 epidemias (uma de varíola, três de febre amarela, duas de disenteria, duas de sarampo, uma de coqueluche, uma de malária) [...]” (REZENDE, 1997, p. 45). Um ano depois, isto é, em 1856⁶, o cólera torna-se presente na província pernambucana e apenas na cidade de Recife as estimativas de mortes provocadas pela doença chegaram na cifra de milhares (REZENDE, 1997).

Pernambuco, contudo, não é a primeira província brasileira a ser acometida pelo cólera no século XIX, muito menos a primeira localidade desde que a doença assume um caráter epidêmico e passa a se fazer presente em vários continentes. O trajeto que a enfermidade realiza até chegar ao Brasil no ano de 1855, em províncias como o Pará e a Bahia (DAVID, 1993) e, posteriormente, na década de 1860, na província piauiense

6. Segundo Farias (2007), os primeiros registros do cólera na cidade de Recife datam do início de 1856. Com uma população estimada em 70 mil habitantes naquele momento, a epidemia do cólera, entre janeiro e março deste ano, levou a óbito em torno de 5% da população recifense, alcançando em alguns períodos uma cifra diária de mortes que poderiam ir de dezenas a centenas. Para a autora, a situação sanitária da capital pernambucana dispunha, naquele contexto, de uma situação favorável para a disseminação da enfermidade, tendo em vista que Recife foi construída entre dois rios, além de ser rodeada por mangues e, não obstante isto, não possuir, naquela segunda metade do oitocentos, nem serviços públicos que garantissem o fornecimento de água potável ou mesmo um sistema de esgotos.

(NUNES, 2007), foi longo e data da primeira metade do oitocentos, conforme indicado previamente.

Este percurso inicia-se no início do século XIX com a doença, de caráter endêmico na região da Índia (DAVID, 1993), afetando localidades próximas, isto é, outros espaços da Ásia e até mesmo a África entre 1817 e 1824, conforme Fonseca e Silveira (2019). Em seguida, durante os anos de 1829 a 1837, foi a vez das ilhas do Pacífico, do Japão, Europa, América do Norte e América Central (FONSECA; SILVEIRA, 2019).

Estas incursões do cólera no decorrer do século XIX e que possibilitaram a presença da enfermidade em diversas localidades do mundo fez com que alguns autores considerassem as ondas desta doença enquanto pandêmicas e o seu trajeto ao redor do mundo no século XIX como uma pandemia. Dito isto, no final da primeira metade dos oitocentos “[...] a partir da terceira pandemia – dividida em duas vagas, 1840-1850 e 1849-1860 –, o cólera se espalhou pelos cinco continentes [...]” (FONSECA; SILVEIRA, 2019, p. 215), chegando ao Brasil, conforme indicado no capítulo anterior, no ano de 1855. “[...] Na sequência viriam os surtos dos anos de 1863-1875 e 1881-1896. A última pandemia do século, iniciada em 1899, teria terminado somente na terceira década do século seguinte, em 1923” (FONSECA; SILVEIRA, 2019, p. 215).

Em território brasileiro a chegada da febre amarela em 1850 e da terceira onda pandêmica do cólera em 1855 põe fim a uma perspectiva que até então perdurava ao se pensar o Brasil, isto é, de que o país possuía

[...] boas condições de salubridade. Apesar da posição geográfica, do clima e da abundante presença de outros elementos que o conhecimento médico do período considerava causadores de doenças epidêmicas das mais graves, o fato notável era que o país permanecia livre das duas pestes mais aterrorizantes do tempo (CHALHOUB, 1996, p. 60).

Ainda que as cidades brasileiras não desfrutassem de boas condições sanitárias, como é o exemplo de Recife (FARIAS, 2007) ou mesmo da capital do império, a cidade do Rio de Janeiro (CHALHOUB, 1996), a ausência da febre amarela e do cólera, doenças que grassavam em outros espaços e provocavam milhares de vítimas, possibilitavam uma percepção favorável na época do Brasil por parte de brasileiros, mas também de indivíduos de outros países (CHALHOUB, 1996).

De todo modo, estas interpretações sobre o Brasil evanescem a partir de 1850, quando a febre amarela e o cólera tornam-se, efetivamente, parte do cotidiano das populações nas províncias. No caso do Rio de Janeiro, a primeira epidemia de febre amarela ocorrida entre 1849 e 1850 vitimou milhares de pessoas, com estimativas chegando até a cifra de 15 mil, com a doença retornando nos anos seguintes (CHALHOUB, 1996). Não obstante isto, outras doenças também assinalaram o dia a dia das províncias brasileiras no contexto dos oitocentos, modificando sensivelmente a percepção de um país com condições sanitárias favoráveis a partir desta segunda metade do século XIX.

Fora as enfermidades já citadas, doenças de caráter endêmico e epidêmico como a varíola, sarampo, escarlatina, tuberculose, malária, disenteria, febres, coqueluche, dentre outras, tornaram-se um cenário comum ao longo do território brasileiro, com estas enfermidades estando presentes em diversas localidades brasileiras e configurando-se enquanto uma preocupação para os governos locais, para a sociedade, bem como para os europeus imigrantes no mesmo período, além de provocar debates diversos entre as autoridades sanitárias no tocante a como enfrentar estas moléstias (PIMENTA; BARBOSA; KODAMA, 2019).

Inserida neste contexto, a província piauiense não esteve alheia aos problemas produzidos pelo caldeirão de doenças que

acometiam outras regiões do império, sendo marcada também, na mesma época, por surtos epidêmicos da febre amarela, do cólera e da varíola⁷ (NUNES, 2007).

No entanto, ao considerarmos o caso do cólera, diferente de províncias como o Pará, Bahia ou Pernambuco, os primeiros registros da enfermidade no Piauí remontam a década de 1860, tanto nos jornais publicados como nos relatórios dos presidentes da província deste momento.

No contexto de 1855 e 1856, o que ainda se encontra em documentos piauienses trata-se de uma breve menção ao cólera. No relatório do presidente da província Frederico D’Almeida e Albuquerque de 1856, aludido no capítulo anterior, ao tratar no documento sobre a saúde pública, este referia-se à ausência de registros de casos da doença no Piauí e asseverava que o governo provincial piauiense tinha ciência do que se sucedia em outras províncias e dos problemas causados pela nova epidemia que grassava no Brasil, mas que até o momento “[...] ainda não invadira esta Província, graças á Divina Providencia” (PIAUHY, 1856, p. 17).

Ao adentrarmos a década de 1860, no entanto, a conjuntura se altera significativamente e, se até então o Piauí encontrava-se ausente dos caminhos percorridos pelo cólera no Brasil, juntamente à província vizinha do Ceará, o seu território agora passa a ser visitado pelo hóspede indesejado. Em função disto,

7. Sobre os surtos epidêmicos da varíola neste contexto da segunda metade do século XIX, Baptista e Nascimento (2021), a partir de análises dos relatórios de presidente da província do Piauí, produzem um panorama geral sobre a situação da província no tocante a esta enfermidade, indicando os diversos momentos em que a doença apareceu ou reapareceu e se tornou epidêmica no Piauí entre 1863 até 1879, além de apresentar dados relevantes como os óbitos provocados pelo mal, chegando a cifra de 500 mortes apenas em Teresina no ano de 1875. A partir do estudo dos autores, é possível perceber a presença da varíola de norte a sul da província nesta época, afetando cada localidade de modo singular. No primeiro capítulo desta obra apresentamos brevemente os registros acerca da varíola presentes nos relatórios dos presidentes da província neste período, buscando especificar ano a ano.

o jornal “O Expectador”, no decorrer do ano de 1862, publica diversas edições até o fim do ano, trazendo informações sobre a doença, medidas profiláticas tomadas pelo governo provincial, além do itinerário desta enfermidade na província piauiense.

A primeira edição que tivemos acesso refere-se ao número 146 publicado em 10 de junho de 1862 e que traz duas notas relevantes para refletirmos sobre os efeitos da epidemia do cólera no Piauí. Uma das notas refere-se a uma série de conselhos sobre a doença (CONSELHOS para o tratamento da epidemia do cholera morbus, 1862a), buscando informar o público letrado sobre os sintomas da enfermidade, além de métodos de tratamento que poderiam ser empregados. Estas publicações com conselhos tornam-se comuns nas páginas do jornal até o mês seguinte. No entanto, além da difusão destes conselhos, nesta edição também temos uma publicação sobre como encontrava-se o estado da província mediante a epidemia do cólera, isto é, os espaços que estavam sendo afetados até então e o imaginário do medo que a doença provocava, haja visto a possibilidade de se espalhar pelo território piauiense.

Noticias locais

(...)

O chorela, que apparecera na Independencia, segundo noticias novamente vindas, começa a declinar, e ha todas as esperanças de que esse terrivel mal não passe daquelles lares, e que o resto do Piauihy fique preservado delle. Pelo menos a mudança de estação, e os meios preventivos, de que se tem lançado mão, nos autorisa a pensar assim (NOTÍCIAS locais, 1862, p. 4).

O primeiro elemento que nos chama atenção é a localidade em que a doença aparece inicialmente no Piauí. Diferentemente de outras províncias, como a Bahia e o Pará, na qual a doença chega através do porto⁸, no caso piauiense os primeiros

8. Segundo Santos (1994), no caso do Pará, entre as medidas profiláticas

registros da enfermidade não são dos espaços limítrofes com o oceano Atlântico, no caso a cidade de Parnaíba (ainda que posteriormente, como veremos adiante, também se torne uma das localidades afetadas no Piauí), mas sim nas áreas que faziam divisa com a província do Ceará⁹, que naquele contexto também se encontrava afetada pelo cólera em várias localidades, dentre elas vilas com acesso direto ao Piauí por meio de estradas.

A província cearense, de modo similar ao Piauí, também repercutiu a notícia dos problemas ocasionados pelo cólera em outras províncias brasileiras. Segundo Lemos (2016), o jornal “O Cearense”, de cunho liberal, ainda em 1855 já publicava notícias sobre a epidemia que tomava forma no Brasil. No entanto, tal como o Piauí, apenas em 1862, apesar do medo que já pairava em torno da doença, o cólera grassa na província cearense, isto é, é neste contexto que “[...] o terrível viajante adentrou o município Icó, espalhando-se em toda a Província do Ceará” (LEMONS, 2016, p. 15).

Já no Ceará, uma das localidades afetadas, localizada próximo à Serra da Ibiapaba, divisa entre a província cearense e piauiense, foi a cidade de Quixeramobim, mencionada no capítulo anterior. Neste momento, o município tinha conexão direta, por meio de algumas estradas, a outras cidades, dentre elas uma em específico conectava-o diretamente à Príncipe Imperial (atual Crateús) (LEMONS, 2016), que nesta época pertencia

sugeridas por uma comissão médica nomeada pelo governo provincial não foi indicada a realização de quarentena a ser feita em navios em que houvesse a suspeita de indivíduos acometidos pela doença. Deste modo, ainda que se soubesse antecipadamente do surto de cólera presente em um navio que aportaria em Belém naquele ano de 1855 nenhuma medida de isolamento foi tomada e, não obstante isto, foi permitido que a embarcação seguisse para outras regiões do país, o que para o autor facilitou a disseminação da enfermidade nas demais províncias costeiras do Brasil.

9. Ainda que já tenhamos tratado desta questão no capítulo anterior é importante ressaltar como este registro presente nos relatórios dos presidentes da província do Piauí também aparece no jornal em questão, isto é, o possível itinerário da enfermidade até chegar à província piauiense.

à província do Piauí. Considerando ainda que Independência localizava-se na mesma região, isto é, o vale do Crateús, e por estar ainda mais próxima ao Ceará do que Príncipe Imperial, não seria de estranhar supor que a mesma estrada também des-se acesso à Independência¹⁰.

Outros documentos que corroboram que a doença, provavelmente, se sucedeu do Ceará para o Piauí através da Serra da Ibiapaba refere-se aos meses nos quais a doença aparece na documentação consultada. De acordo com Lemos (2016), no caso cearense, os primeiros casos registrados por meio do jornal “O Cearense” datam de março de 1862, ainda que autoridades públicas negassem, em várias regiões cearenses, a confirmar que ali se tratava do mal colérico que invadira outras províncias.

Ao considerarmos a província do Piauí, contudo, os relatórios dos presidentes da província, Dr. Antonio de Britto Souza Gayozo, de 13 de junho de 1862 (PIAUHY, 1862a), e do presidente que assume em seguida, o Dr. José Fernandes Moreira, de 10 de novembro de 1862 (PIAUHY, 1862b), possibilita ponderar, ainda que de forma mínima, o itinerário da doença no Piauí, especificamente de onde provavelmente ela teria vindo.

Segundo o primeiro relatório, ao tratar do estado da saúde pública da província, ao inferir sobre o cólera, inicialmente

10. Cabe indicar também que, segundo Baptista, Nascimento e Baptista (2021), um dos argumentos utilizados durante os debates realizados no senado imperial no final dos anos 1870 acerca da cessão das duas vilas ao Ceará em troca de Amarração foi uma suposta proximidade ou identidade que os povos de Príncipe Imperial e Independência possuíam com a província cearense. De acordo com os autores, durante as arguições feitas pelo senador piauiense João Lustosa da Cunha Paranaguá, este aponta a existência de uma petição feita pelas populações de ambas as vilas para que se tornassem parte do Ceará. Ainda que os autores não tenham tido acesso a este documento, sua suposta existência, bem como o sentimento de “pertencimento” dos sujeitos que ali viviam com a província cearense, corrobora com os possíveis contatos estabelecidos entre estas vilas piauienses e outras próximas a elas no Ceará durante este momento da epidemia do cólera, tendo em vista a proximidade do recorte temporal entre ambos os acontecimentos.

menção que o “mal” teria grassado em Tauá e Icó no Ceará e que agora “atacava” o termo de Independência no Piauí. O presidente trata ainda sobre o imaginário do medo da doença em outras localidades no Piauí, mas por ora concentremo-nos nas menções ao Ceará e às datas registradas. Ainda que neste primeiro relatório não haja nenhuma indicação de mês que a doença teria aparecido, o segundo relatório, por sua vez, do presidente que o sucedeu, isto é, Dr. José Fernandes Moreira, de 10 de novembro de 1862, aponta que as primeiras menções à doença em Independência teriam se sucedido em maio daquele ano.

Considerando ainda que na mídia piauiense, especificamente no periódico “O Expectador”, os primeiros registros que encontramos sobre a doença no Piauí datam desta mesma época, isto é, entre maio e junho de 1862 e que, no caso cearense, como afirma Lemos (2016), foi possível encontrar menções ao cólera já em março de 1862 em municípios próximos do Piauí, a exemplo de Icó. Não é impossível sugerir que no caso do Piauí a entrada da doença tenha se sucedido nas áreas limítrofes com o Ceará, principalmente Independência e Príncipe Imperial que, conforme veremos no decorrer desta narrativa, foram os espaços mais afetados dentro do itinerário que a doença percorreu pelo território piauiense.

Dito isto, logo após as notícias de que a doença se encontrava em Independência, o governo provincial tratou de enviar medicamentos para a vila, bem como para Príncipe Imperial, considerando a proximidade entre as vilas naquele contexto e que já se tinha notícias da presença do “mal” em um povoado da comarca de Príncipe Imperial. Assim, ainda que em 10 de junho de 1862 “O Expectador” tenha informado que o “mal” declinava em Independência, na edição de 17 de junho de 1862 tem-se publicadas as portarias do governo provincial do mês anterior. Dentre estas, a portaria assinada do dia 13 de maio de

1862 e publicada pelo jornal, que diz o seguinte:

– Dia 13 –

– Portaria. – O presidente da provincia tendo tido conhecimento por participações officiaes que a epidemia do cholera-morbus está grassando na povoação dos Vertentes da comarca de Principe Imperial, resolve nomear nas villas do Principe Imperial, e Independencia, duas commissões sanitarias incumbidas de fazer distribuir medicamentos, e dietas aos indigentes das respectivas localidades, que forem acommettidos daquelle mal, e de por em pratica todas as medidas hygienicas recommendadas em semelhantes crizes: sendo cada uma das referidas commissões composta do Dr. juiz de direito da comarca, do Dr. juiz municipal, do reverendo vigario da freguezia, do delegado de policia, e do presidente da camara municipal respectiva.

Expedio-se as communicações necessarias.

– Ao Exm. Presidente do Maranhão. – Contando-me por participações officiaes que a epidemia do cholera-morbus se tem manifestado na povoação das Vertentes, seis legoas distantes da villa da Independencia desta provincia, e setenta desta capital, e havendo aqui grande falta de medicos, rogo a V. Exc. se digne de informar-me se no caso de precisaõ poderei contratar alguns nessa capital: e com que gratificações; assim como que se sirva autorisar-me a lançar mão havendo necessidade extrema do medico do corpo de saude do exercito Dr. Delbão Ferreira de Goveia Pimentel Bellesa que se acha na cidade de Caxias.

– Ao Presidente e Membros da Commissão sanitaria da Villa do Principe Imperial. – Envio a Vmcs. Duas ambulancias providas de medicamentos proprios para o curativo do cholera-morbus; uma das quaes ficará nessa villa, e Vmcs. farão seguir sem demora a outra para a Independencia a ser entregue a respectiva commissão sanitaria. Se o cholera-morbus ainda não se manifestou nessa villa e nem na da Independencia Vmcs. determinarão ao pharmaceutico Mavignier que parta para a povoação das Vertentes, passando pela villa da Independencia, com ordem de levar da ambulancia destinada para aquella villa os remedios que entender

necessario conduzir. (CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de Maio de 1862, 1862a, p. 3).

A portaria em questão permite-nos produzir algumas reflexões sobre a conjuntura da província do Piauí diante da epidemia do cólera, além do já inferido sobre os caminhos que a doença percorreu para ingressar em solo piauiense. Uma primeira questão a se perceber trata-se da nomeação de comissões sanitárias para avaliarem as situações locais e atuarem da maneira que fosse mais conveniente para a saúde pública local, bem como informarem o governo provincial sobre a conjuntura sanitária das referidas localidades.

Chama-nos atenção, no entanto, a composição das comissões sanitárias nomeadas pela presidência da província nas duas vilas que, até então, localizavam-se na região que os primeiros casos da doença são identificados. As comissões em destaque foram compostas por membros do judiciário, membros do clero e por políticos locais, mas por nenhum médico. Logo em seguida, o motivo em torno disso é explicitado na mesma portaria, considerando a solicitação de médicos à província vizinha do Maranhão e a inferência de que, neste contexto, havia ausência¹¹ de profissionais formados na área para atuarem no comba-

11. Sobre esta questão, cabe indicar que, nos tempos coloniais, a América Portuguesa que, posteriormente, veio a se tornar o Brasil, não teve a possibilidade de criar universidades ou faculdades durante o período em que pertenceu a Portugal. Quanto aos saberes terapêuticos, apenas com a vinda da família real no início do século XIX houve a criação de escolas cirúrgicas para suprir uma demanda de profissionais no cenário luso-americano que até então, ao se tratar da saúde, dependia de médicos formados em Coimbra, dos jesuítas, das Santas Casa de Misericórdia ou de outros praticantes de cura, como os pajés ou curandeiros africanos. Mesmo que, a posteriori, as escolas cirúrgicas tenham se tornado academias médico-cirúrgicas e depois com a independência tenham sido transformadas em faculdades de medicina a partir de 1832 com a possibilidade da criação de outras faculdades do curso no território brasileiro, ainda era significativo o número reduzido de profissionais formados nesse contexto dos oitocentos no Brasil. Não é à toa que era comum encontrar nesta época, no Rio de Janeiro, anúncios de uma variedade de praticantes que baseavam seus

te ao “mal”, não sendo à toa a solicitação do governo provincial, em portaria no dia 19 de maio publicado na edição seguinte do “O Expectador” de 21 de junho de 1862, ao Dr. Simplício de Souza Mendes, médico formado, que não tomasse posse do cargo de deputado no Rio de Janeiro, haja visto o medo da doença acometer toda a província e os seus serviços se tornarem necessários (CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de Maio de 1862, 1862b).

Novamente, o cólera no Piauí assume um caráter singular no que diz respeito às medidas tomadas para enfrentá-lo. Diferentemente de outras províncias, a exemplo de Minas Gerais (FONSECA; SILVEIRA, 2019), as comissões sanitárias formadas no Piauí no contexto da epidemia do cólera, de modo geral, não dispuseram de médicos, sendo necessário a indicação de pessoas locais que tivessem certo grau de instrução para realização das medidas pertinentes para conter a enfermidade ou mesmo para informar a população.

Esses informes, no caso piauiense, estiveram diretamente relacionados com os sintomas provocados pelo cólera e como as pessoas deveriam proceder para tratá-los, tendo em vista que o

conhecimentos e tratamentos em questões diversas, como a religião, em livros científicos, ervas medicinais ou em todos estes simultaneamente. Além disso, mesmo com uma tentativa de institucionalização e monopolização do saber médico entre os acadêmicos formados, na prática o discurso médico-científico ainda não se configurava enquanto dominante, podendo-se encontrar diversos testemunhos de época, especialmente no Rio de Janeiro, de indivíduos que desacreditavam nos médicos formados em detrimento a outros praticantes de cura (PIMENTA, 2003; SCHWARCZ, 2005). Deste modo, para o Piauí, faltam mais informações acerca da atuação de médicos formados ou mesmo de outros praticantes de cura neste contexto, mas não nos parece improvável que, no caso do cólera, a própria conjuntura de profissionais reduzidos na província piauiense, aliado a tratamentos possivelmente ineficientes, tenha feito com que diversos indivíduos, provavelmente de classes menos abastadas, a procurarem outros praticantes, como curandeiros ou terapeutas populares. Outros estudos, no entanto, assim como a realização de pesquisas com fontes diferentes, podem auxiliar a elucidar melhor a questão da atuação de praticantes de cura durante a epidemia do cólera no Piauí.

governo provincial, por meio da mesma portaria do dia 13 de maio de 1862, publicada na edição de 17 de junho do mesmo ano, remeteu à comissão de Príncipe Imperial “[...] alguns ns. do jornal Expectador em que vão transcriptas instrucções e medicamentos para o cholera, devendo a commissão faser destribuir as ditas instrucções pela população.” (CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de Maio de 1862, 1862a, p. 3). Ou seja, não obstante o envio de medicamentos, a nomeação das comissões sanitárias, as publicações realizadas no “O Expectador” também se tornaram estratégia por parte do governo da província para tentar lidar com o flagelo.

Além disso, se em Minas Gerais, em alguns casos, a nomeação de médicos que viviam nas vilas acometidas também fora realizada com o intuito de incentivar a população que se encontrava com a doença a enfrentá-la, ou pelo menos isso segundo algumas fontes consultadas por Fonseca e Silveira (2019), o mesmo não pode ser dito das comissões na província do Piauí, haja visto a ausência destes profissionais.

Isto posto, não é de se estranhar a determinação feita ao farmacêutico Mavignier que, aparentemente, encontrava-se na região, para que fosse ao povoado de Vertentes e que levasse os medicamentos que acreditava serem mais necessários para o local em questão, bem como para Independência, que também se encontrava afetada pela enfermidade.

Em um contexto em que se desconhecía o agente etiológico da doença, e no qual havia um número reduzido de profissionais formados em medicina, o auxílio de outros indivíduos que atuassem no ofício da cura, a exemplo de farmacêuticos¹²,

12. Ainda sobre a atuação de farmacêuticos na epidemia do cólera no Piauí, deve-se destacar a atuação de Eugenio Marques de Hollanda que, por determinação da presidência da província do Piauí, forneceu duas ambulâncias com medicamentos para Príncipe Imperial e Independência, tendo sido ressarcido por meio das verbas destinadas aos Socorros Públicos (CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de Maio de 1862, 1862b).

provavelmente foi uma forma vista pelo governo provincial no Piauí¹³ para tentar contornar a situação sanitária em que a província se encontrava. Não foi à toa também a solicitação, por parte da presidência da província, que “[...] ao mesmo Mavignier recomendaraõ Vmcs. que estude bem o character, e symphomas do mal, que grassa nas Vertentes, fazendo de tudo uma discripção minuciosa que Vmcs. me remetteraõ” (CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de Maio de 1862, 1862a, p. 3). Cabe ressaltar ainda que, em diversas localidades, eram justamente estes indivíduos, isto é, farmacêuticos, médicos, cirurgiões¹⁴, que indicavam aos governos provinciais as ações a serem tomadas em casos de epidemias, a exemplo da província baiana e do Conselho de Salubridade da Bahia responsável por estas orientações (SOUZA, 2019).

Além do exposto no recorte destacado, os demais ofícios do dia 13 de maio de 1862, publicados na edição do dia 17 de junho de 1862 de “O Expectador”, seguem respondendo outras autoridades públicas de Príncipe Imperial e Independência, indicando que tudo que estava ao alcance do governo provincial já havia sido feito, como o envio de medicamentos a serem

13. Não apenas no Piauí, mas era comum a atuação de farmacêuticos durante a epidemia do cólera no Brasil, sendo possível encontrar registros de farmacêuticos que atuaram contra a referida doença em outras províncias, a exemplo de Minas Gerais (FONSECA; SILVEIRA, 2019).

14. Em outra edição do “O Expectador” do dia 30 de junho de 1862 em portarias publicadas pelo governo provincial do dia 26 de maio de 1862 o presidente da província realiza outra solicitação também a Mavignier. No entanto, refere-se ao indivíduo enquanto cirurgião, requisitando que este se deslocasse de Vertentes em direção a Independência que se encontrava afetada pelo cólera. Além disso, o governo da província no mesmo ofício anuncia que havia contratado Joel de Lima e Oliveira para que tratasse dos doentes em Independência, sem especificar sua formação, apenas dizendo tratar-se de pessoa mais habilitada para realizar tal ato. Questionamo-nos se tratar-se-ia no caso de Joel de Lima e Oliveira acerca de outro praticante de cura conhecido na região, como um curandeiro ou terapeuta popular e por isso o governo o contratou “[...] enquanto para ahi não podem ir medicos [...]” (CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de Maio de 1862, 1862c, p.3).

distribuídos entre os indigentes e enfermos, além de ordenar a contratação de “pessoa (habilitada)” (CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de Maio de 1862, 1862c, p. 3) para cuidar destes últimos, bem como a nomeação de comissões sanitárias em cada vila e a solicitação que mantivessem bem informado o governo acerca do desenrolar da epidemia na região.

Contudo, as vilas próximas ao Ceará limitadas pela Serra da Ibiapaba, isto é, no leste piauiense, não são os únicos locais de preocupação para o governo provincial no que diz respeito à epidemia do cólera. O norte da província, especialmente a cidade de Parnaíba no litoral do Piauí, torna-se motivo de receios conforme a possibilidade de embarcações que teriam passado por locais contaminados pudesse adentrar este espaço.

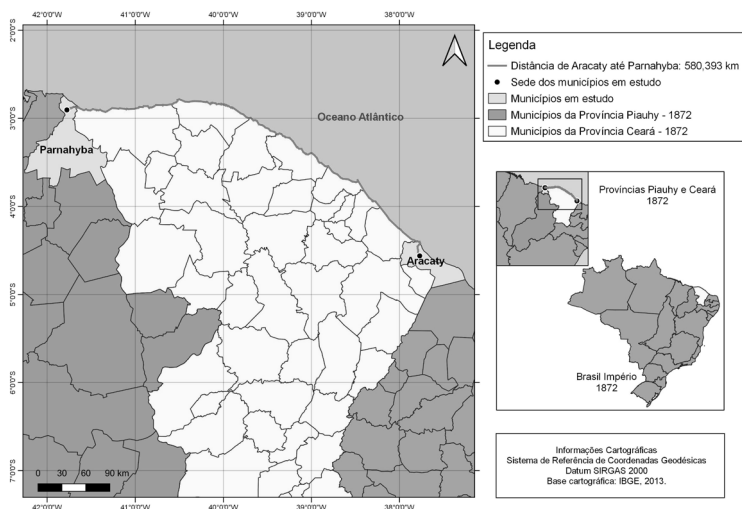
Deste modo, na edição seguinte do jornal “O Expectador”, do dia 21 de junho de 1862, o periódico segue publicando a continuação do expediente do mês de maio de 1862, com as portarias realizadas no dia 14 deste mês. Neste, traz uma portaria destinada ao Delegado de Polícia de Parnaíba, informando ser verdade que o cólera já se encontrava presente na cidade de Aracaty, na província vizinha do Ceará, além de que o vapor Camossim ia subindo pelo litoral cearense e, provavelmente, passaria pela cidade de Parnaíba.

No mapa 3, representando a configuração territorial do Brasil de 1872, é possível observar as distâncias entre Aracaty e Parnaíba e o percurso pela linha de costa que seria percorrida pelo vapor Camossim entre Aracaty até adentrar a cidade de Parnaíba pela Barra do Igarau, braço do rio Parnaíba, que deságua no Oceano Atlântico. Deste modo, o governo provincial, por meio do documento, solicitou, então, que o delegado realizasse quarentena de 15 dias “[...] (a contar do dia da sahida do barco do porto contaminado) e abra o lazareto¹⁵; advertindo a

15. A construção do espaço em questão nesta conjuntura provavelmente se sucedeu, haja visto que, em portaria do dia 18 de junho de 1862, publicada na

S. mc. que não haverá necessidade deste, quando o mal invadir a cidade [...]” (CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de Maio de 1862, 1862d, p. 1).

Mapa 3 – Distância entre Parnaíba (PI) e Aracaty (CE)



Fonte: Do autor (2022).

Ao que tudo indica, entre maio e junho de 1862, o vapor Camossim não chegou a adentrar em Parnaíba, mas aportou em Amarração (povoado da província cearense nesta época), ignorando qualquer medida sanitária que deveria ser tomada,

edição de 19 de julho de 1862 de “O Expectador”, tem-se uma ordem de pagamento ao delegado de polícia de Parnaíba pela construção de uma casa de palha para servir como lazareto na barra de Amarração (CONTINUAÇÃO do expediente do mez de junho de 1862, 1862e). O lazareto, neste contexto, servia para o recebimento de pessoas acometidas por doenças infectocontagiosas para que ficassem em quarentena por um determinado tempo. Em Amarração, em 1884, houve ainda a construção de outro lazareto em função da possível chegada novamente do cólera nesta região sobre o qual trataremos no quarto capítulo desta obra. Sobre este último lazareto construído nos anos 1880 em Amarração, Silva (2018) traz mais informações, como uma planta da casa, além de lista de materiais e valores para sua construção.

considerando que a embarcação havia passado por espaços contaminados. O governo provincial do Piauí, então, envia uma portaria ao presidente do Maranhão no dia 17 de junho de 1862, publicada na edição de 19 de julho de 1862 de “O Expectador”, afirmando que

[...] o procedimento do commandante do vapor Cammossim Pedro Francisco Pereira vindo da capital do Ceará com carta suja por ali reinar o cholera-morbus, fazendo atracar o vapor no porto da Amarração e desembarcando passageiros, cargas e mala do correio, sem observar nenhuma das leis relativas de saude, e policia, afim de que S. Exc. tome as providencias mais acertadas, fazendo sentir ao dito commandante a inconveniência criminosa do seu comportamento e evitar para o fucturo a reprodução de igual atentado (CONTINUAÇÃO do expediente do mez de junho de 1862, 1862e, p. 1).

Considerando que, segundo Baptista (2019), era comum que passageiros desembarcassem em Amarração e de lá se dirigissem à Parnaíba no final do século XIX e início do XX, a desobediência por parte do comandante do Camossim em não entrar em quarentena foi percebida como uma possibilidade de disseminação do cólera a esta cidade.

Há de se destacar ainda o estado da carta de saúde do Camossim. A carta de saúde no século XIX tratava-se de documentação produzida nos portos às embarcações que nele aportassem, indicando o estado de saúde da tripulação e passageiros, além da própria zona portuária (REBELO, 2013). Uma carta de saúde “suja” podia indicar que a tripulação se encontrava contaminada com alguma doença infectocontagiosa, como acreditava-se ser o cólera, ou que havia aportado previamente em algum porto que estivesse vivenciando um surto epidêmico, como foi o caso do Camossim.

Não obstante isto, de modo similar a Príncipe Imperial e Independência, o governo provincial também indica, por meio

da portaria anterior de 14 maio de 1862, que enviaria jornais (possivelmente edições de “O Expectador”) que traziam informações sobre os sintomas da doença, modos de prevenir e de curar a enfermidade. Além disso, a presidência da província se diz ciente também de ofício do delegado da polícia, do dia 2 de maio de 1862, que o negociante inglês Jozeph Redguay colocou à disposição suas casas nos arredores de Parnaíba para servir de hospital de coléricos, caso a epidemia grassasse na cidade, bem como os “[...] pharmaceuticos¹⁶ Daniel Joaquim Ribeiro, e Filho offerecido tambem gratuitamente remedios para os pobres, que forem affectados daquelle mal [...]” (CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de Maio de 1862, 1862d, p. 1).

Ainda no mesmo jornal, mas já nas portarias do dia 15 de maio de 1862, chama-nos atenção uma resposta ao Juiz Municipal Suplente de Marvão (Castelo do Piauí). Nesta, em particular, admite-se ciência da situação no povoado de Vertentes sobre a qual o juiz informava o governo da província, bem como a condição precária de recursos deste termo caso o cólera chegasse ali. Sobre isto, o documento indica que serão enviados medicamentos, além de edições do jornal “O Expectador” que trouxessem informações de como tratar a doença, bem como sobre os sintomas provocados pela enfermidade.

O ofício enviado por parte do juiz de Marvão não ocorre à toa. Permite-nos inferir sobre o medo que a doença provocava no imaginário dos sujeitos à medida que se aproximava de diferentes localidades. Marvão, apesar de distar mais de 100 km de Príncipe Imperial e Independência, possivelmente possuía estradas que a conectava diretamente as vilas já visitadas pelo

16. Posteriormente, no expediente do dia 2 de junho, publicado na edição de 7 de julho de 1862 de “O Expectador”, é ainda informado que a comissão sanitária de Parnaíba poderia dispender gastos para contratar farmacêuticos, cirurgiões ou enfermeiros, além do estabelecimento de uma enfermaria, caso a epidemia do cólera de fato grassasse na cidade (EXPEDIENTE do dia 2 de junho de 1862, 1862a).

hóspede indesejado e, portanto, temia ser a próxima a receber semelhante visita.

É interessante perceber que, novamente, o governo provincial preocupa-se em enviar os conselhos publicados no “O Expectador” para as localidades acometidas ou que estariam em risco de a doença grassar, tornando-se mais uma das medidas profiláticas realizadas neste contexto, ainda que, provavelmente, tenha sido ineficaz, haja visto que os tratamentos¹⁷ indicados nas edições do jornal, possivelmente, auxiliariam a piorar a situação de quem estivesse com a doença.

Na mesma edição, em portaria do dia 17 de maio de 1862, é a vez da vila de Jaicós¹⁸ e de sua comissão sanitária ser instruída sobre as medidas que deveriam tomar caso o cólera também chegasse nesta localidade. A orientação feita por parte do governo provincial em muito se assemelha com as indicadas para outras vilas, como a distribuição de medicamentos e dietas para os indigentes, observação das medidas higiênicas adequadas e envio de médicos formados para a região caso o “mal” de fato chegasse ali. Além disso, infere-se ainda a necessidade de subscrição dos habitantes mais abastados para que contribuís-

17. Sobre estes tratamentos do cólera, ao pensarmos a província de Sergipe, Cardoso (2019) indica que, por não se saber ao certo, neste contexto, o que provocava a doença, as terapêuticas empregadas em diversos momentos agravaram o quadro das pessoas acometidas pelo cólera levando, em certos casos, o indivíduo ao óbito. Cabe indicar que os “conselhos” sugeridos pelo “O Expectador” assemelhavam-se com as terapêuticas encontradas nas fontes que Cardoso (2019) teve acesso no caso da epidemia do cólera na província de Sergipe. No capítulo seguinte trataremos especificamente sobre esta questão.

18. Caso similar pode ser observado para a cidade de Oeiras, Parnaíba e a vila de Picos, em portarias do dia 30 de maio e expediente do dia 2 de junho, publicadas na edição de 7 de julho de 1862 de “O Expectador”. As mesmas medidas preventivas são indicadas pelo governo da província, além do envio de edições do jornal para Oeiras e Picos, contendo modos de tratamento e os sintomas do cólera, com o intuito de que as comissões sanitárias pudessem informar a população. Além disso, suas comissões sanitárias também são formadas por autoridades públicas locais, excetuando-se a presença de médicos, assim como nas demais (CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de Maio de 1862, 1862d).

sem com despesas no combate à doença, bem como destaca também, de modo similar a outras localidades, o envio de “[...] alguns n. do jornal Expectador em que vão transcriptos medicamentos, e instrucções para o curativo do cholera” (CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de Maio de 1862, 1862d, p. 2). Quanto às comissões sanitárias da vila de Marvão e Jaicós, também de modo semelhante a outras vilas, estas eram compostas por autoridades públicas locais, nestes casos pelo juiz municipal, delegado de polícia, presidente da câmara e do reverendo vigário da freguesia (CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de Maio de 1862, 1862d).

Alguns dias depois, na edição de 30 de junho de 1862 do “O Expectador”, em portaria de 26 de maio, é possível perceber a tomada de novas ações por parte do governo da província no sentido de evitar a disseminação da doença. Além da confirmação da epidemia em Independência, determinando a ida de Mavignier para esta última, é interessante evidenciar duas ordens expedidas para o comandante do destacamento da vila de Independência e outra para o chefe de polícia interino da província. Ao primeiro, Alferes¹⁹ Clemente Jose Ferreira, é determinado que retornasse a Independência, tendo em vista que este teria se locomovido para Príncipe Imperial. Assim, é determinado “[...] que parta immediatadamente para a referida villa da Independencia, d’onde não deve mandar soldados affectados do cholera-morbus para o Principe Imperial, se não quando alli taobem se houver declarado a epidemia” (CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de Maio de 1862, 1862e, p.3).

Ao segundo, o chefe de polícia interino da província, ordena-se que todas as autoridades policiais piauienses evitem se ausentar quando a epidemia do cólera grassar na região, “[...] visto como a presença delles se tornara necessaria, ja para providenciarem, como convier a cerca do mal, e ja para não fazerem

19. Patente equivalente a segundo-tenente.

desanimar a população” (CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de Maio de 1862, 1862e, p.3).

Ainda que os documentos não se refiram à palavra “quarentena”, nestes casos em específico é perceptível que, no primeiro exemplo citado, esta era o objetivo do governo provincial, ou seja, evitar que a doença se espalhasse por outras localidades da província e, para tanto, seria necessário que pessoas contaminadas pela enfermidade não deixassem os locais onde se encontravam, a exemplo do Alferes em Independência.

O segundo caso, que também é correlato ao primeiro, envolve outra questão que se fez presente em outras províncias, a exemplo da Bahia (DAVID, 1993) e do Ceará (LEMONS, 2016). Trata-se do medo da doença. Não é à toa que o alferes de Independência se desloca para Príncipe Imperial. A intenção era clara: fugir do “mal”. De acordo com Tuan (2005), foi comum no Ocidente a fuga de cidades em momentos que estas eram acometidas por epidemias de doenças letais. É possível encontrar relatos desse tipo na Europa nos casos da peste bubônica, mas também durante surtos epidêmicos do cólera na Rússia, Espanha e EUA nos anos 1830, nas quais as autoridades públicas tornaram proibido deixar a cidade e encarregaram as forças policiais de promover essa quarentena forçada.

Deste modo, em alguns casos “[...] as notícias da aproximação da epidemia a princípio provocaram curiosidade, depois uma sensação de intranquilidade e, então – quando a invasão parecia inevitável –, uma crescente corrente de pânico” (TUAN, 2005, p. 160). Não foi por acaso, então, a ordem expedida pelo governo da província para que as autoridades policiais não abandonassem seus postos. Tratava-se de uma medida que visava evitar que a doença se espalhasse, além de evitar o pânico generalizado, bem como posteriormente, provavelmente, solicitar que estes sujeitos integrassem as comissões sanitárias locais, conforme percebemos no caso de vilas como

Independência e Príncipe Imperial.

No mesmo documento, e em portaria do mesmo dia, um ofício em resposta à Câmara Municipal de Jaicós, o governo provincial indica a mesma ação a ser tomada pelos políticos locais, isto é, que “[...] inspirem animo aos seus municipes pois hé sabido que o terror he sempre factal em semelhante crizes” (CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de Maio de 1862, 1862e, p.3), além de informar novamente a impossibilidade de enviar médicos para a localidades, ainda que de modo preventivo, haja visto que a doença não havia chegado ali ainda.

É interessante a semelhança com o caso mineiro analisado por Fonseca e Silveira (2019), no qual alguns médicos eram nomeados para as comissões com o intuito de encorajar a população a enfrentar o “mal”. Como no Piauí havia uma ausência de profissionais médicos formados, a presença das autoridades públicas nas localidades contaminadas era percebida como mais uma forma de evitar a fuga dos locais e medo generalizado por parte das populações.

Posteriormente, no expediente do dia 2 de junho de 1862, publicado na edição de 7 de julho de 1862 de “O Expectador”, a quarentena, enquanto estratégia de controle e prevenção da disseminação da epidemia, passa a ser efetivamente citada na documentação para o caso de pessoas transitando em terra, haja visto a preocupação por parte da presidência da província de que fosse realizado quarentena de até 10 dias de qualquer pessoa que viesse de Príncipe Imperial ou Independência ou de outro local acometido pelo cólera e que passasse pelo Furriel²⁰, que tinha ordens para posicionar-se entre estas duas vilas e a de Marvão e, assim, evitar que algum indivíduo escapasse à medida (EXPEDIENTE do dia 2 de junho de 1862, 1862a). Ainda no mesmo expediente, outra medida tomada para o caso do cólera faz-se presente, denotando as modificações provocadas

20. Patente entre cabo e sargento nesta época.

pela doença no dia a dia e o receio que esta agora provocava, especialmente o medo da morte. À comissão sanitária é solicitada

[...] construir quanto antes e em lugar apropriado, em cercado de madeira para servir de cemiterio provisório destinado especialmente aos cholicos fazendo observar todo o aceio nessa cidade, e seus suburbios, e determinando que se acendaõ fogueiras nos principaes pontos dela. – cumpre que Vmcs animem a população, acabando com os prejuizos que muitas vezes tem, e bem assim que aconselhem a queima dos campos, antes mesmo, do que era costume, pois isso servirá para purificar o ar que mandem faser publicos ate por editaes (se outros meios não tiverem) todas as instrucções e receituarios de remedios para o cholera morbus, constantes dos jornaes que com esta lhes envio (EXPEDIENTE do dia 2 de junho de 1862, 1862a, p. 3).

A determinação para a construção de um cemitério provisório não ocorria à toa e certamente derivava do medo presente neste contexto das milhares de vítimas provocadas pela enfermidade pelas localidades em que grassou, especialmente em cidades costeiras, como Salvador e Recife. Além disso, considerando que, neste contexto, a teoria miasmática ainda dominava o discurso médico, não é de estranhar a orientação para a queima dos campos com o objetivo de purificar o ar, e nem seria de estranhar que este cemitério tivesse sido construído nos subúrbios da cidade. Não obstante isto, segundo Cardoso (2019), a purificação do ar por meio da queima das sujeiras existentes nas cidades neste contexto da segunda metade do século XIX tratava-se de sugestões emitidas pela Central de Higiene da Corte para que se evitasse que o cólera acometesse determinada localidade.

Pouco tempo depois, na edição do dia 6 de agosto de 1862 do jornal “O Expectador”, em portaria do dia 19 de julho de 1862 já não se tem mais a indicação de medidas a serem tomadas, mas sim agradecimentos a sujeitos em específico nas

localidades em que atuaram contra o flagelo, a exemplo de Mavignier, que tratou dos doentes em Independência, Luiz da Silva Moura, juiz em Jaicós e Francisco Antonio de Souza Asevedo, pelo fornecimento gratuito de remédios homeopáticos²¹ aos enfermos de Príncipe Imperial (EXPEDIENTE do mez de julho de 1862, 1862c).

Deste modo, apesar de todo o medo provocado pela doença e das medidas profiláticas tomadas pela presidência da província, como o envio de medicamentos, contratação de farmacêuticos e cirurgiões, determinação de quarentenas de pessoas ou embarcações²² que viessem de locais contaminados, construção

21. Apesar de não termos encontrado outras menções a alopatia ou homeopatia nas fontes consultadas, a exceção deste jornal em particular, no contexto de epidemia do cólera, segundo Franco e Nogueira (2019), a formação diferenciada dos médicos em alopatas ou homeopatas produziam dicotomias no modo de ver e tratar a doença. Cabe indicar ainda que os tratamentos sugeridos no jornal “O Expectador” seguiam a linha da alopatia, haja vista sua semelhança com os medicamentos discriminados nas fontes de Franco e Nogueira (2019) no caso da epidemia no Espírito Santo. Os homeopatas, por sua vez, “[...] indicavam tratamentos menos invasivos e medicamentos, muitas vezes, oriundos do saber popular, às vezes mesclado com o chamado saber ‘erudito’ [...] A alopatia no século XIX, na tentativa de se firmar como único saber científico, buscava de todas as formas desqualificar profissionalmente os homeopatas. Em contrapartida, os homeopatas, [...] buscaram o apoio do povo, oferecendo em troca uma medicina acessível às populações urbanas e rurais, de todas as classes sociais, principalmente, àqueles que eram excluídos da assistência médica [...] o aparecimento do cólera foi muito oportuno para os homeopatas, por ter lhes permitido atuar de forma mais independente, popularizando suas práticas entre os estratos sociais menos privilegiados economicamente, sobretudo em razão da resistência da população que não conseguia ou não desejava se enquadrar nas práticas e regras de higiene preceituadas pelos alopatas” (FRANCO; NOGUEIRA, 2019, p. 147). Apesar disso, novos documentos tornam-se necessário para que possamos produzir uma reflexão mais aprofundada sobre atuação de alopatas, homeopatas ou mesmo de outros praticantes de cura no caso do cólera no Piauí. Considerando a ausência de médicos na província piauiense, conforme indicado no decorrer desta narrativa, o mais provável é que outros tipos de terapeutas populares tenham atuado juntamente com os cirurgiões e farmacêuticos, ainda que não tenham sido citados nos periódicos consultados para a produção deste capítulo.

22. Além do caso do Camossim, no qual a quarentena não foi respeitada (CONTINUAÇÃO do expediente do mez de junho de 1862, 1862e), outro

de lazareto para quarentena de enfermos no litoral, a epidemia, aparentemente, não perdurou muito tempo.

No início de julho os casos em Independência e Príncipe Imperial já haviam reduzido²³ significativamente, ao ponto de não ter sido registrado no jornal episódios da doença em Parnaíba e do governo provincial inferir não haver mais o risco desta chegar em Oeiras (CONTINUAÇÃO do expediente do mez de junho de 1862, 1862e) ou mesmo em Marvão e Picos (EXPEDIENTE do mez de julho de 1862, 1862b). O que se tem ainda é a solicitação ao cirurgião/farmacêutico Antonio Mavignier Lopes que enviasse ao governo provincial uma relação das pessoas que haviam ido a óbito por conta da doença em Príncipe Imperial e Independência (EXPEDIENTE do mez de julho de 1862, 1862b).

Com isso encerramos nossa discussão sobre os efeitos do cólera no Piauí nos anos 1860 e no próximo capítulo trataremos mais especificamente acerca das orientações de tratamento presentes em algumas edições do jornal “O Expectador” publicadas no ano de 1862 citadas de modo breve no decorrer deste capítulo.

vapor de nome Guajará ingressou em Parnaíba no mês de junho tendo, supostamente, respeitado a quarentena que lhe foi imposta na localidade (EXPEDIENTE do mez de agosto de 1862, 1862d).

23. Na edição de 23 de agosto de 1862 do “O Expectador”, em ofício do dia 14 de agosto de 1862, dá-se ciência que o estado sanitário da vila de Príncipe Imperial era satisfatório, provavelmente indicando que os casos de cólera haviam findado ou diminuído de forma expressiva (EXPEDIENTE do mez de agosto de 1862, 1862d). Em Independência, na edição de 20 de setembro de 1862 do “O Expectador”, em portaria do dia 30 de agosto de 1862, as autoridades públicas locais comunicaram que a vila no final de julho continuava a manter as medidas higiênicas até que não houvesse mais possibilidade ou medo da doença reaparecer na localidade (EXPEDIENTE do mez de agosto de 1862, 1862e). Deve-se apontar ainda que, em 1863, a doença torna a aparecer na província do Piauí e, dessa vez, afetando de maneira acentuada a vila de Príncipe Imperial, conforme indicado no capítulo anterior. Não encontramos, no entanto, outras fontes que tratassem deste contexto de 1863 além dos relatórios da presidência da província analisados.

“Conselhos para o tratamento da epedemia do cholera morbus”: reflexões sobre terapêuticas e medicamentos para o cólera no Piauí através do jornal “O Expectador” (1862)

No ano de 1862 o jornal piauiense “O Expectador”, editado uma vez por semana em Teresina, capital do Piauí, passa a publicar uma série de edições trazendo informações sobre um novo surto epidêmico que grassava no território da província, a epidemia do cholera-morbus, conforme aludido previamente.

Entre junho e setembro daquele ano o periódico publicou diversas edições que se preocuparam em indicar as ações tomadas pelo poder público para conter a enfermidade, os espaços que estavam sendo afetados por este novo surto epidêmico, além de conselhos, presentes em vários números do jornal, acerca de como a doença poderia/deveria ser tratada.

Diferentemente de outras províncias brasileiras que foram afetadas pelo cólera já na década de 1850, especificamente a partir de 1855, no caso do Piauí os primeiros registros que tivemos acesso sobre a presença de pessoas acometidas por esta doença em seu território datam do ano de 1862, figurando na imprensa piauiense, mas também nos relatórios dos presidentes da província desta época, conforme tratado anteriormente.

A enfermidade, por sua vez, conhecida pelo governo da província piauiense pelas consequências provocadas em outros

espaços que já teria grassado, não deixou de causar implicações semelhantes, gerando uma atuação do poder público do Piauí no sentido de evitar estes efeitos, mas também levando, possivelmente, a população a temer a chegada da doença, a sentir o medo do que esta poderia causar em última instância, isto é, a morte.

Deste modo, o objetivo deste capítulo foi o de refletir sobre a circulação de saberes terapêuticos, medicamentos a serem utilizados, tratamentos a serem realizados e informações sobre a sintomatologia do cólera a partir do jornal “O Expectador” entre os meses de junho e julho de 1862.

Fez-se uso de pesquisa documental, especificamente hemerográfica, para o estudo aqui realizado analisando-se edições publicadas pelo periódico “O Expectador” no Piauí entre junho e julho de 1862 que trouxeram registros sobre as terapêuticas da doença nesta província.

Destarte, o estudo produzido pôde refletir sobre a circulação de conhecimentos acerca da sintomatologia da doença que grassava no recorte já citado, além dos tratamentos e medicamentos que naquele momento acreditava-se serem eficazes para o reestabelecimento da saúde dos sujeitos acometidos pelo “mal”¹.

1. Interessante ressaltar que a vinculação da doença enquanto um “mal” ou “flagelo” não acontece à toa, tampouco limita-se ao Piauí. A quantidade de vítimas acometidas e mortes causadas em função da doença no decorrer do século XIX levou aos sujeitos em diferentes localidades a vincularem o cólera diretamente a um mal ou flagelo, ou seja, a uma punição divina, como é possível perceber nas fontes consultadas por pesquisadores que refletiram sobre os efeitos do cólera em diversas províncias do Brasil (FRANCO; PIMENTA; MOTA, 2019). Do mesmo modo, quando o “mal” não grassava no território atribua-se à “Divina Providência” o afastamento do flagelo, como é o caso do relatório do presidente da província do Piauí de Frederico D’Almeida e Albuquerque apresentado à Assembleia Legislativa piauiense em 1856, e de maneira similar, quando o surto epidêmico se extinguiu a Divina Providência também entrava em ação e era percebida enquanto responsável por findar a doença, a exemplo do Ceará (LEMOS, 2019). O imaginário de que a doença se tratava de uma punição enviada por Deus levava a esta dupla percepção que por vezes tornava-se anta-

A partir disto, aponta-se que, tal qual em outras províncias, os saberes terapêuticos, tanto de tratamentos como medicamentos, que circularam no jornal em questão estiveram diretamente relacionados às teorias médicas em voga naquele tempo e sistemas terapêuticos aplicados pelos médicos.

Antes de adentrar nesta questão propriamente dita é importante retomar novamente discussões feitas previamente nos capítulos anteriores a guisa de compreensão do contexto no qual estas fontes hemerográficas foram produzidas, isto é, a conjuntura brasileira no período oitocentista no que se refere a saúde.

O Brasil na segunda metade do século XIX perpassa por um período singular no tocante à salubridade pública, refere-se a um contexto do império enfermo, isto é, uma conjuntura na qual a população brasileira deparava-se com diversas epidemias que se instalavam ao longo do território brasileiro provocando muitas vezes o pânico e o medo da morte, especialmente no caso de doenças que se desconheciam métodos eficientes de profilaxia e também sua forma de contágio. Assim, tratou-se de um momento de desconstrução de uma perspectiva acerca de uma suposta salubridade existente no Brasil mediante seu clima e do anteparo sanitário que este teria para com a população brasileira diante de epidemias que já assolavam outras partes do ocidente, a exemplo da febre amarela e do cólera (CHALHOUB, 1996; PIMENTA, 2003).

Apesar de surtos epidêmicos não serem desconhecidos às populações que viviam na América, tendo em vista as diversas epidemias que se tornam cenário comum a partir do século XVI,

gônica e com o registro de preces ou procissões para que a Divina Providência intercedesse em certas localidades, como foi o caso do Espírito Santo (FRANCO; NOGUEIRA, 2019). Para Tuan (2005) essa associação tratava-se de uma racionalização comum realizada dentro do imaginário judaico-cristão para compreensão do porquê uma epidemia disseminava-se rapidamente em determinada localidade, vinculando-se o surto epidêmico a um castigo divino em função de alguma transgressão realizada por aquela sociedade.

diversas outras enfermidades, dentre estas o cólera, tornaram-se epidêmicas ou existiam de forma endêmica e modificaram o cotidiano da população brasileira no decorrer do século XIX ou a partir da segunda metade do oitocentos. A febre amarela (CHALHOUB, 1996)², varíola (CHALHOUB, 1996; SEVCENKO, 2010)³, tuberculose (BERTOLI FILHO, 2001;

2. De acordo com Chalhoub (1996) o Rio de Janeiro, por exemplo, foi uma das cidades afetadas pela epidemia de febre amarela neste contexto do oitocentos. A cidade, e não apenas ela, mas o Brasil, tido até o final da década de 1840 enquanto um país com boas condições de salubridade pública, tendo em vista a ausência de surtos epidêmicos que já varriam outros continentes, como o cólera e a febre amarela, e até então ausentes da realidade brasileira, torna-se um dos espaços onde sua população foi significativamente afetada pela enfermidade entre 1849 e 1850. Neste período em torno de três terços da população carioca foi acometida pela enfermidade com o número oficial de mortos chegando próximo a cinco mil e estimativas de mortes que variaram entre dez mil a quinze mil mortos em decorrência direta desta enfermidade. A doença tornou a aparecer nos anos seguintes provocando o medo e fuga da cidade, especialmente pelos grupos sociais abastados e, nas décadas que se sucederam, a febre amarela se configurou enquanto uma enfermidade presente no dia a dia causando problemas e modificando o comércio e a política em boa parte das vezes que um novo surto se manifestava. Além disso, o Rio de Janeiro não esteve incólume no surto de cólera de 1855 e 1856, muito menos da varíola, doença que esteve presente no cotidiano carioca ao longo do oitocentos (CHALHOUB, 1996).

3. Ainda com relação a varíola, segundo Sevcenko (2010), esta no início do século XX tratava-se de uma doença endêmica com focos da enfermidade existindo em diversas localidades no Brasil e o Rio de Janeiro sendo uma das cidades mais afetadas por esta e com surtos epidêmicos acontecendo de tempos em tempos durante o decorrer do século XIX e no início do século seguinte. Chalhoub (1996) corrobora com esta inferência ao elencar por meio de sua narrativa os episódios de surtos da doença que ocorreram no decorrer do século XIX por meio de documentação diversa, além de discutir sobre a inoculação que já tomava forma em território brasileiro, especialmente no Rio de Janeiro, no período oitocentista e que, posteriormente, torna-se uma das problemáticas centrais no tocante a salubridade pública no início do século XX no Brasil. Quanto ao Piauí, Baptista e Nascimento (2021), conforme dito anteriormente, indicam o registro de surtos da doença que existia em território piauiense de modo endêmico e em contextos específicos assumia um caráter epidêmico, a exemplo da seca de 1877-79 e a vinda de retirantes cearenses flagelados pela seca para o Piauí. A partir dos relatórios dos presidentes da província de 1863 a 1879 os autores indicam o registro do surto da varíola na província piauiense em 1863, entre 1865 e 1866, 1867, entre 1875

NASCIMENTO, 2005)⁴, malária (GURGEL, 2010; NERY, 2021)⁵, além de outras doenças relacionadas com o trato di-

e 1876, 1877 e entre 1878 e 1879, às vezes com breve menções em localidades diversas e em outros momentos sendo registrado o óbito de centenas de pessoas, como no caso de Teresina em 1875 no qual os autores apontam mais de 500 mortes apenas na capital.

4. Segundo Bertoli Filho (2001) trata-se de uma enfermidade com registros que remontam a momentos de pré e pós-conquista da América. Ainda que durante certo tempo tenha se questionado se os povos nativo-americanos tinham ciência ou mesmo contato com esta moléstia, outras pesquisas indicam que a enfermidade já se fazia presente e era conhecida de algumas das sociedades que viviam na América, a exemplo dos Incas. No entanto, apenas a partir do século XVI “[...] é que a moléstia firmou-se como uma das principais causas de óbitos entre os indígenas [...]” (BERTOLI FILHO, 2001, p. 57) e, nos séculos que seguem, passa a compor o cotidiano das populações no continente americano assumindo um caráter endêmico (NASCIMENTO, 2005). Conhecida como peste branca a tuberculose foi uma das enfermidades que marcou de modo significativo o período oitocentista no Brasil, tendo suscitado debates frequentes na sociedade acerca de questões distintas sobre esta, a exemplo do agente etiológico e métodos de profilaxia a serem aplicados. Assim, “[...] no fim do século XIX, a causa da tuberculose, a sua incidência, os recursos para o seu diagnóstico e os cuidados gerais necessários para sua prevenção estavam postos [...]” (NASCIMENTO, 2005, p. 116). Além disso, por se tratar de uma doença que por um tempo considerável não se conhecia a cura foi percebida socialmente no período oitocentista enquanto um flagelo, gerando representações distintas nos contextos dos indivíduos que eram afetadas por esta (NASCIMENTO, 2005). Quanto ao Piauí Alvarenga (2011) e Santana (2017) indicam a presença da doença também em caráter endêmico no decorrer do século XIX e também no início do século XX, tendo sido citada neste último século no relatório de Artur Neiva e Belisário Pena quando de sua passagem pelo interior do Piauí. Quanto ao período oitocentista Santana (2017) comenta ainda sobre casos da enfermidade durante o período da seca de 1877-79, sendo possível encontrar registros de óbitos de doenças diversas, dentre elas, a tuberculose, nas Enfermarias de Imigrantes criada pela presidência da província na época para acolhimento dos retirantes da seca e que funcionavam no Hospital de Caridade e no Quartel de Polícia de Teresina.

5. Segundo Gurgel (2010), a malária trata-se de uma doença que os estudiosos apontam como origem a África, tendo acompanhado a humanidade à medida que esta deslocava-se pelos continentes e ocupava outros espaços no decorrer do tempo. Ela aparece em registros diversos produzidos em distintos contextos temporais e espaciais, tanto no ocidente como no oriente. No tocante a sua chegada a América existem várias hipóteses de como isto se sucedeu, dentre estas a probabilidade de ter decorrido ainda nos fluxos migratórios que marcam o início da ocupação do continente. Agrega ainda várias

gestivo ceifaram milhares de vidas ao longo das cidades e das regiões interioranas brasileiras (DEL PRIORE, 2016; SCHWARCZ; STARLING, 2015).

No caso específico do cólera, nosso interesse nesta narrativa, o desconhecimento quanto ao que provocava a doença, isto é, o agente etiológico da enfermidade (com os médicos dividindo-se entre teorias distintas a exemplo do infeccionismo e contagionismo), bem como os métodos de tratamento necessários para o convalescimento dos indivíduos, além da desconfiança em certas localidades quanto a ação das autoridades públicas por parte da população terminou favorecendo a disseminação desta enfermidade e, assim, afetando de forma significativa as populações nas províncias que a doença adentrou, especialmente as camadas menos abastadas (DAVID, 1993; DINIZ, 1997; PIMENTA, 2003; ALEXANDRE, 2010; LEMOS, 2016).

O Piauí, por sua vez, não esteve alheio a esta conjuntura e, de modo similar, também foi marcado por este contexto de Império Enfermo, tendo sido afetado por várias destas enfermidades que estiveram presentes em outras províncias brasileiras. Assim, segundo Nunes (2007), Alvarenga (2011), Santana (2017) e Nery (2021) no início dos anos 1860 a província

denominações diferentes, como paludismo ou impaludismo, maleita, febre terçã ou quartã e, além disso, o “[...] termo “malaria”, provavelmente cunhado no século XVIII, origina-se na crença de que a moléstia era causada por miasmas, ares pestilentos proveniente de pântanos (em italiano, “*mal aira*”, ar mau)” (GURGEL, 2010, p. 59-60). No Piauí, Nery (2021) aponta que é possível encontrar diversos registros da enfermidade ao longo do tempo, denotando o caráter endêmico que esta assumia na região e, especificamente no século XIX, a enfermidade é citada por viajantes que estiveram em território piauiense, bem como por autoridades públicas, notadamente informando sobre a situação de salubridade pública da província. Assim, no caso da malária e ao pensarmos o contexto histórico do Piauí oitocentista, “[...] a presença de rios em alguns municípios de norte a sul da província e a concentração de pessoas pobres, plantações e comércio nas suas margens, e as poucas repartições de saúde para o tratamento da doença no território piauiense durante a segunda metade do século XIX, eram os principais agravantes para a manifestação do impaludismo” (NERY, 2021, p. 142).

piauiense foi marcada pela presença de diversas enfermidades, tanto de caráter endêmico, quanto epidêmico, dentre elas destacando-se o cólera.

No caso do cólera, já indicamos ao longo desta obra, a partir dos relatórios da presidência da província do Piauí entre os anos de 1862 e 1866, os efeitos que a doença teve na província, elencando as principais localidades afetadas, além do número estimado de pessoas infectadas (centenas), indivíduos que vieram a óbito (dezenas)⁶, bem como as medidas tomadas pela administração provincial para tentar conter o flagelo e mitigar sua disseminação⁷.

Assim, a febre amarela (NUNES, 2007; SANTANA, 2017) e o cólera acometeram diversos indivíduos à medida que se espalhavam pela província piauiense, tendo figurado na im-

6. Nos documentos que tivemos acesso, conforme indicado no primeiro capítulo desta obra, há o registro de 313 infectados e 52 óbitos em Príncipe Imperial e 47 óbitos em Independência, sem especificar nesta última a quantidade de infectados, entre os anos de 1862 e 1863. Embora os números sejam reduzidos ao considerarmos as conjunturas de outras províncias é preciso levar em conta que, naquele contexto, ambas localidades possuíam aproximadamente 7 mil pessoas vivendo na região, portanto, o registro de infectados na casa das centenas e mortes nas dezenas não nos parece improvável, haja visto que ao pensarmos o caso da Bahia que alguns anos antes no surto de 1855 e com uma população de mais de 1 milhão atingiu, aproximadamente, a cifra de 36 mil mortos.

7. Aqui cabe indicar a importância de se utilizar outras fontes para refletir sobre os efeitos da enfermidade em território piauiense, haja visto a intencionalidade existente em cada documento e, no caso de documentos produzidos no âmbito da política era comum o enaltecimento ou omissão de ações de acordo com os grupos que estivessem no poder. Essa situação, por exemplo, pode ser observada no caso da possibilidade do cólera tornar-se novamente epidêmico no Piauí entre 1883 e 1884 através do “porto” de Amarração e as querelas políticas entre o Partido Liberal e Conservador no contexto que, dependendo do grupo que estivesse na presidência da província, os jornais de cunho político e diretamente conectados com cada partido suavizavam ou atenuavam as críticas às medidas tomadas pelo poder público para impedir a visita indesejada, estas sendo a construção de um lazareto em Amarração para acolhimento e quarentena de possíveis enfermos, a serem discutidas no próximo capítulo. Portanto, indicamos essa ressalva quanto a configuração da epidemia no contexto da década de 1860 e a necessidade de realização de novas pesquisas sobre esta conjuntura.

prensa local (SANTANA, 2017) e sido motivo de preocupação constante por parte das autoridades públicas no tocante a quais medidas profiláticas poderiam e deveriam ser tomadas para agir no tocante a estas novas enfermidades. Além destas, a varíola que também assumia um caráter endêmico na província irrompe em novos surtos epidêmicos na segunda metade da década de 1860 e em alguns momentos da década seguinte afetando, principalmente, cidades como Teresina e Parnaíba (BAPTISTA; NASCIMENTO, 2021). Não obstante isto, cabe indicar ainda que, segundo Alvarenga (2011) e Marinho (2018), quanto a atuação dos governos piauienses frente a estas moléstias estes não atuavam de forma regular acerca da saúde pública durante o século XIX e até o início do século XX

[...] conforme pode ser verificado na ausência de organização administrativa da Diretoria de Saúde Pública, que não possuía, sequer, a regulamentação para o funcionamento. Isso refletiu na ausência de planejamento para o fornecimento de serviços de saúde regulares na capital e no interior, que eram praticamente inexistentes até a década de 1920, quando ocorreu a instalação dos primeiros postos de atendimento para moléstias infectocontagiosas [...] (MARINHO, 2018, p. 21)

Deste modo, apesar de questões relacionadas a salubridade pública serem debatidas por políticos e médicos nesta segunda metade do oitocentos no Piauí apenas ações pontuais eram tomadas quanto a saúde, notadamente em contextos de surtos epidêmicos ou de possibilidades⁸ de ocorrência destes,

8. Cabe ressaltar que essas medidas de prevenção tomadas pelo governo da província, como a criação de enfermaria em Parnaíba no início de 1856 ou mesmo a realização de quarentenas em Oeiras de pessoas suspeitas oriundas da Bahia, ainda que se tratassem de ações limitadas, denotam uma proposta de prevenção em um contexto que os poderes públicos só passavam a atuar após a irrupção da enfermidade, indicando, de forma similar à província do Ceará “[...] uma experiência preventiva, na qual cuidados são expedidos antes mesmo que a doença tomasse de assalto os cidadãos cearenses” (MACIEL, 2017, p. 16).

a exemplo do cólera e da varíola (SANTANA, 2017). Além disso, apenas no final do século XIX, em 1898 com a criação da Diretoria de Saúde Pública é que os serviços sanitários do Piauí passam a estar concentrados em um órgão que seria responsável por evitar a disseminação de doenças infectocontagiosas e fiscalizar as condições de higiene pública do Piauí (NERY, 2021).

No contexto da década de 1860, no entanto, havia poucas instituições⁹ de saúde que atuavam no tocante à saúde pública no Piauí, podendo-se citar o Hospital de Caridade da Santa Casa de Misericórdia de Teresina (NERY, 2021), além da abertura de locais específicos em momentos de surtos como a Enfermaria dos Imigrantes no contexto da seca de 1877-79 também em Teresina já citada nesta narrativa (SANTANA, 2017). Em Oeiras, antiga capital da província, neste início da segunda metade do século XIX, após a transferência do Hospital de Caridade para Teresina, permaneceu funcionando o Hospital de Caridade de Oeiras que também atendia a população local, contudo com menos atribuições, mantendo-se apenas uma enfermaria, haja visto a impossibilidade do governo provincial de manter os dois hospitais em Teresina e Oeiras, de acordo com documentação da época (SILVA, 2016; SANTANA, 2017).

Deste modo, tornou-se situação comum a nomeação¹⁰

9. Santana (2017) cita ainda a existência do Hospital dos Morros de Santo Antônio pertencente ao capitão Antônio Martins Lima funcionando nesta época em Teresina sem, contudo, indicar mais informações sobre esta instituição.

10. Não apenas no Piauí, mas foi situação comum a nomeação de comissões sanitárias, geralmente formadas por médicos, para atuarem no combate à epidemia do cólera também em outras províncias, ainda que no caso piauiense a ausência de médicos na província tenha levado o governo provincial a indicar outras autoridades públicas locais, como juizes, delegados e políticos. Estas comissões eram indicadas nas localidades afetadas ou que se acreditava estarem em risco de serem acometidas pelo cólera. Foi o caso da província de Minas Gerais, na qual a presidência nomeou comissões em municípios específicos para que pudessem lidar com a presença da enfermidade, cuidando dos enfermos e alertando o governo provincial da conjuntura na localidade no que fosse

de comissões sanitárias por parte da presidência da província do Piauí nesta época para lidar com os surtos epidêmicos de cólera que grassavam no interior ou mesmo para preparar os espaços da possibilidade de chegada das enfermidades, tendo em vista a reduzida assistência que boa parte da província tinha no tocante à saúde pública.

Dito isto, a partir dos registros realizados no jornal “O Expectador” podemos compreender um pouco mais acerca

referente ao recrudescimento da doença ou agravamento da situação (FONSECA; SILVEIRA, 2019). Situação similar se sucedeu também na Bahia, tanto na epidemia de febre amarela em 1850 com a nomeação pela presidência da província de comissão de médicos responsável pelo atendimento de enfermos e distribuição de remédios nas freguesias baianas (SOUZA, 2019), como durante a epidemia do cólera a partir de 1855 na qual comissões formadas por médicos e estudantes transitavam por várias localidades da província para verificar as condições de salubridade existentes e inferir a presença ou não do cólera entre a população (DAVID, 1993). No caso do Ceará também se observou a criação destas comissões no decorrer do território cearense, normalmente compostas nesta província por sujeitos que detinham certo status político e econômico, além de autoridades públicas locais, como juiz de direito, pároco e presidente da câmara municipal. No caso do cólera a nomeação destas comissões se sucedeu ainda em 1856 quando do receio da enfermidade adentrar a província do Ceará. Cabe indicar ainda o caráter político e o prestígio social que estas comissões adquiriam ao considerarmos o caso cearense, considerando que após a doença grassar na província do Ceará, isto é, a partir do ano de 1862, a atuação dos sujeitos que compunham estas comissões ou que doavam para estas últimas “[...] não deixava de ser um investimento em sua imagem social e política [...]” (ALEXANDRE, 2010, p. 133). Assim, as ações filantrópicas tomadas por indivíduos que doassem víveres para as comissões locais ou mesmo os sujeitos que atuavam diretamente nestas últimas não ocorriam à toa, sendo informado pelos membros das comissões sanitárias ao governo da província, além dos jornais locais, sobre a filantropia realizada por estes sujeitos. Não obstante isto, o próprio Estado Imperial solicitou às províncias assoladas pelo cólera nesta época que indicassem os indivíduos que teriam atuado visando lidar com a epidemia ou que tivessem prestado serviços relevantes ao Império no decorrer do surto epidêmico de 1862 (ALEXANDRE, 2010). No caso piauiense esta questão pode ser observada também na imprensa local, especialmente no “O Expectador”, nas edições publicadas no segundo semestre de 1862, após, supostamente, o término do surto de cólera que assolava as localidades limítrofes entre o Piauí e o Ceará. Nos números publicados em setembro daquele ano o jornal trazia indicado os nomes dos indivíduos que teriam de algum modo atuado contra a doença e auxiliado a população, em especial a indigente, de seus respectivos locais.

das informações que circulavam na província sobre a doença, como a sua sintomatologia, medicamentos, além dos tratamentos indicados para os sujeitos que fossem acometidos pelo cólera. O jornal tratou ainda sobre como o poder público atuou no tocante ao surto epidêmico do cólera no Piauí, seja com a nomeação de comissões sanitárias, construção de obras públicas ou envio de medicamentos para localidades no interior da província em edições no decorrer do ano de 1862, conforme aludido no capítulo anterior.

Apesar de que neste segmento nosso enfoque recairá sobre as terapêuticas que o jornal em questão apresenta ao longo de dois meses é interessante destacar que a própria necessidade percebida pela redação do jornal de informar o público letrado sobre a doença, isto é, os sintomas que esta provocava e como deveria ser tratada denota, possivelmente, o temor que este “mal” provocava nos sujeitos da província. Considerando ainda o número significativo de mortos provocados pelo cólera em anos anteriores em províncias como a Bahia não é à toa encontrarmos publicados estas informações, bem como a forma que o periódico se refere a doença sobre a possibilidade de o Piauí ficar “preservado” deste “mal”.

Sobre esta questão a edição de número 146 publicada em 10 de junho de 1862 traz duas notas pertinentes e que permitem produzir reflexões sobre a epidemia que começava a tomar forma na província e os efeitos desta perante a população.

Notícias locais.

[...]

O chorela, que apparecera na Independencia, segundo noticias novamente vindas, começa a declinar, e ha todas as esperanças de que esse terrivel mal não passe daquelles lares, e que o resto do Piauhy fique preservado d'elle. Pelo menos a mudança de estação, e os meios preventivos, de que se tem lançado mão, nos autorisa a pensar assim (NOTÍCIAS locais, 1862, p. 4).

A notícia, no entanto, certamente não foi a primeira sobre a chegada da doença na província piauiense por meio do Ceará, considerando que no registro indica-se tratar de uma nova informação sobre a situação da região e, principalmente, que o surto estava declinando na localidade e que até este momento os casos da doença limitavam-se a região de Independência¹¹.

Chama a atenção, contudo, a vinculação da doença, assim como em outras províncias, como o Ceará (MACIEL, 2017; LEMOS, 2019), Espírito Santo (FRANCO; LOPES; FRANCO, 2019), Pernambuco (FARIAS, 2007), Rio de Janeiro (PIMENTA, 2003), Bahia (DAVID, 1993), a um mal, ou seja, a um flagelo. Assim, de modo similar a outras localidades no império também na província do Piauí o imaginário em torno da doença percebe-a enquanto um castigo divino, com este estando presente não apenas nos relatórios dos presidentes da província, mas também na imprensa da época.

11. Indicamos através de nossos estudos que, provavelmente, o surto do cólera em Independência inicia-se em maio de 1862 e finda-se entre junho e julho do mesmo ano. No ano seguinte foi a vez do Termo de Príncipe Imperial, no qual o surto teria tido início em abril de 1863 e com os últimos casos registrados até o final de maio. Não sabemos ao certo, no entanto, se o impacto da epidemia se limitou a dezenas de mortos e centenas de infectados, tendo em vista que a documentação utilizada ter se tratado dos relatórios de presidente da província e do periódico “O Expectador”. A questão posta refere-se ao fato de que a maioria dos presidentes que estiveram no poder nos momentos que a província vivenciou a epidemia do cólera, bem como o jornal “O Expectador”, eram vinculados ao partido conservador no Piauí naquele momento, isto é, há a possibilidade de omissão ou minimização dos efeitos do surto por parte destas fontes haja visto que boa parte foram produzidas por grupos no mesmo espectro político. No caso de “O Expectador”, por exemplo, a intencionalidade no discurso do periódico e o apoio ao presidente da província que sucede Antonio de Britto Souza Gayoso torna-se claro na edição de 21 de junho de 1862 na qual o jornal elogia as ações de prevenção tomadas pelo governo anterior e solicita aos seus leitores a confiança nos médicos e no novo presidente da província quanto a resolução da nova crise sanitária que se descortinava em território piauiense com o cólera. Portanto, seria interessante outros documentos, especialmente de grupos de oposição, para uma análise a contrapelo destes documentos utilizados nesta narrativa.

Outro elemento que também merece destaque e que dialoga com informação veiculada pelo jornal e que trataremos adiante refere-se as medidas profiláticas que devem ser tomadas quanto a moléstia e como o contágio desta encontra-se diretamente relacionado com o clima da região, o que denota como a teoria miasmática¹² também estava presente no Piauí e marcava o imaginário destes sujeitos no que se refere às explicações do surgimento e alastramento de doenças. Apesar da notícia não discriminar quais seriam essas ações de profilaxia tomadas, o periódico propõe-se a informar a sociedade piauiense acerca de como tratar o cólera a partir desta edição e em várias edições seguintes publicando conselhos para o tratamento da epidemia.

12. Conforme dito previamente no século XIX um dos pensamentos que predominavam e que tentava explicar os motivos que levavam ao surgimento de doenças epidêmicas foi a teoria miasmática. Esta teoria defendia que as enfermidades eram provocadas pela presença de gases de caráter pútrido que se encontravam espalhados na atmosfera e que podiam ser percebidos pelo fedor que causavam. Estes, por sua vez, originavam-se mediante a decomposição da matéria orgânica existente nos lixos depositados nas ruas, em matadouros, esgotos, pântanos, hospitais e até mesmo nas igrejas onde a prática de sepultamento dos mortos continuava sendo praticada. Deste modo, no caso do cólera, em certas regiões, a exemplo da Bahia, foi comum a crença de que estes miasmas eram responsáveis pelo surgimento do “mal”, bem como por sua propagação, sendo defendido a necessidade de higienizar as cidades e desinfetá-las para que a epidemia chegasse ao fim (DAVID, 1993). No caso do Piauí, este pensamento também se fez presente, mas, diferentemente de outras províncias, aqui foi possível encontrar registros de explicações sobre o porquê de a doença não ter grassado no território piauiense de maneira similar a outros espaços, dentre estas encontrar-se-ia a teoria dos miasmas. Em 1867, conforme o primeiro capítulo, após o término da epidemia do cólera no Piauí, no Relatório do Presidente da Província Dr. Adelino Antonio de Luna Freire há uma transcrição do relatório do médico Simplicio de Souza Mendes responsável por informar ao governo provincial a situação de salubridade pública do Piauí naquele ano. Segundo o médico, atribui-se duas razões para a epidemia não ter provocado tantas mortes, como em províncias vizinhas, estas sendo: Divina Providência e a Teoria miasmática. No caso da segunda, especificamente, o médico em questão acreditava que o clima da província, ainda que fosse “árido” e “seco”, por ser bem “ventilado”, teria impedido que o Piauí fosse “invadido” por essa doença que viria, principalmente, através do litoral e que grassou em significativa porção da zona costeira brasileira (PIAUHY, 1867).

Esta publicação não ocorre à toa e permite-se nos inferir, como indicado anteriormente, sobre o temor que a doença já causava entre a província, justificando a necessidade da população de “conhecer” o “mal” e saber como lidar com ele, tendo em vista que em todos os outros locais que se manifestou rapidamente tornou-se um surto epidêmico ceifando milhares de vidas e que, provavelmente, o caso do Piauí não seria diferente.

Desta maneira, nesta mesma edição de 10 de junho de 1862 o jornal inaugura uma nova coluna que perduraria nas edições dos meses de junho e julho e que tratava especificamente sobre o cólera. Neste primeiro número o foco dado foi o de diferenciar o cólera benigno do cólera grave ou cólera-morbo, indicando que o primeiro geralmente afeta o indivíduo por pouco tempo e se tratado corretamente desaparece no decorrer de alguns dias, mas que também há a possibilidade de evolução¹³ para o segundo caso, sendo um quadro mais grave da doença.

13. Em Minas Gerais também há registros de nomes diferentes dados de acordo com a evolução do quadro do paciente, sendo possível encontrar documentos tratando de coléricos que os médicos declaravam estar em estágio álgido, considerado o momento mais crítico da doença (FONSECA; SILVEIRA, 2019). Sobre esta questão Maciel (2017) aponta ainda que circulava naquele contexto entre alguns médicos diferenças claras entre a colerina e o cólera, o que poderia explicar porque em algumas situações denominava-se de um modo a enfermidade quando esta acometia o indivíduo de forma mais leve e, em outros momentos, já enquanto cólera, de modo mais grave podendo levar o sujeito a óbito. Por meio de dicionário médico publicado no contexto do século XIX e analisado pelo autor é possível indicar que se acreditava que os sintomas que o enfermo apresentava inicialmente, caso não desaparecessem em até uma semana, podendo haver uma evolução do quadro da doença e, assim, o desenvolvimento do cólera, esta sendo a segunda fase da enfermidade. Além disso, Pimenta (2003) indica ainda que a diferenciação se tratava também de um ato político, haja visto que para o poder público “[...] admitir a entrada do cólera no Brasil, e sobretudo na capital, era uma derrota política que preferiam adiar o quanto pudessem [...]” (PIMENTA, 2003, p. 194). Não obstante isto esta distinção também se tornava um modo das autoridades manterem o controle da conjuntura, evitando uma situação de medo e pânico generalizado nas localidades que a doença adentrava.

No entanto, mais interessante que a diferenciação dada entre os que acreditavam se tratar de “estágios” diferentes da doença trata-se da continuidade da nota que se ocupa em indicar os sintomas que a enfermidade provocava naqueles que terminavam sendo acometidos por esta.

Cholerina

Symptomas – Huma fraqueza geral, algumas tonteiras, tristeza ligeiras dores pelo ventre seguidas ou não de evacuações, ou alguns signaes de indigestão, ou de constipação ou de resfriado, são as vezes os unicos symptomas da cholerina, e bastão para se applicar logo o devido tratamento.

Aqui estão porem, para os cúriosos, outros symptomas de CHOLERINA, OU PREMONITORES. Abatimento, tonteiras, dores de cabeça: dores pelas pernas, pelas coxas, de cadeiras, e nos braços; falta de sonno; língua suja esbranquiçada ou amarellada; pezo ou dores no estamago; nauseas ou vomitos, os quaes, depois que se vomita o que se comeu, são de um liquido esbranquiçado ou branco e trigueiro, ar pelo ventre, colicas, obra liquida esbranquiçada sem cheiro maior, outras vezes de côr carregada e mais grossa então mui fetida; ellas sahem sem puxos: o urinal carregadas: pulso frequente mas não produsindo granded impulsão nos dedos que o apalpao, [chama-se pulso molle]: as vezes um defiuo pertinaz de cabeça com nariz entupido, olhos lacrimosos e vermelhos, uma verdadeira catharral com falta de somno: outras vezes unicamente uma diarrhea duradoura e pertinaz: e uma grande sensibilidade ao frio; constituem os principaes symptomas da cholerina.

(Continuar-se-há) (CONSELHOS para o tratamento da epe-
demia do cholera morbus, 1862a, p. 4).

A partir do recorte em destaque é possível inferir então que, assim como em outras províncias brasileiras, as autoridades piauienses tinham conhecimento acerca dos sintomas mais comuns da enfermidade, especialmente a desidratação grave provocada pela doença e que, consequentemente, pode

levar o indivíduo por ela acometida ao óbito em um curto espaço de tempo.

Importante indicar também que era comum na imprensa da época publicações assinadas por médicos ou sem autoria que traziam os sintomas mais recorrentes da doença. De modo similar à publicação feita pelo “O Expectador” no Piauí nos jornais cearenses também circularam informações sobre os efeitos provocados pela enfermidade, a exemplo das publicações feitas no periódico “O Cearense” em 1862 (LE MOS, 2019). Ainda na imprensa cearense divulgou-se também conhecimentos relacionados a possíveis medicamentos e saberes terapêuticos que pudessem auxiliar no tratamento daqueles que fossem acometidos pela enfermidade. Assim, “[...] tendo em vista, que praticamente inexistiam médicos no Cariri, *O Araripe* tomou para si o papel de informar a população a respeito do que se discutia sobre a doença que grassava no Brasil [...] no intuito de prepará-la para agir quando da manifestação do cólera” (ALEXANDRE, 2010, p. 222).

Mesmo considerando que boa parte da população no contexto do Império fosse iletrada e que os indivíduos que tinham acesso a estes jornais ou que teriam condições para realizar sua leitura eram sujeitos, possivelmente, pertencentes a certas elites políticas e econômicas, é interessante ressaltar que os jornais assumiam nesta conjuntura um papel significativo em informar sobre a doença e, no caso específico do “O Expectador”, alertar não apenas acerca da enfermidade, mas também sobre o itinerário desta no território piauiense ao considerarmos as demais edições do periódico¹⁴.

14. É interessante ressaltar também que dentre as medidas tomadas pelo governo provincial do Piauí estava o envio de números do “O Expectador”, conforme ressaltado no capítulo anterior, para as vilas e cidades acometidas pelo cólera ou que estavam em risco de a doença grassar na região. Entre as edições de junho e julho de 1862 do jornal é possível encontrar portarias da presidência da província indicando o envio do jornal para cidades como Oei-

Na edição da semana seguinte, por sua vez, publicada em 17 de junho de 1862, a nova coluna que trazia informações sobre o cólera e que já figurava desde a semana anterior tem sua continuidade e desta vez o foco dado passa a ser o tratamento que deveria ser empregado naqueles acometidos pela doença.

Conselhos para o tratamento da epidemia do cholera morbus.

(Continuação do n.º 146)

Tratamento.

Aplicação-se ás pernas, desde as pontas dos dedos dos pés até os joelhos, grandes e quentes sinapismos, os quaes devem ser preparados na hora mesmo de applica-los pondo uma libra (uma tigella cheia) de sementes de mostarda socada em uma grande tigella, despejando-se pouco a pouco agua fervendo em cima, e mechendo-se até formar uma massa molle: então estende-se rapidamente em uma toalha um panno de dous palmos em quadro e applicação-se immediatamente:

Ainda que ardão muito o doente deve soffre-los ao menos até suar.

Quando não houver sementes de mostarda deve-se dar um escalda-pés, mettendo-se as pernas até os joelhos em um barril com agua taõ quente quanto se poder supportar, tendo juntado a esta agua quente dous ou tres pratos de cinzas, e um prato de sal de cozinha, se houver: e esfregando as pernas assim mergulhadas com alguma força.

Emquanto está o doente com os sinapismos ou no escalda pés deve ser bem embrulhado em cobertores, que melhor será se forem de lã: e logo que sahir do escalda-pés ou se tirarem os sinapismos, devem-se applicar aos pés tijollos quentes, ou saccos de areia bem quente, ou botijas cheias de agua quente.

Ao mesmo tempo da-se á beber infusão (é o que vulgarmente se chama *chá*) de quasquer das plantas seguintes – flores de borragem, ou flores de violas, ou flores de sabuqueiro, ou flores de tilia,

ras e Parnaíba, além de vilas como Independência, Príncipe Imperial, Jaicós, Marvão e Picos, indicando às comissões sanitárias que observassem os conselhos de tratamento e os sintomas da enfermidade que estavam publicados no periódico para que informassem à população.

ou grelos de laranjas (da terra ou da china) ou rama de avenca miuda secca ao sol ou no forno, ou flores de masella ou folhas de funcho, ou folhas de hortelã, etc: conforme houver no lugar ou conforme preferir o doente; mas estas infusões devem ser mui fracas, medindo-se o *volume* de *uma* colherinha destas plantas para cada chicara da infusão: e de mais devendo cada infusão ser feita na mesma chicara em que a tem de tomar o doente – pondo-se a planta na chicara, enchendo-a depois com agua fervendo, tapando-se por cinco ou dez minutos, e adoçando-se –; e nunca fazer um bule de infusão para se ir dando, como faz quem não sabe: á cada chicara destas junta-se qualquer dos remedios seguintes – tres ou quatro pingos de ether campherado: ou de tres a quatro pingos de alcool camphorado: ou de um a dous pingos de oleo essencial de hortelã pimenta: ou seis pingos do elixir paregórico (londinense ou americano): ou tres pinfios de oleo essencial de therebentina: ou um pingo de creosote: ou dous pingos de tintura de aconito: ou meia colherinha de aguardente de França, ou decana: ou dez pingos de esprito de Minderere: ou da minha mistura n. 1, ether e gengibre: servindo-se d'aquelles destes remedios que houver na occasião, ou que mais aceito seja pelo doente.

Qualquer destas bebidas repete-se de quarto em quarto, de meia em meia, ou de hora em hora; logo porem que o doente comece a suar, não é mais necessario juntar os *remedios* que fazem suar, basta que o doente tome só as infusões adoçadas, ou pequenas porções de *ponche* feito com chá de casquinha de limao e um pouco de aguardente, quando os suores quizerem cessar.

(*Continuar-se-há*) (CONSELHOS para o tratamento da epedemia do cholera morbus, 1862b, p. 4).

Os tratamentos indicados no recorte em questão não foram sugeridos ou difundidos exclusivamente na província do Piauí. Em realidade tratou-se de conhecimentos similares que circularam em outras províncias brasileiras e que foram aferidos por médicos que atuavam nestas províncias e que tentavam conter o avanço da epidemia nas regiões. Em Sergipe, por exemplo, os médicos que atuaram nas freguesias da província

escreveram e trataram de forma análoga os enfermos que tiveram contato recomendando também botijas de água quente nos pés, sinapismos, além do consumo de certos chás, dentre outros, como indicam Pimenta (2003) e Cardoso (2019).

Ainda que o jornal piauiense não indique se o tratamento era eficaz ou não a partir de estudos realizados em outras províncias e em recortes temporais similares pode-se indicar que, possivelmente, estes tratamentos não tinham os efeitos esperados e “[...] muitas vezes acentuavam os sintomas da doença, justamente pelo então desconhecimento do agente etiológico” (CARDOSO, 2019, p. 466), inclusive podendo agravar a doença e levar o indivíduo ao óbito, como nos casos registrados em Sergipe.

Não obstante isto, segundo Cardoso (2019), era conhecimento comum ainda nesta época nas províncias brasileiras a teoria hipocrática dos humores¹⁵, isto é, que havia uma necessi-

15. De acordo com Porter (2008), a teoria humoral, desenvolvida por Hipócrates e continuada por Galeno, nomeava de humores os fluídos que cujo equilíbrio era tido como necessários para o bom funcionamento do corpo e para uma vida saudável. Segundo a teoria, o corpo humano teria quatro humores: sangue, bile negra, bile amarela e fleuma, não podendo estar nem quente ou frio demais, nem úmido ou seco demasiadamente e, deste modo, a enfermidade podia ser explicada quando uma qualidade de um dos humores se sobrepusesse aos outros. Apenas no século XVII a teoria dos humores começa a ser questionada na Europa em função dos novos estudos de anatomia e fisiologia que auxiliavam a medicina da época a compreender de maneira mais adequada sobre o funcionamento do corpo humano (PORTER, 2008). Contudo, a medicina portuguesa, da qual derivava o pensamento médico brasileiro neste contexto, especialmente por sua formação em Coimbra até o surgimento das primeiras faculdades de medicina na primeira metade do século XIX no Brasil, tinha ainda influência significativa da teoria humoral hipocrático-galênica (MORAES; LEMKE; DIAS, 2019) conforme podemos perceber na atuação do saber médico institucionalizado nas províncias brasileiras, bem como no conhecimento de tratamento para o cólera difundido na província do Piauí por meio do periódico “O Expectador”. Importante destacar ainda que, segundo Pimenta (2003) e Schwarcz (2005) nos anos 1830, pouco tempo após a independência do Brasil, o governo brasileiro prometeu benefícios a médicos que retornassem de Coimbra ou mesmo da França para que pudessem atuar no novo país, principalmente nas recentes academias médico-cirúrgicas, haja visto que o império brasileiro

dade do equilíbrio destes no corpo humano para que os sujeitos permanecessem saudáveis. A partir do momento que as enfermidades provocassem um fluxo maior de algum desses fluidos o corpo humano entrava em desequilíbrio, consequentemente, levando o indivíduo ao adoecimento.

Para levar o corpo novamente a um contexto de equilíbrio acreditava-se ser necessário retirar os excessos de fluidos presentes no enfermo, como sangue, urina, fezes, catarro, suor e, somente após a retirada destes fluidos por meios naturais ou não, o corpo do sujeito restabeleceria sua circulação e fluidez, consequentemente, o seu equilíbrio e com isso o indivíduo retomaria sua saúde (CARDOSO, 2019).

carecia de profissionais formados em medicina e apenas em 1832, por meio de projeto de lei aprovado na câmara dos deputados, estas academias transformam-se nas primeiras faculdades de medicina do Brasil. A influência do pensamento médico português, então, na medicina brasileira não ocorreu à toa e tratava-se da relação estabelecida entre Portugal e sua possessão americana, tendo em vista a proibição da instalação de faculdades de medicina em sua colônia e a necessidade de realizar os estudos na área em Coimbra. Posteriormente, mesmo com a vinda da família real no século XIX para a América, e com a notável ausência de profissionais diplomados para atuar no campo, a instalação de escolas cirúrgicas não apenas não formavam médicos como não supriram a demanda existente e, logo após, com a independência e sua transformação em academias médico-cirúrgicas o problema permaneceu. Deste modo, os primeiros 40 anos das faculdades de medicina brasileiras foram assinalados por um significativo esforço de institucionalização do conhecimento médico, conforme indicado anteriormente, embora este tenha sido marcado por problemas. Era comum a pouca capacitação dos docentes, reclamações no tocante à falta de verbas, desrespeito por parte dos discentes, dentre outras situações e com esse cenário modificando-se apenas a partir da segunda metade do século XIX. A partir deste novo momento a produção científica das faculdades ampliam-se, novas publicações são criadas, novos cursos são organizados e novos grupos de interesse tornam-se mais presentes, além do surgimento de um novo cenário a partir da criação da Junta de Higiene em 1850. No entanto, tem-se também um momento evidenciado pelo aparecimento de diversas epidemias, como a febre amarela, varíola, cólera, dentre outras. Trata-se de um contexto, então, com influência significativa do pensamento médico institucional lusitano, bem como com uma presença médica que ainda se fazia escassa, especialmente em províncias como o Piauí, e no qual “[...] redefinia-se a atuação médica no país. Essa é a época do surgimento da figura do ‘médico missionário’, obstinado em sua intenção de cura e intervenção [...]” (SCHWARCZ, 2005, p. 198).

Ainda que o tratamento indicado na nota do jornal “O Expectador” não comente sobre a utilização de sangrias ou mesmo de induzir o enfermo a vomitar, como nos exemplos indicados por Cardoso (2019) em Sergipe, para liberar os fluídos tidos como causadores do desequilíbrio, é notável a ênfase dada pelo suposto tratamento para levar o paciente a “suar” o que configura que esta percepção em torno dos humores circulava no Piauí e também tornava-se método supostamente utilizado para tratamento dos acometidos pelo cólera na província piauiense.

A edição seguinte do jornal “O Expectador”, do dia 21 de junho, transcrita a seguir, continua as recomendações para que o acometido pelo cólera fosse tratado e reforça a percepção existente na época sobre a necessidade de equilíbrio dos humores para o restabelecimento da saúde do enfermo.

Conselhos para o tratamento da epidemia do cholera morbus

(Continuação do n.º 147)

Se isto não bastar para suar deve-se applicar (além do que fica dito) pannos molhados em aguardente, bem quente, ás partes internas das coxas e sobre o pente: estes pannos devem ser *espremidos*, para não irem pingando, molhar a cama; e devem ser renovados quando forem esfriando: tudo feito debaixo da coberta para não esfriar o doente, que já deve estar deitado e muito agazalhado.

[...]

A diarrhea, quando existe, diminue ou pára logo que os suores apparecem, se isto não acontecer, deve-se dar ao doente de duas em duas horas uma chicara de agua ou gomma arábica, (duas colheres bem cheias de gomma arabica firvidas em uma garrafa de agua bem limpa até derreter, e coado o liquido), ou de infusão de caroços de marmello, tudo quente e adoçado juntando-se quatro gottas de láudano: ou ainda melhor tomará o doente de duas em duas horas uma pilula feita com a decima parte de um grão de opio e um grão de gomma arabica, bebendo sobre cada pilula a agua de gomma ou a infusão de caroços de marmello quente e adoçada: suspendendo estas pilulas logo que a diarrhea melhorar,

ou se ellas incommodarem de qualquer modo o doente.

Quando a diarrheia permanece apesar de tudo, aproveita então o darse ao doente regularmente de hora em hora uma colher de óleo de recino até que as evacuações (a obra) mude para uma cor amarelada, e tornem-se mais espessas ou consistentes.

Outras vezes porém sobre tudo quando os vomitos são mui aquosos, aproveita ao doente tomar de hora em hora meio cálix ou 4 colheres de um grão de tataro emetico dissolvido em uma garra d'agua – este remedio toma-se frio – mas o doente deve impreterivelmente tomar sobre estas 4 colheres da dissolução de tartaro, uma pequena chicara de cosimento de cevada quente e adoçado, n'este caso a cevada não deve ser substituida por nenhuma outra cousa.

Se os vomitos cessarem depois que passarem a amarello, e sobrevierem evacuações amareladas ou biliosas, o doente está salvo, e para-se com este remedio. Com o tartaro não se tomão os outros remedios aconselhados pela boca, mas os externos continuaõ todos.

Não se deve dar alimento nenhum ao doente; quando muito agua mui rala, de arroz cosido em agua, e adoçada com assucar, por um, dous, ou mesmo tres dias.

O resguardo ainda è de mais rigor: o doente deve consêrvar-se de cama por dous dias ao menos, e quando se levantar deve ser mui agasalhado, evitando corrente de ar, humildade, sereno, sol, não deixar esfriar os pés nem a barriga: estas partes devem ser cuidadosamente agasalhadas.

(*Continuar-se-há*) (CONSELHOS para o tratamento da epedemia do cholera morbus, 1862c, p. 4).

Na continuação do número anterior o jornal retoma a divulgação dos tratamentos que acreditavam serem capazes de restabelecer o equilíbrio dos corpos e, consequentemente, curar as possíveis vítimas do “mal” que ora grassava na província do Piauí. É notável a questão dos humores e como o seu equilíbrio garantiria a saúde do indivíduo na medida em que a publicação aponta que quando a pessoa começasse a suar, então a diarreia

iria começar a reduzir ou cessar, ou seja, mantém-se a ideia de que o excesso de fluídos estaria adoecendo o corpo e, portanto, fazia-se necessário sua retirada.

Cabe destacar que, tanto nesta publicação do dia 21 de junho como na anterior do dia 17 de junho, caso a teoria dos humores se provasse ineficaz no restabelecimento da saúde, sugeria-se a aplicação de outros tipos de medicamentos, vários oriundos de plantas medicinais e que, diante da situação, possivelmente não auxiliariam na saúde da vítima acometida pela enfermidade e muitos, provavelmente, agravariam o quadro do paciente.

Sendo assim, medicamentos como óleo de rícino, extraído da mamona e que serve para tratar prisão de ventre; sementes de marmelo, que possuem propriedades antidiarreicas; láudano, remédio utilizado para tratar dores ou sensação de mal-estar nos pacientes; elixir paregórico; chás variados, como de borragem, viola, sabugueiro, tília, laranja, hortelã, funcho, macela, avenca¹⁶; éter, álcool canforado, creosoto, acônito, aguardente e gengibre, encontravam-se presentes nas publicações da época.

Cabe ressaltar que algumas das substâncias indicadas para utilização no tratamento do cólera pelo jornal piauiense também figuraram na província vizinha do Ceará, conforme Alexandre (2010, p. 222) ao inferir que

Na maioria dos textos escritos por facultativos e reproduzidos n’*O Araripe* sobre prevenção e tratamento do cólera, encontramos a indicação de substâncias químicas em voga para a medicina da época, comumente comercializadas nas boticas – entre ao quais se destacavam, o enxofre, amoníaco, clorofórmio, ópio, éter, láudano, óleo de rícino, etc. –, junto com ervas e outros produtos comuns nas residências e quintais das pessoas, tais como o alho, pimenta, hortelã, limão, folhas de laranjeira, macela, entre outros.

Diante da crença no caráter revigorante do álcool, o vinho e a ca-

16. Para mais informações sobre os efeitos das plantas medicinais citadas ver Di Stasi e Hiruma-Lima (2002).

chaça, uma das bebidas mais populares do Brasil desde os tempos coloniais, também receberam menções constantes nos artigos.

Ao observarmos, então, a quantidade excessiva e similar de recomendações sugeridas pelas publicações reforçamos que no Piauí, aparentemente, também prevaleceu a circulação destes saberes no tocante aos tratamentos que deveriam ser empregados no caso de acometimento pela doença.

A sugestão, no entanto, de chás diuréticos¹⁷, isto é, que aumentam a quantidade de urina produzida e, consequentemente, de excreção de água, além da utilização de elementos que não possuem propriedades terapêuticas que auxiliariam o organismo humano contra a doença, possivelmente mais acentuavam a doença aproximando o enfermo da morte, haja visto que o cólera provoca uma desidratação profunda nos indivíduos e o seu tratamento consiste basicamente em reidratar o sujeito contaminado, do que de fato permitir uma recuperação do organismo.

Outro ponto pertinente no tocante aos tratamentos e medicamentos indicados no periódico piauiense nesta época e que cabe reflexão nesta narrativa refere-se a alopatia e homeopatia, que naquele momento tratava-se de uma discussão profícua entre a medicina científica brasileira e que é possível observar sua influência nos conselhos terapêuticos publicados acerca do tratamento do cólera no Piauí.

De modo geral, os dois sistemas terapêuticos, isto é, a alopatia e homeopatia, sugeriam formas distintas de tratar o enfermo e, especificamente no caso do cólera, de lidar com a epidemia. Assim, de acordo com Franco e Nogueira (2019) no contexto da epidemia do cólera os médicos alopatas indicavam diversos medicamentos e tratamentos de cunho invasi-

17. Segundo Di Stasi e Hiruma-Lima (2002) algumas das plantas citadas enquanto recomendadas para a produção de chás visando o tratamento do cólera têm caráter diurético, a exemplo do sabugueiro.

vo, além de sugerir àqueles acometidos pela enfermidade sua internação. Dentre as terapêuticas pode-se citar a aplicação de sangrias e clisteres, escalda-pés, infusão de chás, vesicatórios, além de medicamentos diversos como “[...] éter sulfúrico, goma-arábica, tintura volátil de valerecema, espírito de terebintina, acetato de amônia, elixir paregórico, citrato de magnésio, mostarda” (FRANCO; NOGUEIRA, 2019, p. 146).

Enquanto os alopatas buscavam métodos que antagonizavam os sintomas, ou seja, tratamentos que se baseavam no princípio de tratar por opostos, os homeopatas seguiam no sentido contrário, e, dessa forma, acreditavam que era possível restabelecer a saúde do enfermo induzindo neste último sintomas parecidos com aqueles da doença que o acometia, bem como a lógica de que era necessário o uso reduzido de determinado remédio para ampliar ou garantir sua eficácia (ALEXANDRE, 2010).

Assim, “[...] a homeopatia se aproximava mais das concepções de doença e de cura populares, incluindo as africanas, ao considerar elementos não físicos em sua anamnese, diagnóstico e terapêutica” (PIMENTA, 2003, p. 236), geralmente indicando tratamentos que se constituíam de modo menos invasivo e inferindo para uma não necessidade de internação do indivíduo enfermo para que este convalescesse (FRANCO; NOGUEIRA, 2019).

Deste modo, ao observarmos as recomendações terapêuticas e medicamentos que circularam através do “O Expectador” no ano de 1862 percebemos, principalmente, a influência desta medicina alopática nestas publicações. Assim, ainda que nas fontes consultadas não tenhamos encontrado menção da atuação destes sujeitos no caso do cólera no Piauí é perceptível a preponderância destes conhecimentos entre a elite letrada.

Quanto as edições seguintes e os conselhos presentes nelas tivemos acesso a mais três, sendo estas respectivamente a de 30

de junho (CONSELHOS para o tratamento da epidemia do cholera morbus, 1862d, p. 4), 7 de julho (CONSELHOS para o tratamento da epidemia do cholera morbus, 1862e, p. 4) e 12 de julho (CONSELHOS para o tratamento da epidemia do cholera morbus, 1862f, p. 4). Com relação às informações destas publicações não há uma variação daquilo já discutido aqui. Mantém-se a sugestão de, praticamente, os mesmos medicamentos e de tratamentos similares com o objetivo de fazer o paciente suar, além de ressaltarem novamente os sintomas da doença, especialmente do “Cholera morbus grave ou algido”, bem como ressaltar a rapidez com que o paciente poderia vir a óbito. Esta situação também se sucedia no Piauí, tendo em vista que “[...] se os socorros não são promptos e efficazes o doente morre em 4, 12 e 24 horas, ou dura até tres dias: alguns aqui tem morrido em menos de uma hora” (CONSELHOS para o tratamento da epidemia do cholera morbus, 1862d, p. 4).

Por fim, faz-se necessário um último destaque com relação a edição do dia 12 de julho em função da menção a, possivelmente, alguns farmacêuticos ou médicos e da aplicação dos remédios produzidos por estes sujeitos. A sexta publicação dos conselhos para o tratamento da doença infere que os medicamentos e tratamentos sugeridos no jornal trata-se de conhecimento que circulava¹⁸ não apenas na imprensa piauiense, mas também de outras províncias e, como já explicitado, corroborado ao pensarmos o caso de Sergipe (CARDOSO, 2019).

Não obstante isto, há ainda um realce aos seguintes nomes: Sr. Bartholomeo José Tavares, Sr. J. J. Malta. Sr. Lapayre e Sr.

18. Cabe indicar que os medicamentos destacados ao longo deste capítulo também se fizeram presentes em outras províncias não apenas para o tratamento do cólera, mas de outras enfermidades, como era o caso da varíola no Amazonas. Em registros de envios de medicamentos por meio de ambulâncias para localidades diversas da província amazonense (SILVA, 2019), situação que também se sucedeu no Piauí, é possível perceber itens similares aos encontrados na província piauiense para o tratamento de enfermos.

C. P. B. Nascimento. Não conseguimos mais informações, no entanto, sobre quem eram estes sujeitos, se eram farmacêuticos ou médicos, quais eram os seus remédios e suas sugestões de tratamento. Entretanto, é possível inferir a partir das fontes que tivemos acesso que entre os itens indicados encontravam-se medicamentos destes indivíduos e que estes sujeitos corroboravam com a necessidade de equilíbrio dos fluídos dos corpos para uma boa saúde do organismo humano.

Além disso, retomando a questão da medicina homeopata e alopatas, não encontramos nas fontes consultadas menções específicas a atuação de homeopatas ou alopatas no tocante a epidemia do cólera no contexto piauiense. O único registro que tivemos acesso e que cita esta questão foi o da edição do dia 6 de agosto de 1862 do jornal “O Expectador”, em portaria do dia 19 de julho de 1862, que agradecia a certo indivíduo pelo fornecimento de medicamentos homeopáticos às pessoas acometidas pelo cólera em Príncipe Imperial.

Assim, a partir de Pimenta (2003, p. 217), ao inferir que no caso do Rio de Janeiro “[...] uma parcela expressiva da população deve ter preferido o sistema homeopático [...]”, até mesmo porque, segundo a autora, boa parte desta já utilizava este sistema, e, indicando ainda por meio de documentação da época a perspectiva de certos médicos sobre os benefícios da homeopatia, considerando a facilidade de aplicação de seus medicamentos e uma necessidade menor de enfermeiros, questionamo-nos se situação similar se sucedeu no Piauí no contexto do cólera.

Ainda que se tratasse de uma querela existente entre os médicos, especialmente na capital do Império, isto é, no tocante a qual sistema terapêutico utilizar, a homeopatia ou a alopatia¹⁹, sendo esta última praticada por um número expres-

19. A situação epidêmica da doença na capital do Império terminou levando a Junta Central de Higiene a ceder espaço para a atuação de médicos homeopatas e, além disso, a alopatas adotarem ações similares a dos homeopatas no

sivo de médicos no início da segunda metade do século XIX no Brasil, ao ponto que os alopatas “[...] constituíam a maioria da elite médica, que ocupava cargos na academia, faculdade, periódicos especializados e nos órgãos de saúde pública do governo [...]” (PIMENTA, 2003, p. 218), torna-se complicado refletir sobre isso ao considerarmos o contexto piauiense, notadamente marcado por um número reduzido de profissionais formados em medicina²⁰.

Por fim, concordamos com Alexandre (2010) que, de modo similar ao Ceará, no surto de 1862 do cólera no Piauí a impossibilidade do saber médico científico de evitar o avanço da epidemia levou a população piauiense, possivelmente, a recorrer a outros conhecimentos.

E, quanto a atuação de outros praticantes de cura, considerando a ausência de médicos formados na província, nos faltam documentos que permitem inferir acerca de sua participação durante o surto epidêmico do cólera entre os anos de 1862 e 1863 na província do Piauí.

Dito isto, é interessante ressaltar, conforme discutido no capítulo anterior, que o periódico, nas edições publicadas entre junho e setembro, traz ainda outras informações sobre a situação da província do Piauí no tocante ao cólera, a exemplo das localidades afetadas pela doença, as medidas profiláticas tomadas pelo governo provincial, como a nomeação de comissões sanitárias que deveriam agir contra a doença, as formas como estas ações deveriam ser feitas, a construção de espaços

tocante a disseminação de informações sobre tratamentos e medicamentos perante a população por meio da publicação nos periódicos da imprensa da época (ALEXANDRE, 2010).

20. Conforme indicado em capítulos anteriores na conjuntura que marca o surto epidêmico do cólera em 1862 no Piauí a presidência da província solicitou a províncias vizinhas, como a do Maranhão, o envio de profissionais formados em medicina para que pudessem atuar no território piauiense durante a epidemia do cólera entre 1862 e 1863.

para o acolhimento de enfermos, para enterros de mortos decorrentes da doença, como um cemitério provisório em alguns locais e um lazareto²¹ na barra de Amarração no limite²² entre o litoral do Piauí e Ceará, além do estabelecimento de quarentenas em embarcações que vinham de locais já contaminados e que aportariam no litoral piauiense. Não obstante isto, outras fontes talvez elucidem e tornem-se necessárias para tratar sobre a atuação de médicos, farmacêuticos e outros praticantes de cura no tocante ao cólera no Piauí, haja visto que no caso do “O Expectador” tem-se apenas algumas possíveis inferências sobre estes sujeitos.

21. De acordo com Fonseca e Silveira (2019) a construção de lazaretos foram ações comuns tomadas para o combate de surtos epidêmicos. Tratava-se de espaços criados para a quarentena de enfermos ou mesmo de sujeitos que fossem suspeitos de estarem contaminados com as doenças epidêmicas em questão e assim separá-los dos indivíduos considerados saudáveis evitando-se a disseminação da enfermidade. Não obstante isto servia também para que as pessoas afetadas pelas doenças fossem tratadas e, posteriormente, recuperadas. No caso de Amarração a década de 1860 não foi o único momento em que um lazareto foi construído em função do medo do cólera. Vinte anos depois, em 1884, o governo provincial solicitou a edificação de outro lazareto pela possibilidade e temor de que a doença voltasse a grassar no território piauiense por meio do porto de Amarração, haja visto que um novo surto epidêmico da doença se fazia presente na Europa e no litoral piauiense tinha-se a presença de embarcações oriundas diretamente deste continente, a ser tratado no próximo capítulo.

22. Cabe destacar novamente que nos anos 1860, o povoado de Amarração ainda pertencia à província do Ceará. Posteriormente, através de debate na câmara dos deputados e no senado imperial e por meio do Decreto nº 3.012 de 22 de outubro de 1880, a província do Piauí retoma o território de Amarração trocando esta última por Príncipe Imperial e Independência. A necessidade da retomada de Amarração e, portanto, a efetivação desta por meio da permuta territorial entre as duas províncias fez parte de uma estratégia estabelecida na segunda metade do século XIX e coadunada por parte das elites piauienses que previa o “progresso” do Piauí através de três elementos: desenvolvimento das vias fluviais, especialmente o rio Parnaíba, para escoamento da produção, construção de ferrovias com o mesmo intuito e a resolução do impasse litigioso com o Ceará para que se fosse possível reaver o território de Amarração, consequentemente o “porto” que ali existia e que encontrava-se na desembocadura de um dos braços do rio Parnaíba e, portanto, servindo para o fluxo de mercadorias destinadas à exportação (BAPTISTA; NASCIMENTO; BAPTISTA, 2021).

Deste modo, neste contexto dos anos 1850 e 1860 predominava no império brasileiro uma incerteza em diversas províncias entre os médicos, além de uma desconfiança por parte da população quanto ao que a ciência difundia enquanto verdade e as terapêuticas adequadas para tratar as enfermidades que grassavam no Brasil, particularmente o cólera e a febre amarela (CHALHOUB, 1996). No caso do Piauí, os conhecimentos terapêuticos que circulavam em outras localidades também estiveram presentes, a exemplo da coluna “Conselhos para o tratamento da epidemia do cholera morbus” publicada no jornal “O Expectador” entre junho e julho de 1862.

Nas edições que tivemos acesso foi possível perceber os receios provocados pela doença no Piauí, principalmente pela necessidade de informar o público letrado a sintomatologia da enfermidade, os modos de tratamento e os medicamentos que deveriam ser aplicados para que os sujeitos que fossem acometidos recobrassem sua saúde.

No entanto, indicamos que no caso dos métodos de tratamento e itens utilizados enquanto medicamentos a teoria dos humores e a importância do equilíbrio nos fluídos para uma boa saúde do corpo humano ainda prevalecia entre o discurso médico veiculado na imprensa piauiense, possivelmente em decorrência de sua circulação em outras províncias, como asseverado nesta narrativa.

Do mesmo modo, os tratamentos sugeridos e os medicamentos indicados para agir no tocante ao cólera pelo jornal “O Expectador” no Piauí provavelmente serviram para agravar o quadro do enfermo ao invés de ajudar a reestabelecer sua saúde, tendo em vista a presença de itens diuréticos e a necessidade de fazer o enfermo suar, medidas contraindicadas diante de uma doença que já provoca desidratação no indivíduo acometido.

Ainda que não tenhamos acesso a fontes que indiquem casos de óbitos no Piauí por terem utilizado esses tratamentos

e medicamentos, considerando que esta situação se sucedeu em outras províncias o mais provável é que também tenham ocorrido casos de mortes diretamente relacionadas com estes “conselhos” entre a população piauiense. Cabe ressaltar que o jornal em questão não se esgota com a narrativa aqui elaborada e outros estudos podem e devem ser realizados tomando este enquanto fonte e refletindo sobre o cólera.

Com isso encerramos a discussão sobre o cólera nos anos 1860 na província piauiense e, no próximo e último capítulo, trataremos sobre a probabilidade da doença disseminar-se novamente no Piauí duas décadas depois por meio do “porto” de Amarração, nos anos 1880, e o medo provocado por esta possibilidade.

Uma nova onda da doença? O medo do cólera no Piauí no final do século XIX¹

Antes de um ano, seus alunos do Hospital da Misericórdia lhe pediram que os ajudasse com um enfermo indigente que apresentava uma estranha coloração azul em todo o corpo. Bastou ao doutor Juvenal Urbino vê-lo da porta para reconhecer o inimigo. Mas a sorte ajudou: o doente tinha chegado três dias antes numa goleta de Curaçau e tinha ido à consulta externa do hospital por seus próprios meios, não parecendo provável que houvesse contaminado ninguém. [...] O doente morreu quatro dias depois, sufocado por um vômito branco e granuloso [...].

(MÁRQUEZ, 2016, p.97)².

Assim Márquez (2016) descrevia o cólera, uma doença que sem os devidos tratamentos poderia facilmente levar ao óbito e que no decorrer do século XIX na Europa e na América foi a causa da morte de inúmeras pessoas.

1. Texto publicado originalmente em 2018 enquanto artigo de título “O inimigo vem do mar: Cólera, Medo e Morte no litoral piauiense no final do século XIX” na revista *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science* e atualizado para esta obra.

2. Trecho do romance “O amor nos tempos do cólera” de autoria de Gabriel García Márquez, escritor colombiano, publicado pela primeira vez em 1985, cuja narrativa se “passa na América Latina durante a transição do século XIX para o XX, na região da Cartagena, na Colômbia. O romance narra o amor de Florentino Ariza por Fermina Daza, que durou cinquenta e um anos, nove meses e quatro dias [...] e que foi na luta contra o cólera que ele se apaixonou” por ela (PINHEIRO; COUTO, 2014, p. 874-875).

Dessa maneira, estar vivo significa dizer que irremediavelmente a certeza de que um dia morreremos. Vida e morte nesse contexto tornam-se duas faces da mesma moeda, antíteses, separadas, muitas vezes, por um breve momento, às vezes pelo alvorecer de um novo dia, outras vezes pelo passar dos anos, que lentamente aproximam aquele que está vivo ao seu destino final: a morte.

Apesar de se tratar de algo natural, não podemos deixar de perceber a morte enquanto histórica, no sentido de que ao longo do tempo esta foi percebida e encarada de maneiras distintas, tendo dessa forma uma historicidade. Segundo Tuan (2005) e Ariès (2012) a morte foi representada e percebida de diferentes maneiras ao longo do tempo e do espaço.

Em Tuan (2005) o foco da discussão se dá na questão do medo e na produção das paisagens do medo, e deste modo, a morte aparece vinculada ao medo e a criação dessas paisagens ao se pensar algumas sociedades e temporalidades específicas, como a morte e o seu medo pela criança no Ocidente, representado a partir dos contos de fada e também do infanticídio perpetrado pelos adultos aos infantes até meados do período oitocentista de acordo com o autor. Além disso, aponta também a presença da morte e o medo decorrente desta em outros momentos, como o medo da morte prematura no período medieval, o medo de fantasmas e da vida após a morte, a morte enquanto uma punição, consequentemente uma paisagem do medo, na tentativa de coibir ações criminosas e rebeldes na Europa de fins da Idade Média até o início do século XVIII.

Em Ariès (2012) o cerne da questão gira em torno das atitudes tomadas frente a morte e como estas transformam-se ao longo do tempo no Ocidente Medieval até a Contemporaneidade, inferindo que apenas a partir do século XIX e XX o medo e a recusa da morte se estenderá e penetrará boa parte das civilizações ocidentais. Até então, esta era representada

de maneiras diferenciadas, sendo muitas vezes exaltada, como no caso do período romântico e exigindo uma preparação do sujeito para encontrá-la.

Neste sentido, pode-se dizer também que discorrer sobre a morte ou sobre suas representações envolve a necessidade da compreensão de que esta muitas vezes não está sozinha, sendo necessário tratar sobre outros aspectos temporais e sociais que a compõem. Nesta perspectiva quando pensamos a morte no período oitocentista, particularmente no final deste, esta se encontra associada a outros elementos, como o medo e as doenças.

O medo, de maneira similar a morte, encontra-se presente em todas as sociedades, podendo estar relacionado a um número infinito de aspectos: tais como o escuro, a possibilidade de ser abandonado, o medo da própria morte, do desconhecido, da guerra, das doenças. Dessa forma, o medo é algo experimentado pelo sujeito e pode ser tanto subjetivo, como concreto. Ele seria o responsável por produzir as paisagens do medo, ou seja, os espaços que produziriam no indivíduo o terror, o medo propriamente dito (TUAN, 2005).

A partir disso, seria possível pensar uma relação com a História? Talvez a pergunta mais apropriada fosse: Seria possível não pensar uma relação com a História? Partindo da ideia de que todo e qualquer aspecto que englobe o ser humano é histórico como o medo poderia não ser? O medo não se transforma ao longo do tempo? O indivíduo e a sociedade não o sentem de maneiras diferenciadas dependendo do espaço e do tempo no qual se encontram inseridos? Podemos dizer, então, que o medo é histórico. Ele muda com o passar do tempo e também se modifica de acordo com cada sociedade, assim como a morte.

Morte e medo, então, são produtos históricos, podendo estar ou não relacionados. Dessa forma, ao pensarmos o final do século XIX esta relação torna-se mais evidente. A recusa da morte, segundo Ariès (2012) consequentemente o medo desta,

torna-se um aspecto comum no cotidiano e outro elemento entra em cena neste ponto: as doenças³.

Segundo Tuan (2005), as doenças, particularmente, as epidemias no Ocidente provocavam o medo nas pessoas das coisas que as cercavam, como seus pares ou até mesmo o próprio ar que respiravam. Doentes e defuntos tornavam-se imediatamente suspeitos. Deve-se destacar que a falta de profilaxia terminava por ocasionar a fuga de locais que se encontravam endêmicos. Com relação aos métodos profiláticos Tuan (2005, p. 161) aponta que apenas a partir do período oitocentista

[...] a ênfase foi colocada na higiene pessoal e pública e na segregação do doente. Essas eram medidas sensatas. Em épocas anteriores, embora as pessoas tivessem conscientes da necessidade de quarentena e de limpeza, este conhecimento fora neutralizado por outras convicções, algumas das quais eram estranhas e relativamente inofensivas, ao passo que outras aumentavam o desconforto e horror da pestilência.

Não foram poucas as doenças que se tornaram endêmicas ao longo dos séculos, tampouco durante o período oitocentista, doenças como a febre amarela, tuberculose, varicela, a peste bubônica e o cólera em função da insalubridade transformavam-se

3. É preciso lembrar que o medo gerado pela doença não surge no século XIX. As percepções sobre a doença diferiram ao longo do tempo e do espaço. Para Tuan (2005, p.140) “[...] o medo da doença está estreitamente ligado ao medo de muitos outros fenômenos, incluindo defeitos na própria pessoa, em objetos estragados ou enfeitiçados, pessoas ruins, espíritos demoníacos e um cosmos funcionando mal.”. Com relação aos povos iletrados as doenças poderiam ter duas causas: externas ou internas. No caso da externa o sujeito era invadido por algo de fora, algo exterior a ele. No caso da interna a ocorrência da doença era explicada pela violação de algum tabu ou ofensa a alguma divindade. A doença podia ser provocada por um objeto estranho no corpo, por maus espíritos ou demônios, e também por conta de bruxaria e feitiçaria. É preciso dizer que algumas destas crenças permaneceram até meados do século XIX na ciência médica, principalmente no que se refere a influência do meio no qual a pessoa encontrava-se inserida, a exemplo do ar.

facilmente em epidemias fazendo parte do dia a dia da sociedade ocidental⁴, conforme indicado anteriormente.

Pensar sobre a possível chegada do cólera no Piauí no final do século XIX, então, particularmente na Vila de Amarração situada no litoral piauiense, significa refletir sobre essas questões. Significa ponderar sobre a relação existente no final do período oitocentista entre doença, medo e morte na sociedade.

Assim, no dia 10 de dezembro de 1884, final do século XIX, em uma pequena nota o periódico “A Época”⁵ comenta sobre a possibilidade da chegada do cólera no Piauí através do “porto”⁶ da Vila de Amarração que, naquele momento, man-

4. Segundo Tuan (2005) são vários os momentos históricos que podemos perceber a ação dessas doenças e sua transformação em epidemias. A Peste Bubônica no século XIV na Europa, a epidemia de Cólera na Inglaterra, nos Estados Unidos e na Rússia no século XIX, a Febre Amarela no século XVIII na Filadélfia etc.

5. “A Época” iniciou suas atividades em 08 de abril de 1878, pertencente ao Partido Conservador da Província do Piauí, utilizando tipografia própria e sendo seus redatores principais: Teodoro Alves Pacheco, Raimundo de Arêa Leão e Simplicio Coelho de Rezende. Travava-se de publicações semanais e foi substituído pelo “Fiat Lux” em 1889 a partir da Proclamação da República. Com relação aos três redatores destaca-se a existência de desavenças políticas com o Partido Liberal em função da oposição exercida frente a este, ao ponto de que, segundo Chaves (1994), Raimundo de Arêa Leão pelo curto espaço de tempo (14 de outubro de 1885 a 16 de outubro de 1885) em que assumiu a presidência da província do Piauí demitiu cerca de 142 funcionários filiados ao Partido Liberal em retaliação a demissão de 317 funcionários, por sua vez, correligionários do Partido Conservador por um governante do Partido Liberal anteriormente. Faz-se necessário apontar a disputa política entre o Partido Conservador e o Partido Liberal durante a década de 1880 na província do Piauí, tendo em vista que estas querelas se refletiam em seus periódicos oficiais, no caso “A Época” Conservadora e “A Imprensa” Liberal.

6. Segundo Barbosa (1986) e Rego (2010) o “porto” existente em Amarração tratava-se de um pequeno ancoradouro sendo necessário que os navios ancorassem na costa e aguardassem rebocadores para buscá-los considerando o baixo calado (8 pés) da Barra da Amarração, condição esta que, entretanto, não inviabilizava o comércio realizado através da vila de mesmo nome. De acordo com Rego (2010), no final do século XIX e início do século XX, o movimento marítimo existente naquele espaço era significativo tendo em vista a instalação na cidade de Parnaíba de escritórios de diversas companhias

tinha ocasionalmente contato direto com a Europa. Tratava-se de uma crítica ao também periódico “A Imprensa”⁷ e as providências que o Partido Liberal, através da presidência da província, publicadas em suas edições de 11 de dezembro de 1884⁸ e 11 de agosto de 1885⁹, tomava naquele momento para evitar possíveis epidemias que, porventura, pudessem chegar via litoral, não se restringindo apenas ao cólera, mas a outras enfermidades como a varíola.

Situada no litoral do Piauí a Vila de Amarração¹⁰ surge

de navegação, nacionais e estrangeiras, que utilizavam o “porto” de Amarração para suas operações de transporte de cargas e passageiros, dentre elas: a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, *Booth & C. (London) Ltd.*, *The Northern Pan American Line*, *Lampport & Holt Line Ltd.*, *Moore McComarck Line*. Vizinha de Amarração, distante desta em 90 milhas navegando pelo curso d’água, a cidade de Parnaíba era, na época, ponto de conexão da província do Piauí ao litoral através do Rio Parnaíba, maior via fluvial do Piauí, com umas de suas desembocaduras na Barra de Amarração, dando assim acesso direto ao “porto” e ao Oceano Atlântico.

7. De acordo com Pinheiro Filho (1997), no final do século XIX, foi o órgão oficial de imprensa da província durante o período em que o Partido Liberal governava esta, existindo até 1889, pois com a Proclamação da República foi renomeado como “Atualidade”, fundindo-se depois com o “Fiat Lux”, originando, por fim, o periódico “A Democracia” (1890).

8. A edição de “A Imprensa” de 11 de dezembro de 1884 trazia o relatório do vice-presidente da província de 01 de outubro de 1884, Manoel Ildefonso de Sousa Lima, que havia assumido a presidência no período de 08 de setembro de 1884 a 01 de outubro de 1884, para o novo presidente da província, Raymundo Theodorico de Castro Silva, com as diferentes ações desenvolvidas durante sua administração, dentre elas a ordem ao capitão do Porto para a construção de uma casa de palha no “porto” de Amarração para servir de lazareto frente a possibilidade da manifestação do Cólera naquele espaço.

9. A edição de “A Imprensa” de 11 de agosto de 1885 traz a fala do então presidente da província, Raymundo Theodorico de Castro Silva, para a Assembleia Provincial do Piauí sobre algumas das realizações de sua gestão, dentre elas a aprovação em 23 de dezembro de 1884 da construção do lazareto no “Porto” de Amarração, solicitado na administração anterior, para o recebimento de possíveis enfermos do Cólera e informando que no dia 27 de março de 1885 o lazareto encontrava-se concluído.

10. De acordo com a Fundação CEPRO (1992, p. 255) “Em 1931, o Decreto nº 1.272 suspendeu a autonomia administrativa de Amarração, passando a jurisdição de Parnaíba, sendo restabelecida em 1938, pelo Decreto nº 197. Em

durante o início do período oitocentista mediante a ocupação e atuação de alguns pescadores neste espaço e logo foi anexada pela província do Ceará em função da atuação de padres desta província, no caso da freguesia de Granja. Considerando as relações políticas e econômicas estabelecidas com Granja naquele momento, o povoado de Amarração foi transformado em distrito pela província do Ceará através da Lei nº 1.777, de 29 de agosto de 1865 e, no decorrer de nove anos, em vila pela Lei nº 1.596, de 05 de agosto de 1874. Apenas em 1880 o Piauí contesta a posse de Amarração através da lei geral nº 3.012 de 22 de outubro de 1880, entregando para a província do Ceará as Vilas de Príncipe Imperial e Independência em troca de Amarração (PONTES, 2010), conforme inferido em capítulos anteriores.

Zona de litígio entre o Piauí e o Ceará até 1880¹¹ quando da reintegração ao território piauiense, Amarração constituiu-se também no espaço cujo sonhos, projetos de “progresso” e desenvolvimento da província, posteriormente, o estado do Piauí, permeavam alguns setores das camadas que compunham a sociedade no final do século XIX e no decorrer do século XX, por meio da perspectiva da implementação da ferrovia, assim como da construção do porto na Barra de Amarração, apontada como a melhor alternativa de saída marítima, desta forma, da construção de uma estrutura portuária nesta barra, para o Piauí na época.

Além disso, deve-se destacar que a transferência da capital de Oeiras para Teresina marca no Piauí a instalação de um projeto econômico que visava sua inserção no mercado externo a partir da segunda metade do século XIX até o início

1935, teve seu nome modificado para Luís Correia, em homenagem a Luís de Moraes Correia, político da localidade. A instalação oficial do município ocorreu em 1º de janeiro de 1939.”

11. Sobre a questão litigiosa e outros conflitos ocorridos neste espaço no decorrer do século XIX ver Baptista e Nascimento (2021).

do século XX. Essa proposta econômica para o Piauí vinculava-se a um projeto nacional de inserção na economia internacional e a nível local compreendia-se que a inclusão da província só seria possível a partir do desenvolvimento de suas vias fluviais, preferencialmente através do Rio Parnaíba, por este ser a principal artéria fluvial que conectava a economia piauiense, e também pela construção de um “porto” marítimo que promovesse o escoamento da produção¹². E, assim, neste contexto, inseria-se a Vila de Amarração.

Retomando a nota do periódico “A Época”, tendo em vista o contexto social e econômico da Vila de Amarração, houve uma preocupação de que essa linha de comunicação estabelecida com o Velho Continente, ou seja, com a Europa, poderia suscitar um novo surto de Cólera no Piauí, visto que a política de prevenção do governo provincial não era considerada efetiva por certos setores políticos para o impedimento da chegada de navios suspeitos de estarem transportando acometidos pela doença.

A preocupação expressada pelo periódico não era algo incomum considerando os sucessivos surtos desta doença durante o período oitocentista no Brasil e também na Europa, bem como em próprio território piauiense em décadas anteriores. O “porto” de Amarração, nesse viés, comumente apontado enquanto espaço que possibilitaria o desenvolvimento¹³ da província do Piauí, torna-se uma paisagem do medo¹⁴, um

12. A produção da economia piauiense neste período estava relacionada principalmente a pecuária, mas também a produtos da atividade agrícola e do extrativismo vegetal, como a cera de carnaúba, borracha da maniçoba, algodão, coco babaçu, dentre outros, que vinham do interior para o litoral. Para compreensão deste contexto ver os trabalhos de Queiroz (1998), Santana (2001) e Rego (2010).

13. Segundo Rego (2010) muitos foram os argumentos favoráveis acerca do Porto de Amarração na medida em que este era considerado um dos principais elementos no final do século XIX e início do século XX para o desenvolvimento do Piauí.

14. Para um maior entendimento sobre o conceito de paisagem do medo ver Tuan (2005).

local que, sem a devida supervisão e controle, permitiria a chegada de um hóspede indesejado: o Cólera.

Nesse sentido, a doença, aliás, a remota possibilidade de sua chegada novamente ao Piauí pelo Oceano Atlântico provoca o medo. Medo não apenas de se tornar um enfermo, mas da consequência final que muitos que adquiriam o flagelo terminavam por ter: a morte. Assim, representações sobre o medo, morte e doença são construídas na breve nota lançada pelo periódico “A Época” sobre o cholera morbus.

Desta forma, o objetivo desse capítulo foi discorrer sobre a relação existente entre doença, medo e morte no final do século XIX no Piauí tomando como pretexto o medo da possibilidade da chegada do cólera pelo litoral piauiense, particularmente pelo “porto” de Amarração na vila de mesmo nome. Para tanto, empregou-se pesquisa documental e análise de fontes hemerográficas, particularmente, a edição de 10 de dezembro de 1884 do periódico “A Época” e a edição de 11 de agosto de 1885 do periódico “A Imprensa”.

Ao considerarmos, então, o contexto dos anos 1880 é preciso indicar que o caráter epidêmico assumido pela doença na Europa e na América neste momento, bem como nas décadas anteriores, pode ser explicado pelas transformações ocorridas nos transportes, principalmente com o surgimento da ferrovia e da navegação a vapor, em função da Revolução Industrial¹⁵. Nesse sentido, de acordo com Santos (1994), a segunda metade do século XIX proporciona, através dos vapores e também das ferrovias, na Europa e América um maior deslocamento de populações, bem como uma intensificação do comércio. Portanto,

15. O período oitocentista reflete o momento histórico marcado pelo que Hobsbawm (1977) chama de a dupla revolução: a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. Para o autor vários países, consequentemente vários espaços, sentiram o efeito desta dupla revolução, principalmente durante o século XIX, em diferentes aspectos, no caso aqui, basta dizer que as transformações e inovações nos transportes são decorrentes destas.

mudavam-se as rotas e surgiam outros itinerários para o cólera e o Brasil não demorou a ingressar nesse cenário, conforme discutido anteriormente.

Embora a doença se caracterize com uma sintomatologia grave é interessante notar que foi a falta de conhecimento a condição que ampliava significativamente o medo da população em relação ao Cólera, como informa David (1993, p. 7) sobre a epidemia ocorrida na Bahia nos anos 1850, ao afirmar que:

A Bahia viveu uma devastadora epidemia de cólera-morbus nos anos de 1855-56. O fato causou Medo e pânico na população, que desconhecia completamente a doença. As opiniões especializadas, dos médicos, não estavam em melhor situação, especulavam desorientados sobre suas causas e formas de tratamento. O flagelo desorganizou a economia, alterou as relações afetivas e modificou comportamentos seculares, a exemplo do abandono do tradicional costume de enterros nas igrejas.

Da mesma forma, no contexto cearense este medo em função da falta de conhecimento, bem como das vítimas deixadas pelo flagelo em seu caminho pode ser percebido a partir do destaque dado a epidemia ocorrida a partir de 1862 nesta província, que não apenas marcou vida e morte das pessoas que viviam na época, mas também seu imaginário, expressado através do seguinte trecho de uma novela escrita alguns anos após o surto epidêmico no Ceará:

[...] A TRISTE CENA DE BRUTEZA HUMANA que vou narrar passou-se em 1862, na epidemia do cólera-morbo, em uma das vilas do litoral do Ceará.

Eu era bem criança; tinha apenas nove anos, mas conservo este-reotipado em mim tudo que vi daquela Medonha peste.

Meu pai era o único médico do lugar quando se deu a invasão do mal. Havia meses que o flagelo devastara os sertões da província, e de lá vinham as mais desoladoras notícias. Tudo estava se aca-

bando no interior, morria-se em poucas horas, dizia a nova popular em seu costumado exagero, e assim se espalhava de tenda em tenda, deixando em sua passagem o gérmen do desconforto a desenvolver-se e a crescer! . . .

O espírito das populações marinhas cada vez mais se abatia com os horrores que se contavam da peste. Não se guardavam as devidas reservas sobre o progresso e intensidade da epidemia. Os poderes públicos, não compreendendo a influência perniciosa de semelhantes novas, as divulgavam abatendo assim mais o ânimo dos que iam gozando as imunidades do contágio.

Era a primeira vez que o mortífero filho do Ganges nos visitava; que a legião desses infinitamente pequenos deixava a sua terra, para vir empestar a nossa tenda.

O pânico era geral; numa mortificante tensão de espírito, como a do condenado que espera no oratório que venham buscá-lo para o patíbulo, aguardávamos a visita da peste.

A posição topográfica da localidade, longe de nos dar uma certa imunidade, pelo contrário, favorecia a procriação dos micróbios do mal, pois que a vila estava edificada num estreito vale, cercada de montanhas. O vento que é o veículo do cólera, o deixaria ali, e o bacilo da peste se desenvolveria e mataria à vontade.

E todos nós nos preparávamos, não para resistir ao inimigo, pois não tinha armas a nossa ignorância, mas para morrer. Não se tardaria ouvir o gemido do primeiro pesteadado.

Foi em dias de janeiro que soubemos estar o inimigo a menos de dez léguas. O pânico foi geral e indescritível (THEOPHILO, 1898, p. 236-237)¹⁶

No breve trecho da narrativa literária¹⁷ tem-se a construção

16. Novela publicada em 1898, de autoria do farmacêutico, escritor, sanitarista e industrial Rodolfo Teófilo, composta de apenas 22 páginas e organizada em quatro capítulos, articula uma escrita autobiográfica e ficcional, mesclando história e literatura em uma narrativa fluida que retrata a epidemia de cólera na cidade de Maranguape vivenciada pelo autor aos nove anos de idade (LEMOS, 2012).

17. Entende-se aqui a utilização da literatura enquanto fonte histórica a partir da concepção de Pesavento (2005) no sentido de que a literatura permite ao historiador refletir sobre o imaginário de uma sociedade acerca de seu

de uma memória¹⁸ do autor sobre a experiência vivida de uma conjuntura marcada pelo medo do cólera, pela recusa da morte a qual esta doença estava normalmente associada. Além disso, observa-se também a sensação de impotência perante a doença como também um causador desse medo. Nesse contexto, a morte passa a ser uma paisagem comum, segundo a novela, para os habitantes de Maranguape no litoral cearense.

Essa narrativa nos interessa, no entanto, por tratar do efeito do cólera no Ceará, particularmente no litoral cearense no ano de 1862. A relevância deste aspecto se dá por um motivo: somente no ano de 1880 a província do Piauí retoma a Vila de Amarração da província do Ceará.

Portanto, embora não tenhamos registros de contaminações ou mortos em função do cólera em Amarração neste momento, ou seja, na década de 1860, não seria equivocado sugerir que, talvez, o cólera também tenha flagelado a referida vila no mesmo período, visto que na época esta pertencia a província do Ceará, bem como considerando a passagem de embarcações pela região com pessoas contaminadas, conforme aludido em capítulos anteriores.

Considerando, então, o efeito que o Cólera teve na província do Piauí durante os anos 1860 e, muito provavelmente,

passado, de seu próprio tempo ou até mesmo sua projeção para o futuro. Ao historiador não cabe analisá-la enquanto uma ficção, mas sim enquanto uma possibilidade de um passado que já não é possível acessá-lo como um todo, apenas fragmentos, um deles sendo a própria narrativa literária.

18. Entende-se memória aqui a partir da concepção de Halbwachs (2006) no sentido de que a memória é uma reconstrução de algo que aconteceu em um tempo passado a partir de experiências do sujeito no tempo o qual ele se encontra, ou seja, no tempo presente. Essa operação de reconstrução torna-se possível a partir do diálogo estabelecido entre essa memória individual e a memória coletiva, construída ou reconstruída em outro momento e que termina por resvalar na memória individual. No caso em questão, a memória individual do autor sobre o efeito do Cólera no Ceará durante sua infância muito provavelmente foi agasalhada pela memória coletiva dos grupos nos quais ele estava inserido.

também em Amarração na mesma época, além da influência do discurso médico e do movimento higienista no Brasil no final do século XIX, não é de se estranhar a preocupação do periódico “A Época” em 1884 sobre a possível chegada da doença, poucos anos depois da província ter retomado Amarração do Ceará, conforme podemos observar na seguinte nota publicada no periódico em 11 de dezembro de 1884:

O cholera morbus

Esse terrível flagello, depois de haver atemorizado os animos na Europa, atacando alternadamente a França, a Italia e a Hespanha, ameaça invadir a America do Sul.

O grito de alarme já foi dado e cumpre que o governo se esforce para evitar a propagação dessa epidemia sinistra, que vem derramando em seu caprichoso percurso a desolação, o terror e a morte. Navios suspeitos como o Matteo Bruzzo, Nord-America e Persêo, trazendo em seu bordo mais de quatro mil emigrantes, são repellidos sucessivamente a tiros de baia dos portos do Rio da Prata e do Rio de Janeiro, onde o primeiro tentou entrar a despeito das intimações que lhe fizeram o inspector da saúde do porto e o commandante da fortaleza de Santa Cruz. Temos em nossa província um porto marítimo, ás vezes em comunicação directa com a Europa. O que já fez o sr. Theodorico¹⁹ para preserva-nos do contagio do mal? Será isso cousa mínima, que não mereça os cuidados do nosso pretor? O governo imperial já deu o exemplo, fechando os nossos portos áqueles vapores e estabelecendo rigorosa quarentena para os que vierem de procedencia suspeita. Já terá providenciado o sr. Theodorico para que o mesmo succeda na Amarração, ou será este o unico porto de mar brasileiro, francamente accessível á quantos flagellos nos queiram importar do antigo continente? Sabemos que o sr. dr. Souza Lima²⁰, quando

19. Raymundo Theodorico de Castro e Silva, presidente da província do Piauí de 01 de outubro de 1884 a 01 de setembro de 1885 (NASCIMENTO *et al.*, 1993).

20. Manuel Idelfonso de Sousa Lima, de 1879 a 1885 ocupou seis vezes o cargo de presidente da província do Piauí (NASCIMENTO *et al.*, 1993).

esteve na administração, atendeu á uma representação da camara municipal da Parnahiba e encarregou o inspector de saude dessa cidade de mandar construir uma casa de palha na Amarração para servir de lazareto no caso de invasão do cholera. Mas será isto bastante? Não seria tambem conveniente, ou mais ajuda, usar dos recursos possiveis, para frustrar a visita de semelhante hospede? (A ÉPOCA, 1884, p. 1).

Como impedir a chegada deste “terrível flagelo”? O que fazer para “frustrar a visita de semelhante hóspede”? A partir da nota publicada no periódico “A Época” em 1884 é possível perceber o medo da remota possibilidade de o cólera atingir a província do Piauí novamente, em função da velocidade e intensidade de disseminação da doença no Brasil, principalmente na zona costeira. Segundo Santos (1994) o cólera teve um efeito maior nas cidades litorâneas ou mais próximas da costa causando devastação e medo nas populações levando a atuações nem sempre adequadas das administrações públicas no que se refere a questão sanitária, a exemplo da cidade de Salvador na Bahia.

Nesse contexto, o “porto” de Amarração, tido como um espaço necessário para garantir o escoamento da produção piauiense, fomentando assim o desenvolvimento da província e, futuramente do estado, perde esse aspecto tão comumente exaltado pelos veículos de comunicação da época²¹ e torna-se uma paisagem do medo, um espaço que poderia trazer a partir do contato com o Velho Continente doenças epidêmicas que affligiam sua população, um espaço que não mais traria o desenvolvimento e sim a Morte.

Diante dessa possibilidade, é evidente a crítica do periódico ao então presidente da província do Piauí, Raymundo

21. “A Época”, “Nortista” e “Semana” são alguns dos periódicos piauienses que tratam sobre a necessidade de um porto para o desenvolvimento do Piauí no final do século XIX e início do século XX (BAPTISTA, 2019).

Theodorico de Castro e Silva, em função da suposta inércia de sua administração em não tomar medidas para precaver a província de ser assolada por esse “mal” novamente, a exemplo do que o governo imperial estava fazendo em outros portos, segundo a nota.

É interessante também que, segundo a notícia, embora durante a administração de Sousa Lima tenha se efetuado o pedido para a construção de uma casa de palha em Amarração para que fosse um lazareto ainda assim a dúvida e o medo permanecem. Será que seria o suficiente para impedir uma nova epidemia de cólera na província? Será que outras providências não deveriam ter sido tomadas?

Deve-se evidenciar também que, para além do medo da doença e da morte com a possível chegada do cólera, as divergências políticas se faziam presentes como combustível para alavancar as críticas acerca das providências realizadas pela administração provincial para lidar com a situação.

Esta questão reflete-se a partir da forma como a nota refere-se ao vice-presidente da província, Manuel Idelfonso de Sousa Lima, e ao então presidente, Raymundo Theodorico de Castro e Silva. Embora o periódico tenha citado os dois governantes ao tratar do problema, a crítica foi realizada ao último, relegando a Sousa Lima apenas uma menção de sua contribuição para a tentativa de resolução caso o cólera chegasse no Piauí através do litoral, ou seja, sua encomenda para a construção de um lazareto em Amarração. A Raymundo Theodorico, a crítica torna-se mais incisiva e neste ponto levantam-se duas possibilidades: esta é feita por conta do medo da doença, como dito anteriormente, mas também em função das disputas políticas entre o Partido Liberal e o Partido Conservador.

A partir disso, podemos fazer as seguintes indagações: se já na administração de Sousa Lima houve o pedido para a edificação do citado lazareto, por que apenas na gestão seguinte,

de Raymundo Theodorico, o periódico “A Época” questionou a ação tomada pela administração provincial? Se acreditavam que a construção de uma casa de palha para o recebimento de pessoas acometidas pelo cólera não seria o bastante para impedir uma nova epidemia por que não se manifestaram antes, criticando Sousa Lima e alertando para a não solução do problema em Amarração?

Para compreender as relações estabelecidas aqui, então, não podemos nos esquecer que o periódico “A Época” era vinculado ao Partido Conservador, emitindo as posições e opiniões deste, e que Raymundo Theodorico era correligionário do Partido Liberal. Portanto, não é de se estranhar que, talvez, a crítica feita a sua administração, por conseguinte ao Partido Liberal, e a maneira como estava lidando com essa situação em Amarração, tivesse também a influência das disputas políticas que existiam entre ambos os partidos na província do Piauí no final do período oitocentista.

Deve-se ter em mente também que a última menção encontrada sobre o Cólera neste período no Piauí foi a da edição de 11 de agosto de 1885 do periódico “A Imprensa” que trazia a seguinte fala do Presidente da Província para a Assembleia Provincial sobre diversos aspectos desta, dentre eles, o lazareto:

Em 23 de Dezembro, approvei o contracto que assignou o Tenente Coronel Luiz Antonio de Moraes Correia, para a construção de um lazareto na villa de Amarração, afim de n'elle serem recolhidas as pessoas que por ventura desembarcassem no porto d'aquella villa, atacadas do cholera-morbus.

Communicando-me o Capitão do Porto, em officio de 27 de Março, achar-se prompto o dito lazareto, nomeei, em 7 de Abril, uma commissão composta do mesmo Capitão do Porto, do Presidente da Camara Municipal da Amarração, e do Supplente do Juiz Municipal d'esse termo, em exercicio, para examinar e dar parecer se a obra se achava feita nos termos do contracto; e em

virtude do parecer dessa comissão, aceitei a dita obra [...] (Sic).
(A IMPRENSA, 1885, p. 1).

Ao tempo em que o periódico “A Imprensa” traz a fala de Raymundo Theodorico para a Assembleia Provincial dando conta do término da construção do lazareto em Amarração para acolhimento dos possíveis enfermos do Cólera no início do ano de 1885, não há uma referência se a doença de fato atingiu a localidade. Da mesma forma que não foi possível encontrar se a construção da casa de palha foi a única medida tomada pela administração provincial no que se refere a prevenção e tratamento da enfermidade visando impedir uma epidemia. Por conseguinte, o periódico “A Época” também não dá continuidade a crítica feita ao governo provincial e nem discorre se a doença teria acometido²² ou não a vila de Amarração neste final de século.

Mesmo não havendo registros de outro surto de cólera durante o período trabalhado neste capítulo, ou seja, em fins do século XIX no Piauí, e, embora a nota publicada também estivesse influenciada pelas disputas políticas desse momento histórico, é interessante perceber como esta doença ainda

22. Nos anos que seguem, no início do século XX, no que se refere a doenças infectocontagiosas na vila de Amarração foi encontrado apenas menções a varíola e a gripe espanhola nos anos de 1914 conforme a Mensagem para a Câmara Legislativa do Governador do Estado (PIAUI, 1914), Miguel de Paiva Rosa, que tratava sobre a saúde pública, dentre outros aspectos, no estado do Piauí, comunicando sobre a varíola que havia chegado no estado na vila de Amarração através de seu “porto” e também na vizinha Parnaíba. Em função da situação o governador como medida de combate à doença ordenou que os navios que atracassem em Amarração fossem desinfetados e que permanecessem de quarentena. Em 1919, a gripe espanhola toma o lugar da varíola e chega ao estado do Piauí. De acordo com a Mensagem para a Câmara Legislativa do Governador do Estado (PIAUI, 1919), Eurípedes Clementino de Aguiar, também sobre a saúde pública no estado, a pandemia ingressa no Piauí já no final de 1918 mais uma vez através do “porto” de Amarração, afetando, principalmente, Amarração, Parnaíba e Teresina, espalhando-se, no entanto, por todo o estado.

permeava o imaginário social da época, gerando não apenas o medo desta, mas também daquilo que, conseqüentemente, ela poderia ocasionar: a morte.

Dessa forma, foi desse medo do cólera que o periódico piauiense “A Época” no final do período oitocentista tratou, medo de que a doença vitimasse mais uma vez a população da província como havia feito algumas décadas antes, medo da perspectiva futura de desenvolvimento da província tornar-se o ponto de entrada para um flagelo, medo de que o “porto” na Vila de Amarração se tornasse uma paisagem do medo.

Assim, este capítulo buscou tratar não sobre o efeito do cólera no Piauí neste momento, mas sim sobre o medo gerado pela possibilidade deste no imaginário social da época, conseqüentemente a relação que se cria entre doença, o medo desta e, em vista disso, a morte.

Considerações finais

O que fazer, então, diante de uma doença desconhecida? Como reagir frente a possibilidade apavorante da morte? Em um contexto que o cólera se aproximava do território piauiense, o governo provincial, aparentemente, tomou as medidas que acreditava serem as mais corretas no momento. Nomeou comissões, solicitou médicos de outras províncias, determinou a realização de quarentenas no interior e no litoral, enviou medicamentos, ordenou a construção de lazareto e cemitério, além da higienização de certos espaços.

Não é possível dizer, no entanto, se estas ações de profilaxia tiveram êxito ou não. No que se refere aos medicamentos, ao observarmos o caso de outras províncias, a partir de Cardoso (2019), por exemplo, é perceptível que as sugestões de tratamentos não eram eficazes. Permanecia também o desconhecimento acerca do agente etiológico que provocava a enfermidade e, além disso, as próprias medidas higiênicas dialogavam com a perspectiva de que os miasmas eram os responsáveis pela proliferação de moléstias.

Quanto aos espaços acometidos pela doença no Piauí, nos jornais consultados e nos relatórios dos presidentes da província da época, infere-se que, supostamente, os efeitos da doença foram sentidos de maneira significativa em Príncipe Imperial e Independência, haja visto que ambas as vilas acumularam centenas de casos e dezenas de óbitos (ainda que não tenhamos certeza destes dados). Nas demais localidades da

provincia não se registraram casos e as implicações do cólera limitaram-se ao imaginário da população, ao medo da morte, tanto nos anos 1860 como nos anos 1880 em Amarração.

Não obstante isto, aparentemente, no caso piauiense, na década de 1860 o itinerário percorrido pela doença até chegar ao Piauí, possivelmente, parte diretamente da provincia vizinha do Ceará nas localidades que estabeleciam mais contato com vilas que também foram afetadas pela doença. Os registros indicados por autores como Alexandre (2010, 2020) e Lemos (2016) do aparecimento da doença entre março e abril de 1862 em vilas cearenses próximas a Independência e Príncipe Imperial, além dos registros piauienses da presença do cólera nestas duas últimas localidades, especialmente em Independência, corroboram para a ideia de que no caso piauiense a doença chegou por meio da Serra da Ibiapaba.

Neste sentido, as localidades que terminaram sendo mais afetadas são Independência e Príncipe Imperial, nas quais foi possível encontrar registros do cólera, bem como Parnaíba, por estar em uma situação de risco maior que as demais vilas e cidades da provincia em função do seu contato com o oceano, ainda que não se tenha tido registros de casos nesta última.

Não sabemos, no entanto, porque ao adentrar em território piauiense a doença não se alastrou tão velozmente quanto em outras provincias, nem os motivos que levaram ao seu fim tão rápido ou mesmo as razões por trás do número reduzido de vítimas fatais, haja visto que o registro da enfermidade permanece, basicamente, em alguns meses de 1862 e 1863, além de 1866 e 1884, embora nestes últimos anos apenas enquanto ameaça de grassar.

Talvez a distância entre as localidades ou o número reduzido de pessoas que viviam nas vilas e cidades, ao compararmos com provincias populosas para o período, como na Bahia, tenha influenciado os problemas causados em solo piauiense

pelo “mal”. Sobre esta última ponderação, é necessário que novas pesquisas e novas fontes sejam elencadas para que se possa compreender melhor os efeitos que o cólera teve na província do Piauí, especialmente, no contexto da década de 1860, a exemplo de reflexões sobre a atuação de diferentes praticantes de cura ou os efeitos da doença entre diferentes grupos sociais, especialmente em escravizados.

O Piauí, invisível em pesquisas realizadas sobre o cólera durante a segunda metade do século XIX, ausente também em estudos sobre seu estado vizinho, o Ceará, omissos em coletâneas que tratam sobre esta doença ou enfermidades que grassaram nesta conjuntura de modo geral, também foi marcado por este momento singular na história brasileira e, assim como outras províncias da época, deve compor esse quadro de investigações que até o presente momento permanece absorto.

Portanto, ao término desta narrativa sobre medo, doenças e morte ficam os ensinamentos de Albuquerque Jr. (2017) sobre a impossibilidade de conhecer o mundo tal qual ele é. Ao historiador é necessário compreender que é possível abarcar apenas circunstâncias particulares sem a pretensão de se chegar a uma verdade inalcançável.

A historicidade encontra-se atrelada a essas questões no presente e no passado. Este último, deste modo, torna-se uma invenção composta por diferentes práticas e discursos realizados ao longo do tempo e quanto mais tentamos alcançá-los, mais o afastamos de ser conhecido. A História, neste ponto de vista, torna-se produtora de esquecimentos à medida que vai (re)construindo narrativas previamente produzidas sobre um passado que acreditava-se ser conhecido.

Assim, os objetos, documentos ou vestígios não trazem por si só a História ou mesmo o sentido desta. É preciso a criação de uma narrativa a partir de um conhecimento histórico previamente conhecido para que seja possível historicizar

o documento. Só então este passa a ter um sentido e um significado histórico.

Foi essa historicidade e narrativa que buscamos criar ao refletirmos a partir dos relatórios de presidência da província do Piauí, bem como fontes hemerográficas sobre o medo, doença e morte na segunda metade do século XIX, isto é, sobre as possíveis sensibilidades que os sujeitos que nesta época existiram vivenciaram ao se deparar com o cólera.

Destarte, considerando as reações diversas que o ser humano pode ter frente ao medo e à morte e, tendo em vista ainda a conjuntura piauiense na década de 1860 e 1880 no tocante a salubridade pública, as narrativas construídas ao longo deste livro não nos parece improvável de terem se sucedido. De todo modo, faz-se necessário que novas pesquisas e novos documentos sejam utilizados para que as perguntas não respondidas e possibilidades elencadas ao longo deste trabalho possam ser exploradas.

Desta forma, o medo é intrínseco ao ser humano, ele existe, mas não paralisa, ao contrário, ele leva a reação, a formas de superá-lo. O que é o medo, senão, em grande parte um produto da mente humana. Produto de uma mente complexa capaz de perceber o mundo enquanto ordenado, múltiplo e seguro, mas ao mesmo tempo desordenado, repleto do caos e mortes. O medo não é algo novo. Ele nada mais é que um produto histórico, o reflexo de um tempo e de um lugar e transforma-se à medida que a linha histórica avança.

No Piauí na segunda metade do século XIX a reação ao medo do cólera foi diversa, a exemplo das medidas preventivas tomadas pela administração provincial contra a doença no sentido de evitar sua disseminação, mas também pela tentativa de fuga dos locais afetados pela enfermidade por parte de certos sujeitos, como o caso da autoridade pública citada ao longo deste livro.

Assim, refletir sobre a experiência do adoecimento individual e coletivo revolve em compreender as distintas representações socioculturais produzidas em torno de determinada doença, tendo em vista os espaços que afetou e as temporalidades nas quais encontrou-se inserida (NASCIMENTO; SILVEIRA, 2004).

Entendemos, então, que discutir sobre uma doença ou mesmo a morte em decorrência desta em dada conjuntura não significa considerar apenas os fatores biológicos, mas perceber de que modo estes encontram-se cercados por questões sensíveis de uma época, como conjunturas políticas, sociais, culturais, geográficas etc., ou seja, como estes elementos em uma referida sociedade são afetados em momentos de surtos epidêmicos (ROSEN, 1994). Desta forma, “[...] a morte, assim como a doença, não se reduz à sua evidência orgânica, natural, objetiva; ao contrário, porta significados mais complexos que ultrapassam a dimensão biológica” (NASCIMENTO, 2005, p. 32).

Ademais, as publicações realizadas no jornal “O Expectador” durante a epidemia de cólera de 1862 na província piauiense não ocorrem à toa, mas sim integradas a certo lugar social e produziram representações sobre este contexto construídas pelos sujeitos que viveram durante este momento. Semelhante ao “O Araripe”, as formas como o cólera foi representado no “O Expectador” “[...] estiveram embasadas nas pretensões políticas, projetos, crenças, medos, enfim, nas visões de mundo compartilhadas por seus autores, o que demonstra como aquele fenômeno *biológico* foi apropriado e vivenciado naquele contexto” (ALEXANDRE, 2010, p. 223).

Cabe indicar ainda que o Piauí, provavelmente, não foi afetado pelo cólera apenas nos anos 1860 do século XIX, mas também nas décadas subsequentes e no século seguinte, haja visto a possibilidade de esta doença talvez ter permanecido no território piauiense de forma endêmica, eventualmente haven-

do momentos de surtos epidêmicos, como o caso da irrupção epidêmica entre 1991 e 1993 que afetou o Brasil e, consequentemente, o estado do Piauí¹, possivelmente permeando o imaginário social da população piauiense até o tempo presente.

Deste modo, as epidemias e o seu estudo ao longo do tempo possibilitam ao pesquisador em história compreender as diferentes formas como os indivíduos se comportam diante destes contextos, especialmente, no caso de surtos considerados catastróficos (caso do cólera, febre amarela etc.). Ao historiador são necessários o cuidado e a sensibilidade para não deslocar a doença estudada e tentar percebê-la enquanto elemento integrante da sociedade, tanto como consequência de sua organização, mas também como um agente de transformação, de modo que sua singularidade permita refletir sobre a conjuntura social em que esta enfermidade se manifesta (ROSENBERG, 1992)².

Devemos lembrar ainda que são nossos questionamentos no tempo presente que indicam os caminhos que nós enquanto historiadores iremos trilhar. Em um momento em que cada vez mais novas perspectivas e modos diferentes de perceber a complexidade da vida humana influenciam na produção do

1. É possível encontrar no jornal piauiense “O Dia” entre o final de 1991 até o ano de 1993 várias edições com registros diversos sobre a situação do cólera no país, além dos supostos casos registrados no estado do Piauí. O jornal destaca ainda as ações do poder público para prevenção da doença, o temor que esta se espalhasse pelo estado, bem como informações pertinentes sobre o agente etiológico da doença e os cuidados que a população deveria ter para evitar a contaminação pela enfermidade.

2. Ao tratar sobre o cólera, por exemplo, Rosenberg (1992) infere que para o pesquisador em história o mais relevante não é produzir análises sobre as pessoas que morreram durante as várias ondas da doença que afetaram diversas localidades no decorrer do século XIX, mas como o medo em torno desta enfermidade levou a tomada de medidas sanitárias, bem como serviu como catalisador para o surgimento de uma maior preocupação com a saúde pública no ocidente e de que modo isto modificou os contextos sociais que foram marcados pela chegada desta doença.

historiador, a relação com a saúde, com as doenças e o medo destas ao longo de diferentes temporalidades e espacialidades torna-se apenas mais uma das questões possíveis de serem analisadas e discutidas.

Assim, concordamos com Pesavento (2005, p. 9), ao inferir que “[...] tudo o que foi, um dia, contado de uma forma, pode vir a ser contado de outra. Tudo o que hoje acontece terá, no futuro, várias versões narrativas [...]” e, portanto, a narrativa aqui produzida sobre o cólera no período oitocentista no Piauí e as dúvidas que acenderam a fagulha de inspiração para a elaboração desta obra é apenas uma dentre as muitas que ainda podem/irão surgir.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. História: a arte de inventar o passado. In: _____. *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história*. Curitiba: Prismas, 2017. p. 57-72.

ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira. “Pobre Ceará, a que mãos estás entregue em uma quadra destas!”: cólera, imprensa e política (1862). In: CHRISTILLINO, Cristiano Luís; SCHETTINI, Vitória Fernanda (org.). *Política e sociedade no Brasil oitocentista*. Recife: UFPE, 2020. p. 63-86.

ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira. *Quando o “anjo do extermínio” se aproxima de nós: representações sobre o cólera no semanário cratense o Araripe (1855 – 1864)*. 2010. 245 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

ALVARENGA, Antonia Valtéria Melo. *Desenvolvimento e segregação: políticas de modernização e isolamento compulsório de famílias afetadas pela lepra no Piauí (1930 – 1960)*. 2011. 357 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho. *Amarras e desamar-
ras: cotidiano e modernização em amarração no litoral do Piauí*
(1880-1930). 161 f. 2019. Dissertação (Mestrado em História
do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO,
Francisco de Assis de Sousa; BAPTISTA, Elisabeth Mary de
Carvalho. Questões de litígio entre o Piauí e o Ceará: Embates
pela Vila de Amarração no litoral do Piauí (1880 – 1884). *Re-
vista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro,
v.182 n. 485, p. 225-252, jan./abr. 2021.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO,
Francisco de Assis de Sousa. “Desordens, barulhos e pancadas”:
conflitos em Amarração na divisa norte Piauí/Ceará na segun-
da metade do século XIX. In: CASTELO Branco, Edwar de
Alencer; BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; BORGES,
Cássio de Sousa (org.). *História, sentido e acontecimento: narra-
tivas*. Teresina: Cancioneiro, 2022. p. 67-88.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO,
Francisco de Assis de Sousa. Do “assombro” à morte: possibili-
dades de se pensar o medo, varíola e raiva no Piauí na segunda
metade do século XIX. *Revista Latino-Americana de História*,
São Leopoldo, v.10 n. 25, p. 64-79, jan./jul.2021.

BARATA, Rita de Cássia Barradas. Epidemia. *Cadernos de*
Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, jan./fev., 1987.

BARBOSA, Edison Gayoso Castelo Branco. *O Parnaíba:*
Contribuição à História de sua navegação. Teresina: Projeto
Petrônio Portella, 1986.

BASTOS, Cláudio de Albuquerque. *Dicionário Histórico e Geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História. In: _____. *Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERTOLLI FILHO, Claudio. *História social da tuberculose e do tuberculoso: 1900-1950*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

CARDOSO, Amâncio. Sob o signo do cólera: médicos acadêmicos contra a epidemia em Sergipe. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; PIMENTA, Tânia Salgado; MOTA, André (org.). *No rastro das províncias: as epidemias no Brasil oitocentista*. Vitória: EDUFES, 2019. p. 450-476.

CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. Apontamentos biográficos e outros. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Influências do Discurso Médico e do Higienismo no Ordenamento Urbano. *Revista da ANPEGE*, v. 9, n. 11, p. 63-73, 2013.

DAVID, Onildo Reis. *O Inimigo Invisível: A epidemia do cólera na Bahia em 1855-56*. 1993. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1993.

DEL PRIORE, Mary. O Império: panela fervilhante de moléstias e epidemias. In: _____. *Histórias da gente brasileira: v.2 – Império*. São Paulo: LeYa, 2016. p. 304-315.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DI STASI, Luiz Claudio; HIRUMA-LIMA, Clélia Akiko. *Plantas medicinais na Amazônia e na Mata Atlântica*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2002.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. *Cólera: representações de uma angústia coletiva (A doença e o imaginário social no século XIX no Brasil)*. 1997. 507 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

FARIAS, Rosilene Gomes. *O khamsin do deserto: cólera e cotidiano no Recife (1856)*. 2007. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

FONSECA, Ana Carolina Rezende; SILVEIRA, Anny Jacqueline Torres. Uma breve história da epidemia de cólera na província de Minas Gerais. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; PIMENTA, Tânia Salgado; MOTA, André (org.). *No rastro das províncias: as epidemias no Brasil oitocentista*. Vitória: EDUFES, 2019. p. 214-249.

FRANCO, Sebastião Pimentel; NOGUEIRA, André Luís Lima. Entre práticas e curas: as polivalentes formas de se enfrentar a epidemia do cólera no Espírito Santo. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; PIMENTA, Tânia Salgado; MOTA, André (org.). *No rastro das províncias: as epidemias no Brasil oitocentista*. Vitória: EDUFES, 2019. p. 143-168.

FRANCO, Sebastião Pimentel; PIMENTA, Tânia Salgado; MOTA, André (org.). *No rastro das províncias: as epidemias no Brasil oitocentista*. Vitória: EDUFES, 2019.

FRANCO, Sebastião Pimentel; LOPES, Daniel Fraga; FRANCO, Luiz Felipe Sias. Flagelos da justiça de Deus: a febre amarela e o cólera no Espírito Santo. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; PIMENTA, Tânia Salgado; MOTA, André (org.). *No rastro das províncias: as epidemias no Brasil oitocentista*. Vitória: EDUFES, 2019. p. 112 – 142.

FUNDAÇÃO CEPRO. *Perfil dos Municípios Piauienses*. Teresina, 1992.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O início da História e as lágrimas de Tucídides. In: _____. *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. São Paulo: Imago, 1998. p. 15-37.

GOIS JUNIOR, Edivaldo. “Movimento Higienista” na História da Vida Privada no Brasil: do Homogêneo ao Heterogêneo. *ConScientiae Saúde*, v. 1, p. 47-52, 2002.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário histórico-biográfico piauiense 1718-1993*. 2. ed. Teresina: Júnior, 1993.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Grande Dicionário Histórico-Biográfico piauiense 1549 – 1997*. Teresina: [s.n.], 1997.

GOULART, Adriana da Costa. *Um cenário mefistofélico: gripe espanhola no Rio de Janeiro*. 2003. 214 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

GURGEL, Cristina. *Doenças e curas: o Brasil nos primeiros séculos*. São Paulo: Contexto, 2010.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Centauro: São Paulo, 2006.

HOBSBAWM, Eric John Ernest. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

LEMOS, Mayara de Almeida. Violação: Rodolfo Teófilo e o cólera-morbo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL – ESCRITAS DA HISTÓRIA: VER – SENTIR – NARRAR, 6., 2012, Teresina. *Anais [...]*. Teresina: UFPI, 2012. p. 1-9.

LEMOS, Mayara de Almeida. Asquerosa enfermidade: cólera no Ceará. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; PIMENTA, Tânia Salgado; MOTA, André (org.). *No rastro das províncias: as epidemias no Brasil oitocentista*. Vitória: EDUFES, 2019. p. 90-111.

LEMOS, Mayara de Almeida. *Terror no sertão do Ceará: o cólera e seus flagelos*. Fortaleza: EDUECE, 2016.

MACIEL, Dhenis Silva. *Dos sujeitos, dos medos, da espera: a construção social do cólera-morbus na província cearense (1855-1863)*. 2017. 269 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade

Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. “*Manter Sadia a Criança Sã*”: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

MASTROMAURO, Giovana Carla. Surtos epidêmicos, teoria miasmática e teoria bacteriológica: instrumentos de intervenção nos comportamentos dos habitantes da cidade do século XIX e início do XX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-14.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. A espada, a cruz e os germes. In: _____. *A arte de curar nos tempos da colônia*: limites e espaços da cura. 3. ed. Recife: UFPE, 2017. p. 139-176.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira; LEMKE, Maria; DIAS, Thiago Cancelier. “Fomos aqui acometidos por três flagelos: a varíola, o morbo e a cólera.” Um ensaio sobre as epidemias nos Guayazes. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; PIMENTA, Tânia Salgado; MOTA, André (org.). *No rastro das províncias*: as epidemias no Brasil oitocentista. Vitória: EDUFES, 2019. p. 169-191.

MOURA, Alexandre Sampaio; ROCHA, Regina Lunardi. *Endemias e epidemias*: dengue, leishmaniose, febre amarela, influenza, febre maculosa e leptospirose. Belo Horizonte: Nescon; UFMG, 2012.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. *As Pestes do século XX*: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. A doença revelando a história: uma historiografia das doenças. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de (org.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

NASCIMENTO; Francisco Alcides do; BORGES, Geraldo Almeida; MENESES, Edson Luís de Miranda; SOUSA, Willekens Van Dorth de Meneses. *Governadores do Piauí: Uma Perspectiva Histórica*. Teresina: Fundação CEPRO, 1993.

NERY, Ana Karoline de Freitas. *Políticas Públicas de Saúde, Doenças e Medicamentos em Teresina durante as décadas de 1930 e 1940*. 2021. 228 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021.

NERY, Ana Karoline de Freitas; CARDOSO, Elizangela Barbosa. O Impaludismo/ Malária no Piauí: medidas profiláticas e ações terapêuticas para o tratamento entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura*, v. 15, n. 29, p. 135-154, dez. 2021.

NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí v.4*. Teresina: FUNDAPI; Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007.

OLIVEIRA, Daniel. “Os facultativos são obrigados a declarar [...] cor, [...] moléstia”: mortalidade, atuação médica e pensamento racial em Porto Alegre, na segunda metade do século XIX. 2018. 369 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti; FREIRE, Leonardo Querino

Barboza; SOUSA, Débora da Silva; LOURENÇO, José Manuel. A Ordem antes do Progresso: o Discurso Médico – Higienista e a Educação dos corpos no Brasil do início do Século XX. *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*, v. 9, n.1, p. 1-15, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PIMENTA, Tânia Salgado. *O Exercício das Artes de Curar no Rio de Janeiro (1828 a 1855)*. 2003. 256 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

PIMENTA, Tânia Salgado; BARBOSA, Keith; KODAMA, Kaori. Varíola e vacina na província do Rio de Janeiro. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; PIMENTA, Tânia Salgado; MOTA, André (org.). *No rastro das províncias: as epidemias no Brasil oitocentista*. Vitória: EDUFES, 2019. p. 321-346.

PINHEIRO FILHO, Celso. *História da Imprensa no Piauí*. 3. ed. Teresina: Zodíaco, 1997.

PINHEIRO, Zilda Dourado; COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki do. O rito de passagem da viagem em “O Amor nos Tempos do Cólera”, de Gabriel García Márquez. *Letrônica*, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 868-883, jul./dez., 2014.

PONTES, Lana Mary Veloso de. *Formação do Território e Evolução Político-Administrativa do Ceará: A Questão dos Limites Municipais*. Fortaleza: IPECE, 2010.

PORTER, Roy. *Cambridge: História da Medicina*. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2008.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Economia Piauiense: da pecuária ao extrativismo*. Teresina: EDUFPI, 1998. 64 p.

REBELO, Fernanda. Entre o Carlo R. e o Orleannais: a saúde pública e a profilaxia marítima no relato de dois casos de navios de imigrantes no porto do Rio de Janeiro, 1893-1907. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.20, n.3, p.765-796, jul./set. 2013.

REGO, Junia Mota Antonaccio Napoleão do. *Dos sertões aos mares: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)*. 2010. 291 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

REZENDE, Antônio Paulo. *Desencantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX*. Recife: Fundarpe, 1997.

ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. São Paulo: HUCITEC/UNESP; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1994.

ROSENBERG, Charles Ernest. *Explaining epidemics and other studies in the history of medicine*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

SANTANA, Márcia Castelo Branco. *Asilo de alienados de Teresina: história da assistência e da institucionalização dos loucos[as] no Piauí (1880 a 1920)* 2017. 250 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Evolução Histó-*

rica da Economia Piauiense. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras; Banco do Nordeste, 2001.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro. Um século de Cólera: itinerário do medo. *PHYSIS* – Revista de Saúde Coletiva, v. 4, n. 1, p. 79-110, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SILVA, Alexandre Wellington dos Santos. *A pobreza urbana em Parnaíba, Piauí (1890 – 1920)*. 2018. 259 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

SILVA, James Roberto. Notícias sobre as epidemias no Amazonas: as intermitências de um processo inacabado na floresta. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; PIMENTA, Tânia Salgado; MOTA, André (org.). *No rastro das províncias: as epidemias no Brasil oitocentista*. Vitória: EDUFES, 2019. p. 25-57.

SILVA, Rafaela Martins. *As faces da misericórdia: A Santa Casa de Teresina na assistência pública (1889 – 1930)*. 2016. 148 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

SILVA, Rafaela Martins. O Determinismo Hereditário da

Medicina Legal e Discurso Higienista no Piauí: os intelectuais da saúde e os ditames da nação no final do Século XIX e início do século XX. *Contraponto*, v. 3, n. 1, p. 59-76, 2014.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. Males antigos, dilemas semelhantes? Peripécias do “odioso egípcio” na Bahia. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; PIMENTA, Tânia Salgado; MOTA, André (org.). *No rastro das províncias: as epidemias no Brasil oitocentista*. Vitória: EDUFES, 2019. p. 58-89.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TUAN, Yi-Fu. *Paisagens do Medo*. São Paulo: UNESP, 2005.

UJVARI, Stefan Cunha. *A história da humanidade contada pelos vírus: bactérias, parasitas e outros microorganismos*. São Paulo: Contexto, 2012.

WACHTEL, Nathan. Os índios e a conquista espanhola. In: BETHELL, Leslie (ed.). *História da América Latina*. São Paulo: Edusp/ Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1998. v. 1, p. 195-239.

Fontes

Hemerográficas

A PEDIDO. *A Imprensa*, Teresina, ano 18, n. 762, p. 3, 27 jan. 1883.

BÔA MEDIDA. *A Imprensa*, Teresina, ano 18, n. 755, p. 4, 9 dez. 1882.

CHOLERA-MORBUS. *A Imprensa*, Teresina, ano 20, n. 846, p. 2, 11 dez. 1884.

CONSELHOS para o tratamento da epidemia do cholera morbus. *O Expectador*, Teresina, ano 4, n. 146, p. 4, 10 jun. 1862a.

CONSELHOS para o tratamento da epidemia do cholera morbus. *O Expectador*, Teresina, ano 4, n. 147, p. 4, 17 jun. 1862b.

CONSELHOS para o tratamento da epidemia do cholera morbus. *O Expectador*, Teresina, ano 4, n. 148, p. 4, 21 jun. 1862c.

CONSELHOS para o tratamento da epidemia do cholera morbus. *O Expectador*, Teresina, ano 4, n. 149, p. 4, 30 jun. 1862d.

CONSELHOS para o tratamento da epidemia do cholera morbus. *O Expectador*, Teresina, ano 4, n. 150, p. 4, 7 jul. 1862e.

CONSELHOS para o tratamento da epidemia do cholera morbus. *O Expectador*, Teresina, ano 4, n. 151, p. 6, 12 jul. 1862f.

CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de Maio de 1862. *O Expectador*, Teresina, ano 4, n. 147, p. 3, 17 jun. 1862a.

CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de Maio de 1862. *O Expectador*, Teresina, ano 4, n. 148, p. 1, 21 jun. 1862b.

CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de Maio de 1862.

O Expectador, Teresina, ano 4, n. 149, p. 3, 30 jun. 1862c.

CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de Maio de 1862.
O Expectador, Teresina, ano 4, n. 150, p. 1, 7 jul. 1862d.

CONTINUAÇÃO do Expediente do mez de junho de 1862.
O Expectador, Teresina, ano 4, n. 152, p. 1-3, 19 jul. 1862e.

EXPEDIENTE do dia 2 de junho de 1862. *O Expectador*, Teresina, ano 4, n. 150, p. 3, 7 jul. 1862a.

EXPEDIENTE do mez de julho de 1862. *O Expectador*, Teresina, ano 4, n. 153, p. 1, 30 jul. 1862b.

EXPEDIENTE do mez de julho de 1862. *O Expectador*, Teresina, ano 4, n. 154, p. 2, 6 ago. 1862c.

EXPEDIENTE do mez de agosto de 1862. *O Expectador*, Teresina, ano 4, n. 156, p. 1, 23 ago. 1862d.

EXPEDIENTE do mez de agosto de 1862. *O Expectador*, Teresina, ano 4, n. 159, p. 2, 20 set. 1862e.

LAZARETOS. *A Imprensa*, Teresina, ano 21, n. 879, p. 1-2, 11 ago. 1885.

NOTÍCIAS locais. *O Expectador*, Teresina, ano 4, n. 146, p. 4, 10 jun. 1862.

O CHOLERA morbus. *A Época*, Teresina, ano 7, n. 333, p. 1, 20 dez. 1884.

PUBLICAÇÕES a pedido. *O Expectador*, Teresina, ano 4, n. 148, p. 4, 21 jun. 1862.

Documentos do Poder Executivo

BRASIL. *Decreto n. 828, de 29 de setembro de 1851*. Manda executar o regulamento da Junta de Hygiene Publica. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, v.1, parte 2, p. 259, 1851. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-828-29-setembro-1851-549825-publicacaooriginal-81781-pe.html>. Acesso em 21 abr. 2021.

PIAUHY. Presidência da Província. *Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa do Piauhy, em sua sessão extraordinaria de 13 de abril de 1877 pelo Exm. Senr. Dr. Gracilliano de Paula Baptista Presidente da mesma Província*. Theresina: Typ. da Moderação, 1877.

PIAUHY. Presidência da Província. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Piauhy na abertura de sua sessão ordinaria no dia 1º de novembro de 1855 pelo Excellentissimo Senhor Vice-Presidente da Província Baldoíno José Coelho*. São Luiz: Typographia do Progresso, 1855.

PIAUHY. Presidência da Província. *Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa do Piauhy no dia 12 de julho de 1865 pelo Prezidente da Província o Exm. Sr. Dr. Franklin Americo de Menezes Doria*. San'Luiz: Typ. de B. de Mattos, 1865.

PIAUHY. Presidência da Província. *Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa do Piauhy no dia 9 de julho de 1866 pelo Prezidente da Província o Exm. Sr. Dr. Franklin Americo de Menezes Doria*. San'Luiz: Typ. de B. de Mattos, 1866a.

PIAUHY. Presidência da Província. *Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa do Piauhy no dia 9 de setembro de 1867 pelo Presidente da Província o Exm. Sr. Dr. Adelino Antonio de Luna Freire*. San'Luiz: Typ. de B. de Mattos, 1867.

PIAUHY. Presidência da Província. *Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa do Piauhy no dia 21 de julho de 1868 pelo Segundo Vice-Presidente o Exm. Sr. Dr. José de Manoel de Freitas*. San'Luiz: Typ. de B. de Mattos, 1868.

PIAUHY. Presidência da Província. *Relatorio com que o Excelentissimo Senhor Dr. Franklin A. de Menezes Doria entregou a Administração ao Excellentissimo 2º Vice-Presidente Dr. José Manoel de Freitas no dia 3 de agosto de 1866*. San'Luiz: Typ. de B. de Mattos, 1866b.

PIAUHY. Presidência da Província. *Relatorio com que o Excelentissimo Senhor Dr. João Pedro Belfort Vieira, passou a administração da Província do Piauhy, Excellentissimo Senhor Dr. Manoel Idelfonso de Souza Lima, 4º Vice-Presidente da mesma Província no dia 11 de dezembro de 1879*. Theresina: Typ. do Semanario, 1879a.

PIAUHY. Presidência da Província. *Relatorio com que o Excm. Vice-Presidente da Província do Piauhy Dr. José Manoel de Freitas passou a Administração ao Excellentissimo Presidente Dr. Adelino Antonio de Luna Freire no dia 5 de outubro de 1866*. San'Luiz: Typ. de B. de Mattos, 1866c.

PIAUHY. Presidência da Província. *Relatorio com que o Exm. Sr. Desembargador Delfino Augusto Cavalcanti D'Albuquerque passou a Administração da Província do Piauhy, em 4 de agosto de 1876 ao Exm. Sr. Dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa*. Theresina: Typ. do Piauhy, 1876.

PIAUHY. Presidência da Província. *Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Antonio de Britto Souza Gayozo passou a administração da provincia do Piauhy ao Exm. Sr. Presidente Dr. José Fernandes Moreira no dia 13 de junho de 1862*. Therezina: Typographia Conservadora, 1862a.

PIAUHY. Presidência da Província. *Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Sancho de Barros Pimentel passou a administração da Provincia do Piauhy ao Exm.º Sr. 4º Vice-Presidente Dr. Constantino Luiz da Silva Moura no dia 13 de dezembro de 1878*. Theresina: Typographia da Imprensa, 1879b.

PIAUHY. Presidência da Província. *Relatorio com que o Exm. Sr. Presidente Dr. José Fernandes Moreira passou a Administração da Provincia do Piauhy ao Exm. Sr. Dr. Pedro Leão Vellozo no dia 1 de julho de 1863*. Therezina: Typographia Progressista, 1863a.

PIAUHY. Presidência da Província. *Relatorio com que o Exm. Sr. Presidente Dr. Pedro Leão Vellozo passou a Administração da Provincia do Piauhy ao Exm. Sr. 2º Vice-Presidente Dr. Antonio de Sampaio Almendra no dia 4 de dezembro de 1863*. Therezina: Typographia Progressista, 1863b.

PIAUHY. Presidência da Província. *Relatorio do Presidente do Piauhy o commendador Frederico D'Almeida e Albuquerque appresentado á respectiva Assembleia Legislativa Provincial na sessão ordinaria de 1856*. São Luiz: Typographia do Progresso, 1856.

PIAUHY. Presidência da Província. *Relatorio que o Exm. Presidente da Provincia do Piauhy Dr. José Fernandes Moreira apresentou á Assembleia Legislativa Provincial por ocasião de sua instalação no dia 10 de novembro de 1862*. Therezina: Typographia

Conservadora, 1862b.

PIAUÍ. Câmara Legislativa do Piauí. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Piauí pelo Exmo. Snr. Dr. Eurípedes Clementino de Aguiar, Governador do Estado em 1º de junho de 1919*. Teresina: Typ d' "O Piauhy", 1919.

PIAUÍ. Câmara Legislativa do Piauí. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Piauí pelo Exmo. Sr. Governador do Estado Dr. Miguel de Paiva Rosa no dia 1º de junho de 1914*. Rio de Janeiro: Liga Marítima Brasileira, 1914.

Ofício

PIAUHY. Delegacia de Parnahyba. *Ofício s. nº dirigido ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr. Frederico de Almeida e Albuquerque, Presidente da Província. 11 fev. 1856*. Documentos da Delegacia de Parnaíba disponível no acervo do Arquivo Público do Piauí "Casa Anísio Brito".

Textos Literários

MÁRQUÉZ, Gabriel José Garcia. *O Amor nos tempos do Cólera*. 38. ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

THEOPHILO, Rodolpho. *A Violação*. Fortaleza: Minerva, 1898.

ESTA OBRA FOI COMPOSTA EM ADOBE CASLON E IMPRESSA PARA A
EDITORA CANCEIRO EM NOVENBRO DE 2022.